

Edição 7 - fevereiro de 2016



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DE 2015

E DIRETRIZES PARA 2016





PREFEITO	EDUARDO PAES
VICE - PREFEITO	ADILSON NOGUEIRA PIRES
CONTROLADOR GERAL	ANTÔNIO CESAR LINS CAVALCANTI
SUBCONTROLADOR DE GESTÃO	NÁDIA ASSUNÇÃO FERNANDES NEVES - até 15/11/2015 ROSANE AFFONSO
GERENTE DE RECURSOS HUMANOS	LUIZ CARLOS DOS SANTOS AZEVEDO
GERENTE DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA	WANISE MELO PINHEIRO
SUBCONTROLADOR DE INTEGRAÇÃO DE CONTROLES	ANGELA DE AREZZO MEIRELES
AUDITOR GERAL	MARCIA ANDREA DOS SANTOS PERES
COORDENADOR DA 1ª COORDENADORIA DE AUDITORIA	MARCIA CRISTINA DIAS RODRIGUES BRAGA
COORDENADOR DA 2ª COORDENADORIA DE AUDITORIA	GILBERTO PINTO MORAES
COORDENADOR DA 3ª COORDENADORIA DE AUDITORIA	MARIA DA PENHA C. VEIGA
COORDENADOR DA 4ª COORDENADORIA DE AUDITORIA	EUNICE S. SORRILHA DE CARVALHO
CONTADOR GERAL	MÁRCIO MARTINS LOUREIRO
COORDENADOR DE CONTABILIDADE	ROSÂNGELA PEREIRA RAMOS
COORDENADOR DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	ELIZABETH COO MOLEDO

COORDENADOR DE EXAMES DA LIQUIDAÇÃO	ANTONIO PAULO MORAES SUAREZ
COORDENADOR GERAL DE DIRETRIZES E INFORMAÇÕES	MÁRCIA MARIA ALVES PINHEIRO
COORDENADOR DE MONITORAMENTO E INFORMAÇÕES	JOSÉ PAULO DE MENEZES JÚNIOR - até 30/11/2015. FLÁVIO VITAL DE OLIVEIRA VASCO
COORDENADOR DE SISTEMAS DE CONTROLE	FLÁVIO VITAL DE OLIVEIRA VASCO - até 30/11/2015. PEDRO DE ALMEIDA MARQUES
ASSESSOR ESPECIAL DO CONTROLADOR GERAL	GERALDO ABREU JÚNIOR - até 30/11/2015. JOSÉ PAULO DE MENEZES JÚNIOR
ASSESSOR-CHEFE TÉCNICO DE ESTRATÉGIA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE CONTROLE	ALEXANDRE MENDES MARTINS
ASSESSOR-CHEFE DE CONTROLE	REGINALDO JOSÉ DA SILVA
ASSESSOR-CHEFE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	MARGARETE RAMOS

Elaboração do Relatório:

As informações, gráficos e tabelas referentes às atividades, resultados e indicadores apresentados no presente Relatório foram baseadas em documentos elaborados pelos titulares dos respectivos setores, avaliados pela CG/SIC e consolidados pela CG/ATRIC.



Aos leitores,

A Controladoria Geral do Município - CGM, no cumprimento de sua missão precípua de promoção do Controle Interno na Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, para a efetividade da gestão municipal e, atendendo aos ditames das Leis Municipais nº 2.068/1993 e nº 4.015/2005, atuou ao longo de 2015 com foco principal no aprimoramento do Sistema de Controle Interno, alinhada ao seu Planejamento Estratégico. Diversas ações foram implementadas, visando concorrer para o desenvolvimento das políticas demandadas pela Administração Municipal.

Destacamos a implantação do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP e das Demonstrações Contábeis Aplicáveis ao Setor Público - DCASP, em conformidade com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP, de acordo com as diretrizes da Secretaria do Tesouro Nacional. Outro destaque, foi o progresso da ação visando à redução, em até 10%, do valor real unitário de aquisições das principais famílias de compras (serviços e insumos) até 2016, tendo como referência o ano de 2012, que objetiva a otimização dos gastos no âmbito Municipal, perpassando mais um exercício, sendo de importância estratégica para a economicidade dos Órgãos da Municipalidade. A licitação para a contratação do sistema de Gestão Integrada dos Processos de Controle, Contabilidade, Orçamento e Financeiro - GICOF foi concluída em parceria com a Secretaria Municipal de Fazenda - SMF. Instituímos o Programa de Desenvolvimento Profissional da Auditoria Geral - PDP/ADG e o Plano de Desenvolvimento Individual - PDI, que objetiva desenvolver competências do corpo técnico da Auditoria Geral.

Convido a todos para leitura e compartilhamento do panorama do exercício de 2015 da CGM.

Antonio Cesar Lins Cavalcanti
Controlador Geral

SUMÁRIO

1) HISTÓRICO	7
2) COMPETÊNCIA INSTITUCIONAL	9
3) ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	18
4) RECURSOS HUMANOS.....	19
4.1) DOS TREINAMENTOS	19
4.2) CARGOS EM COMISSÃO / FUNÇÃO GRATIFICADA	30
4.3) DOS CARGOS EFETIVOS.....	31
5) EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	32
6) PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E ACORDOS DE RESULTADOS	34
6.1) OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E MAPA ESTRATÉGICO	35
6.2) AÇÕES ESTRATÉGICAS 2015.....	37
6.3) RESULTADOS DAS AÇÕES ESTRATÉGICAS 2015	43
6.4) ACORDO DE RESULTADOS PCRJ	47
6.5) AÇÕES DOS ACORDOS SETORIAIS DA CGM.....	48
7) ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	53
7.1) DAS AUDITORIAS	53
7.2) DA CONTABILIDADE	76
7.3) DA GESTÃO DOS SISTEMAS INFORMATIZADOS	81
7.4) DA CORREGEDORIA	87
7.5) DAS OUVIDORIAS.....	88
7.6) DA TRANSPARÊNCIA	89
7.7) REUNIÕES ORIENTADORAS	91

8) DAS DEMAIS ATIVIDADES DO ÓRGÃO	92
8.1) GABINETE DO CONTROLADOR	92
8.2) SUBCONTROLADORIA DE GESTÃO	97
8.3) SUBCONTROLADORIA DE INTEGRAÇÃO DE CONTROLES	99
8.4) ASSESSORIA TÉCNICA DE ESTRATÉGIA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE CONTROLE	104
8.5) ASSESSORIA TÉCNICA DE CONTROLE	111
8.6) ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	113
9) PARTICIPAÇÃO EM GRUPOS DE TRABALHO E COMISSÕES.....	117
10) RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL E REPRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL	119
10.1) PALESTRAS PROFERIDAS/REPRESENTAÇÃO EM EVENTOS	119
10.2) CONACI.....	119
10.3) PARTICIPAÇÃO NA REDE DE CONTROLE DE GESTÃO PÚBLICA	120
10.4) PARTICIPAÇÃO NA REDE DE CONTROLE SOCIAL	120
10.5) TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO	121
10.6) CÂMARA MUNICIPAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO	121
10.7) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	121
10.8) CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO	122
10.9) SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL.....	122
10.10) CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE	122
11) DIRETRIZES PARA 2016	123
12) CONCLUSÃO.....	124



1) HISTÓRICO

A Controladoria Geral do Município do Rio de Janeiro foi criada em 22 de dezembro de 1993, por meio da Lei Municipal nº. 2.068/1993, alterada pela Lei Municipal nº. 4.015/05. Foi o primeiro município brasileiro a instituir um órgão exclusivo para coordenar o Sistema Integrado de Fiscalização Financeira, Contabilidade e Auditoria do Poder Executivo, atuando como órgão central do Sistema de Controle Interno.

OBJETIVO PRINCIPAL

Controle Interno dos órgãos municipais, da aplicação do dinheiro público e da guarda de bens do Município do Rio de Janeiro.

MISSÃO

Promover o controle interno na PCRJ para a efetividade da gestão municipal.

VISÃO

Consolidar-se como referência na aplicação de técnicas modernas e inovadoras de controle interno e de prevenção à corrupção, para efetividade da gestão municipal.

VALORES ESSENCIAIS

São valores essenciais da CGM:

COMPROMETIMENTO

Nós estamos permanentemente comprometidos com os ideais do Controle Interno e com o nosso trabalho. Somos todos responsáveis pela formação e divulgação de uma imagem positiva da Controladoria Geral do Município.

ÉTICA

Nós valorizamos o comportamento ético, mantendo o sigilo das informações colhidas, tratando as pessoas com educação.

QUALIDADE DOS SERVIÇOS

Nós fornecemos serviços observando as técnicas adequadas e estamos interessados no aprimoramento contínuo das técnicas e métodos empregados.

COMPETÊNCIA

Nós representamos uma equipe de funcionários habilitados para realizar nossas tarefas cotidianas, valorizamos a capacitação profissional e a busca pelo aperfeiçoamento.

COOPERAÇÃO

Nós acreditamos na importância do trabalho em equipe, de forma integrada e colaborativa, na parceria, na participação, na comunicação e na valorização de um bom ambiente de trabalho.

INOVAÇÃO

Nós propiciamos um ambiente de geração de novas ideias e tendências, implementando práticas extraordinárias na administração pública municipal.



2) COMPETÊNCIA INSTITUCIONAL

As competências da Controladoria estão estabelecidas no art. 96 da Lei Orgânica Municipal e foram reproduzidas no art. 2º da sua Lei de Criação, que coadunam com os preceitos constitucionais para esse tema. Dentre essas, podemos destacar: comprovar a legalidade e avaliar os resultados quanto à eficácia e à eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração municipal, e da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado; avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual e a execução dos programas de governo e dos orçamentos do Município; examinar as demonstrações contábeis, orçamentárias e financeiras de órgãos e entidades da administração direta, indireta e fundacional; examinar as prestações de contas dos agentes da administração direta, indireta e fundacional responsáveis por bens e valores pertencentes ou confiados à Fazenda Municipal; avaliar a execução dos serviços de qualquer natureza mantidos pela administração direta, indireta e fundacional; observar o fiel cumprimento das leis e outros atos normativos, inclusive os oriundos do próprio Governo Municipal, pelos órgãos e entidades da administração direta, indireta e fundacional; avaliar o cumprimento dos contratos, convênios, acordos e ajustes de qualquer natureza; controlar os custos e preços dos serviços de qualquer natureza mantidos pela administração direta, indireta e fundacional; e apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

A atuação da Controladoria Geral abrange toda a Administração Municipal do Poder Executivo, composta pelas seguintes organizações em 2015:

SECRETARIAS

- Gabinete do Prefeito;
- Controladoria Geral do Município do Rio de Janeiro - CGM;
- Procuradoria Geral do Município do Rio de Janeiro - PGM;
- Secretaria Executiva de Coordenação de Governo- SEGOV*;
- Secretaria Especial de Abastecimento e Segurança Alimentar - SEAB;
- Secretaria Especial de Ciência e Tecnologia - SECT;
- Secretaria Especial de Concessões e Parcerias Público Privadas - SECPAR (Decreto nº 38.675, 13/05/2014)
- Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico Solidário - SEDES;
- Secretaria Especial de Envelhecimento Saudável e Qualidade de Vida - SESQV;
- Secretaria Especial de Políticas para Mulheres - SPM - RIO;
- Secretaria Especial de Promoção e Defesa dos Animais - SEPDA;
- Secretaria Especial de Turismo - SETUR;
- Secretaria Extraordinária de Integração Metropolitana - SEIM*;
- Secretaria Municipal da Casa Civil - CVL;
- Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência - SMPD;
- Secretaria Municipal de Administração - SMA;
- Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos -SECONSERVA;
- Secretaria Municipal de Cultura - SMC;
- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SMDS;
- Secretaria Municipal de Educação - SME;
- Secretaria Municipal de Esportes e Lazer - SMEL;
- Secretaria Municipal de Fazenda - SMF;
- Secretaria Municipal de Governo - SMG;
- Secretaria Municipal de Habitação e Cidadania - SMHC*;
- Secretaria Municipal de Obras- SMO;
- Secretaria Municipal de Ordem Pública - SEOP
- Secretaria Municipal de Saúde - SMS;

- Secretaria Municipal de Transportes - SMTR;
- Secretaria Municipal de Urbanismo - SMU;
- Secretaria Municipal do Meio Ambiente - SMAC;
- Secretaria Municipal do Trabalho e Emprego - SMTE;
- Secretaria Municipal de Saneamento e Recursos Hídricos - SMAR.

FUNDOS ESPECIAIS

- Fundo de Assistência à Saúde do Servidor - FASS;
- Fundo Municipal de Amparo à Pesquisa - FMAP;
- Fundo de Desenvolvimento Econômico e Trabalho do Município do Rio de Janeiro - FUNDET;
- Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB;
- Fundo de Mobilização do Esporte Olímpico - FMEO;
- Fundo Especial de Iluminação Pública - FEIP;
- Fundo Especial de Previdência do Município do Rio de Janeiro - FUNPREVI;
- Fundo Especial do Projeto Tiradentes - FEPT;
- Fundo Municipal Antidrogas - FMAD;
- Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS;
- Fundo Municipal de Conservação Ambiental - FCA;
- Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano - FMDU;
- Fundo Municipal de Habitação - FMH;
- Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS;
- Fundo Municipal de Proteção e Defesa do consumidor - FUMDC;
- Fundo Municipal de Saúde - FMS;
- Fundo Municipal do Idoso - FMID;
- Fundo Municipal para Atendimento dos Direitos da Criança e Adolescente - FMDCA;
- Fundo Orçamentário Especial da Procuradoria Geral do Município - FOE/PGM;

- Fundo Especial de Combate a Emergências e Calamidades Públicas - FECECP*.

AUTARQUIAS

- Guarda Municipal do Rio de Janeiro - GM-Rio;
- Instituto de Previdência e Assistência do Município do Rio de Janeiro - PREVI-RIO;
- Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP.

FUNDAÇÕES

- Fundação Instituto de Geotécnica do Município do Rio de Janeiro - GEO RIO;
- Fundação Jardim Zoológico da Cidade do Rio de Janeiro - RIO-ZOO;
- Fundação Parques e Jardins do Município do Rio de Janeiro - FPJ;
- Fundação Cidade das Artes - CIDADES DAS ARTES;
- Fundação Instituto das águas do Município do Rio de Janeiro - RIO-ÁGUAS;
- Fundação Planetário da Cidade do Rio de Janeiro - PLANETÁRIO.

EMPRESAS PÚBLICAS

- Companhia Municipal de Energia e Iluminação - RIOLUZ;
- Empresa Distribuidora de Filmes S/A - RIOFILME;
- Empresa Municipal de Artes Gráficas - IMPRENSA DA CIDADE;
- Empresa Municipal de Informática - IPLANRIO;
- MULTIRIO - Empresa Municipal de Multimeios;
- Empresa Municipal de Urbanização - RIO-URBE;
- Empresa Pública de Saúde S/A - RIOSAÚDE
- Empresa Olímpica Municipal - EOM.

SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA

- Riocentro S/A;
- Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro - CDURP;
- Companhia de Engenharia de Tráfego do Rio de Janeiro - CET-RIO;
- Companhia Municipal de Limpeza Urbana - COMLURB;
- Empresa de Turismo do Município do Rio de Janeiro - RIOTUR;
- Companhia Carioca de Securitização S.A - RIO SECURITIZAÇÃO*.
- Companhia Municipal de Conservação e Obras Públicas - RIOCOP;

* Organizações criadas no exercício de 2015.

No exercício de 2015, foram editados diversos decretos e dispositivos relacionados ao desenvolvimento de trabalhos pela Controladoria Geral do Município, conforme a seguir:

LEGISLAÇÃO	EMENTA	COMO A CGM PARTICIPA	OBSERVAÇÃO
RESOLUÇÃO "P" SMF Nº 3 de 06/01/2015.	Designa os servidores que comporão a equipe responsável pelo gerenciamento do projeto de implantação do Sistema "Gestão Integrada de Contabilidade, Controle, Orçamento e Financeiro - GICOF" e define suas atribuições.	Indicação de um representante da CGM.	
RESOLUÇÃO "P" SMA Nº 86 de 27/02/2015.	Altera a Resolução SMA nº 1909, de 16/07/2015, de composição da Comissão de Análise de Contratações de ONGs, Associações e Fundações Privadas, no âmbito da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro. (publicado no D.O.Rio de 02/03/2015).	Participação de representantes na Comissão de Análise de Contratações de ONGs, Associações e Fundações Privadas.	Resolução SMA nº 1909, de 16/07/2014. Tanto no Sistema de Legislação da SMA e no INFORMA não houve retificação da data da referida resolução.
DECRETO RIO nº 39.848 DE 16/03/2015.	Dispõe sobre a obrigatoriedade de redução do consumo de energia elétrica pelos órgãos municipais.	A Superintendência de Orçamento da Secretaria Municipal de Fazenda informará a cada órgão ou entidade o valor do limite (...) aberto por cada mês do exercício de 2015, com base em informações do sistema FINCON da CGM, cabendo a Controladoria informar sempre que o limite estabelecido neste Decreto for ultrapassado.	
RESOLUÇÃO SMA Nº 1948 DE 24 /03/2015.	Altera a composição da Câmara Gestora de Gêneros Alimentícios - CGGA, No âmbito da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro e dá outras providências.	Participação de representantes da CGM na Câmara Gestora de Gêneros Alimentícios.	
LEI Nº 5.861, DE 25/05/2015.	Cria o Fundo Especial de Combate a Emergências e Calamidades Públicas e o Conselho Municipal de Combate a Emergências e Calamidades Públicas e dá outras providências.	Participação de um representante da Controladoria Geral do Município.	

LEGISLAÇÃO	EMENTA	COMO A CGM PARTICIPA	OBSERVAÇÃO
DECRETO RIO Nº 40.200, DE 08/06/2015.	Altera o Art. 3º do Decreto Municipal nº 39.185/2014 e inclui Representantes da Controladoria Geral do Município do Rio de Janeiro na Comissão Normativa de Licitações do Projeto de Promoção da Excelência na Gestão Pública do Município do Rio de Janeiro -Projeto Rio de Excelência (CNL-PRE) e dá outras providências.	Participação de representantes da CGM Comissão Normativa de Licitações do Projeto de Promoção da Excelência na Gestão Pública do Município do Rio de Janeiro -Projeto Rio de Excelência (CNL-PRE).	
DECRETO RIO Nº 40.285, DE 24/06/2015.	Dispõe sobre a consolidação da legislação que versa sobre o Sistema Municipal de Transportes Oficiais no âmbito do Poder executivo e dá outras providências.	Utilização da CGM em Transportes Oficiais, bem como junto com a SMA e a CODESP autorizará previamente a prorrogação de contratos em vigor quando os órgãos e entidades não encaminharem suas necessidades de veículos ao órgão central.	
RESOLUÇÃO SMS Nº 2657, DE 24/06/2015.	Por solicitação dos Ordenadores de Despesa fica prorrogado até 03/07/2015 o prazo estabelecido por meio da Resolução SMS nº 2546 de 13 de março de 2015, para encaminhamento à Central de Liquidação da Controladoria Geral do Município, dos processos de faturas relativos a despesas executadas durante o exercício de 2014, inscritas em "Restos a Pagar não Processados", originados das Unidades Administrativas que requereram tempestivamente tal extensão temporal.	Recebimento de processos de faturas executadas pela SMS no exercício de 2014.	
RESOLUÇÃO SMF Nº 2858 DE 21/07/2015.	Estabelece procedimento especial simplificado para restituição de valores pagos indevidamente a título de Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana e de Taxa de Coleta Domiciliar de Lixo relativos a imóveis isentos situados na Área de Especial Interesse Urbanístico - AEIU do Porto do Rio de Janeiro de que trata a Lei nº 5.780, de 22 de julho de 2014.	Envio à CG/SIC/CTG para os devidos registros de dedução da receita.	

LEGISLAÇÃO	EMENTA	COMO A CGM PARTICIPA	OBSERVAÇÃO
RESOLUÇÃO "P" SMA Nº 569 DE 28/07/2015.	Designa servidores para atuarem como Pregoeiros e Integrantes de Equipe de Apoio, dos certames a serem realizados através do Portal COMPRASNET no âmbito do Município do Rio de Janeiro e dá outras providências.	Designação de representantes da CGM.	
RESOLUÇÃO SMS Nº 2694 DE 30/07/2015.	Prorroga até 30/09/2015, o prazo estabelecido por meio da Resolução SMS nº 2546 de 13 de março de 2015, para encaminhamento à Central de Liquidação da Controladoria Geral do Município, dos processos de faturas relativos a despesas executadas durante o exercício de 2014, inscritas em "Restos a Pagar não Processados", originados das Unidades Administrativas que requereram tempestivamente tal extensão temporal.	Recebimento de processos de faturas executadas pela SMS.	
RESOLUÇÃO "P" SMA Nº 656 DE 21/08/2015.	Altera a composição da Câmara Gestora de Gêneros Alimentícios - CGGA, no âmbito da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro e dá outras providências.	Participação de representantes da CGM na Câmara Gestora de Gêneros Alimentícios.	
DECRETO RIO Nº 40561 DE 27/08/2015.	Institui o Comitê Central das Famílias de Compras.	Participação de dois representantes da CGM no Comitê Central; Participação de um representante da CGM no Subcomitê de Veículos; Participação de um representante da CGM no subcomitê de Refeição Hospitalar; Um representante da CGM no subcomitê de Medicamentos; Um representante da CGM no subcomitê de Manutenção Predial.	
RESOLUÇÃO "P" SMA Nº 703 DE 31/08/ 2015.	Designa servidores para atuarem como Pregoeiros e Integrantes de Equipe de Apoio, dos certames a serem realizados através do Portal COMPRASNET no âmbito do Município do Rio de Janeiro e dá outras providências.	Designação de representantes da CGM.	

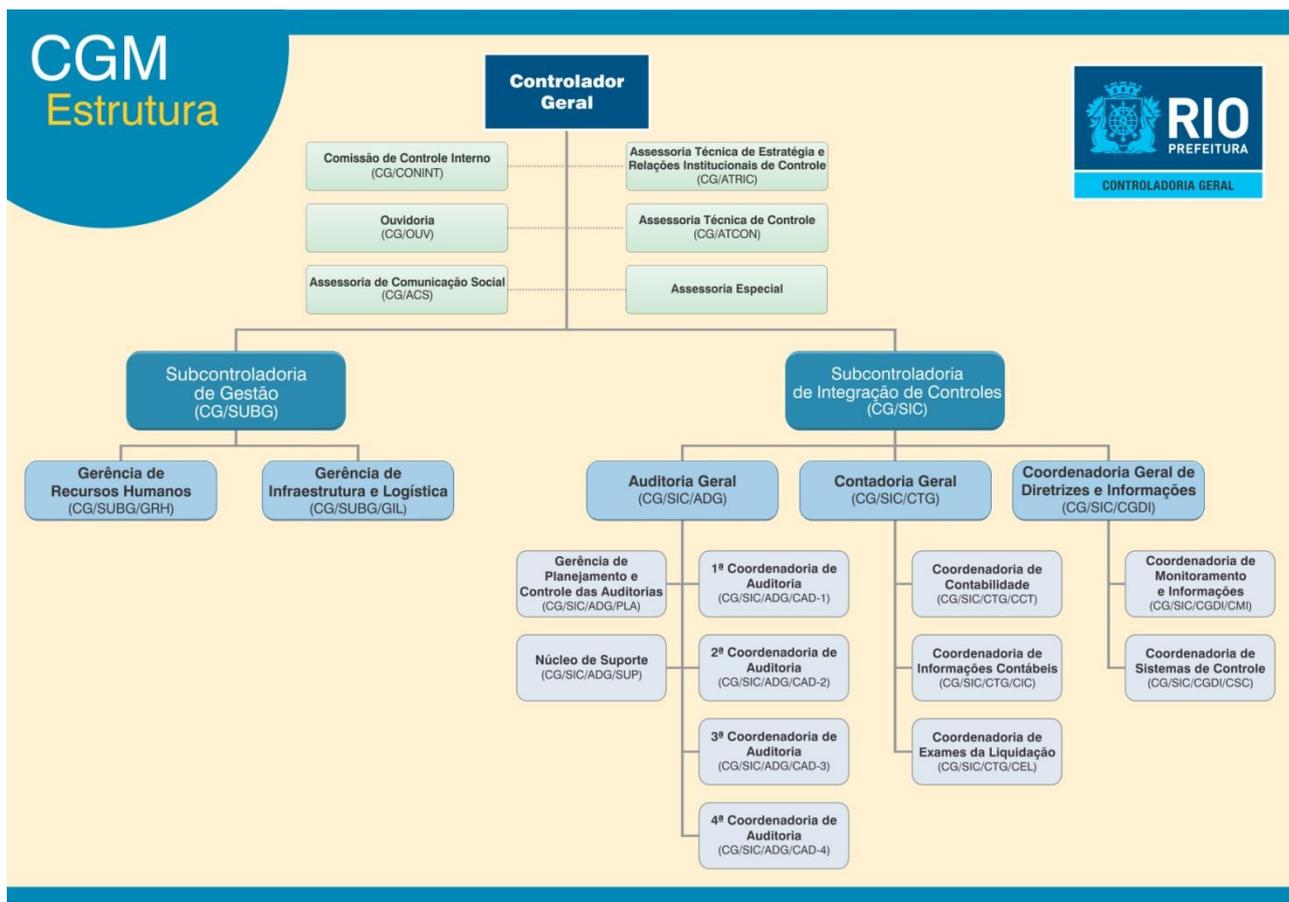
LEGISLAÇÃO	EMENTA	COMO A CGM PARTICIPA	OBSERVAÇÃO
RESOLUÇÃO SMA Nº 1971 DE 25/09/2015.	Institui o Comitê Central das Famílias de Compras.	Designação de representantes da CGM para o Comitê Central e os Subcomitês instituídos pelo Decreto Rio nº 40.561/2015.	
DECRETO RIO Nº 40770 DE 19/10/2015.	Altera o Decreto Nº 36.724, de 16 de janeiro de 2013, e dá outras providências.	Excluir o Subcontrolador de Gestão, da Controladoria Geral do Município.	Decreto nº 36.724/2013- dispõe sobre a composição da Comissão de Programação e Controle da Despesa - CODESP.
DELIBERAÇÃO CODESP Nº 92 DE 19/10/2015.	Altera a composição da Comissão de Programação e Controle da Despesa - CODESP, na forma que menciona.	Designação de dois representantes da CGM.	
RESOLUÇÃO CONJUNTA SMF/CGM Nº 157 DE 02/12/2015.	Dispõe sobre a composição do Grupo de Trabalho para acompanhamento do projeto GICOF- Gestão Integrada dos Processos de Controle, Contabilidade, Gestão de Contratos Externos, Orçamento e Financeiro, suas competências e responsabilidades.	Designação de três representantes da CGM.	Revogada a Resolução "P" SMF Nº 3 de 06 de Janeiro de 2015.
DECRETO RIO Nº 40454 DE 10/08/2015.	Dispõe sobre a manutenção, a renegociação e a revisão de Contratos e Convênios e dá outras providências.	A CGM deverá receber dos Titulares dos Órgãos e das Entidades da Administração Direta e Indireta, relatório contendo a revisão e renegociação de Contratos e Convênios.	

3) ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A estrutura organizacional da CGM foi alterada em 2015 e está vigente sob a égide do Decreto nº 40.691/15. Informamos, ainda, que a estrutura da CGM foi alterada, anteriormente, pelos seguintes Decretos: 33.013/2010, 34.677/2011, 36.353/2012, 38.643/2014, 38.721/2014 e 40.691/2015.

20º Estrutura da CGM - Decreto nº 40.708 de 06/10/2015:

- Função Gratificada: 09
- Cargos em Comissão: 116
- Total de Cargos: 124



4) RECURSOS HUMANOS

4.1) DOS TREINAMENTOS

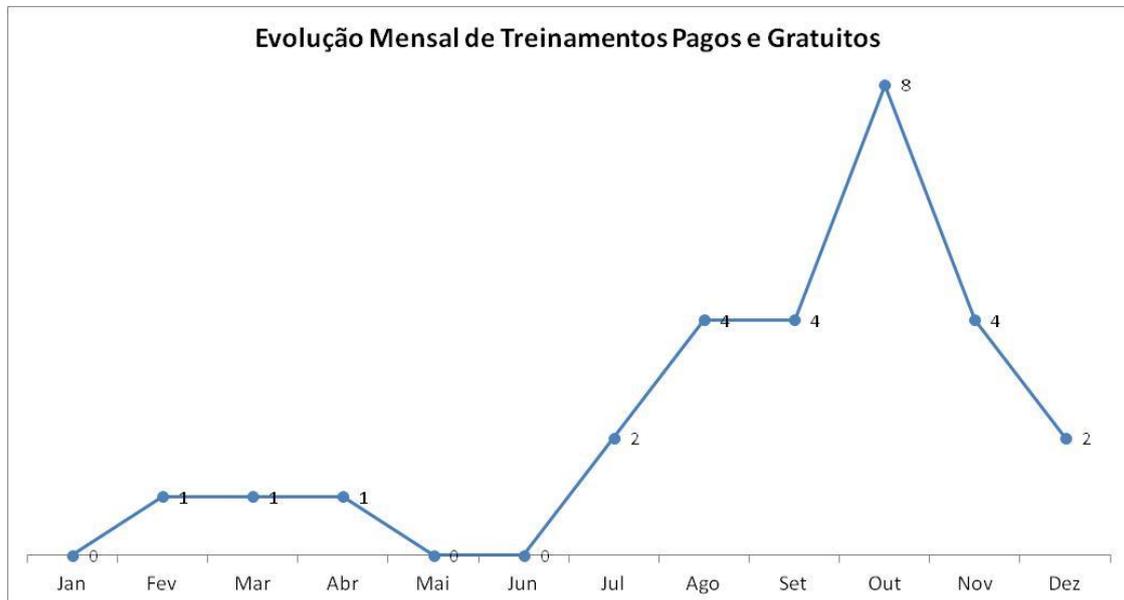
No ano de 2015, a Gerência de Recursos Humanos - GRH, como um veículo dinâmico de auxílio no desenvolvimento de pessoas, permaneceu fortemente comprometida com o crescimento do servidor e suas necessidades, valorizando o trabalho em equipe para maior qualidade, produtividade e agilidade nos trabalhos.

Buscando a melhoria contínua, o Plano Anual de Capacitação - PAC atuou como principal instrumento no aperfeiçoamento das pessoas do quadro da CGM, evidenciando uma evolução na sua confecção e análise. Esse processo, que começa com o envio do Levantamento das Necessidades de Treinamento - LNT para a GRH e envolve uma engajada mobilização a fim de priorizar, orçar e apresentar um programa que atenda às principais demandas e se enquadre nos limites orçamentários.

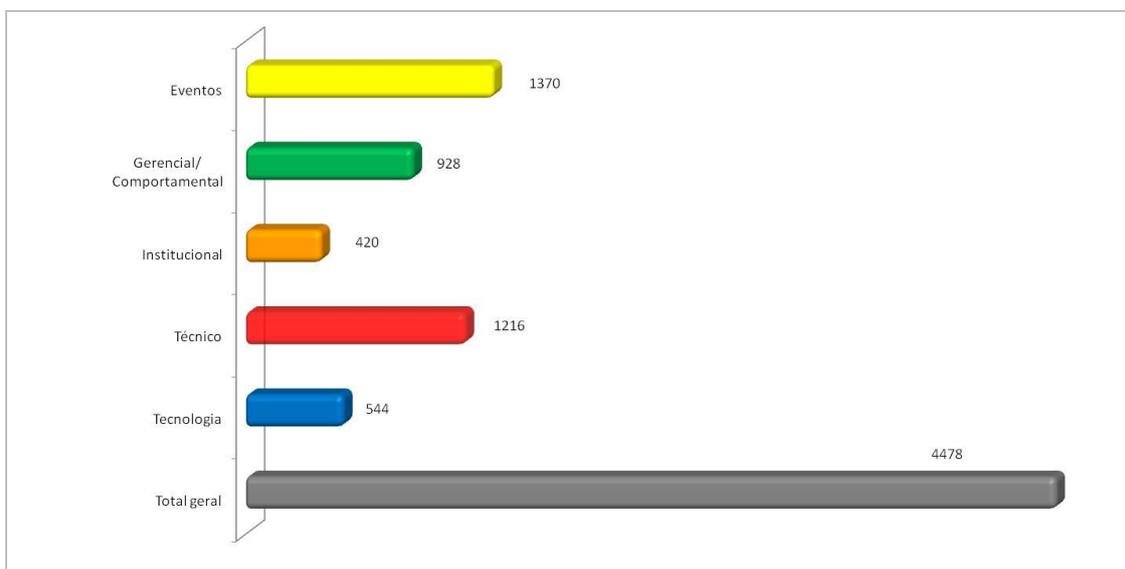
Durante o decorrer do ano houve uma série de adaptações ao PAC inicial, inclusive com a inserção de cursos não previstos, porém a participação da GRH se mostrou importante para o alcance de seus objetivos, fazendo adequações que cumprissem com essa demanda extraordinária.

Foram realizados 27 treinamentos conforme gráficos 1 e 2, sendo 11 pagos e 16 gratuitos (13 *in company*). Com a disponibilização de 280 vagas, carga horária média de 4.478 horas, sendo 14,92 horas por servidor.

Evolução Mensal de Treinamentos Pagos e Gratuitos



Carga Horária por Eixo

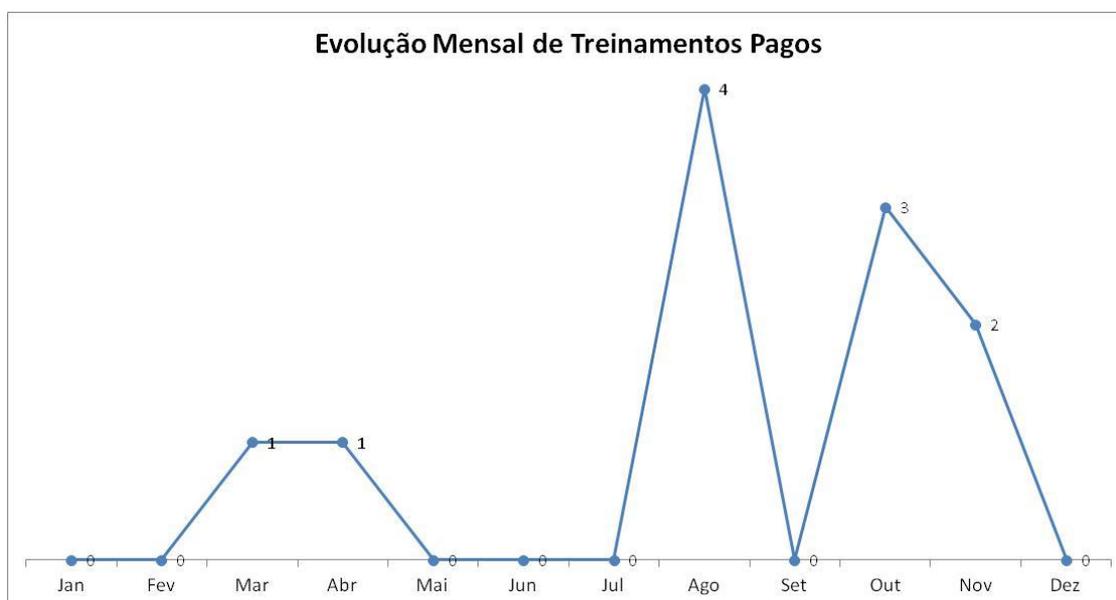


Assim, comparativamente com o ano anterior, houve um decréscimo de 8,31 % nas vagas disponibilizadas, visto que em 2014 foram ofertadas 4.884. Porém, a CGM buscou compensar esse problema com o oferecimento de cursos *in company*.

Um fator muito relevante foi a dificuldade de inscrição dos servidores nos cursos, haja vista que vários deles foram cancelados por falta de quórum, reflexo da crise econômica que passa o país.

No gráfico dos treinamentos pagos, podemos observar que os cursos foram concentrados no segundo semestre, com um número maior de cursos nos meses de agosto, outubro e novembro.

Evolução mensal de Treinamentos Pagos



No eixo Tecnologia, salientamos os cursos de “Corel Draw”, “SIG Réplica e Excel-Adin”, “Excel Avançado 2010”, “Governança em TI-COBIT Fundamentos” e “MySQL 5”, evidenciando um acréscimo na demanda na capacitação nessa área.

Com relação ao eixo Eventos, foram realizados 7 capacitações, com evidência para “10ª Edição do CONINTER Nacional”, “IV Seminário Internacional de Contabilidade Pública”, “V Fórum Nacional de Gestão e Contabilidade Pública”, “III SECOFEM - Semana Contábil e Fiscal de Estados e Municípios” e a 57ª Concerj - Convenção de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro.

Nesse eixo, o setor ATRIC - Assessoria Técnica de Estratégia e Relações Institucionais de Controle - promoveu seminários e intercâmbios, visando a disseminação de práticas e estudos realizados em temas relativos ao controle.

Ainda, em relação ao eixo Evento, a CG/ATRIC - Assessoria Técnica de Estratégia e Relações Institucionais de Controle, promoveu os eventos técnicos da Controladoria Geral do Município que visam a disseminação de práticas e estudos realizados em temas relativos ao controle e diversos intercâmbios. Em 2015, foram realizados os seguintes eventos técnicos:

45º SEMINÁRIOS DA CGM

Tema: “Contabilidade Aplicada ao Setor Público no Brasil - Dificuldades e Ganhos com a sua Inovação”

Data: 11/06/2015

Palestrantes: Sr. Paulo Henrique Feijó da Silva, Assessor Especial da Subsecretaria de Planejamento Estratégico e Modernização Fazendária da Secretaria de Estado de Fazenda do Rio De Janeiro - Sefaz, Sra. Lucy Fátima de Assis Freitas, Contadora Geral da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte e Sra. Rosângela Pereira Ramos, Coordenadora de Contabilidade da Contadoria Geral da CGM-Rio.

46º SEMINÁRIOS DA CGM

Tema: “Auditoria Contínua”

Data: 16/10/2015

Palestrantes: Sra. Fabiana dos Santos - Analista III da Coordenadoria de Gestão de Auditoria Interna do Hospital de Clínicas de Porto Alegre.

10º CONHECENDO A PREFEITURA- RJ

Tema: “Conhecendo o funcionamento da SURCA - Auditoria da Saúde”

Data: 01/04/2015



Palestrante: Sérgio Aquino - Coordenador Geral de Contratualização, Controle e Auditoria da Secretaria Municipal de Saúde

11º CONHECENDO A PREFEITURA- RJ

Tema: “Aplicação da Lei do Super Simples na PCRJ - Aspectos da Fiscalização do ISS”.

Data: 29/09/2015

Palestrante: Alexandre Calvet Lima - Coordenador do Imposto Sobre Serviços e Taxas da Secretaria Municipal de Fazenda e José Rufino Neto - Assistente da Assessoria de Planejamento de Tributos Mobiliários da Secretaria Municipal de Fazenda

EOCIM- RJ - Encontro com Órgãos de Controle Interno dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro

Objetivo do Evento - Criar espaço sistemático para discussão de temas que possam contribuir na melhoria do trabalho de controle, para a realização de parcerias com organização afetos ao controle Municipal e para intercâmbios de experiência.

- 6º EOCIM - RJ - Realizado no município de Macaé - 27/03/2015;
- 7º EOCIM - RJ - Realizado no município de Barra Mansa - 18/09/2015;

O Núcleo de Intercâmbio da CG/ATRIC é responsável por coordenar as ações de intercâmbio representadas por visitas presenciais à CGM e por Intercâmbios externos.

Visitas presenciais - Programa de Visitas à CGM

Foi aprovado o quantitativo de 16 visitas, 6 foram canceladas, totalizando 10 visitas no ano. Foi estabelecida a meta de resultado de viabilização de 90 % das visitas aprovadas, ou seja, 9 visitas.

Por meio de divulgação do Programa de Visitas junto a instituições de controle público e privado e de outras áreas que têm interesse no controle interno da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, bem como em função do aprimoramento da metodologia de



intercâmbio, foi alcançado o percentual de 100% da meta estabelecida, com 10 visitas realizadas, envolvendo 85 visitantes.

Destaca-se, nesse exercício, um segmento inédito no Programa de Visitas à CGM, um Órgão Internacional, com a visita de uma comitiva de 12 pessoas, sendo 10 representantes do Ministério do Planejamento do Quênia, acompanhados de 1 representante da Embaixada da Suécia em Nairobi e de 1 conselheira e coordenadora do projeto de visita de estudo ao Brasil, representando o Instituto Sueco de Administração Pública - SIPU International.

Outra inovação que foi denominado “Programa de Visitas à CGM Invertido”, foi a visita da CG/ATRIC em duas Secretarias Municipais do Rio de Janeiro para apresentar um produto da CGM, o Manual de Normas e Procedimentos de Controle Interno, no qual foram reunidos um total de 27 participantes.

A estratégia em receber, no mesmo dia, mais de um órgão visitante, também foi repetida no ano de 2015, com a visita de três Municípios do Estado do Rio de Janeiro, dessa forma foi possível atender a um número maior de solicitações de visitas e de visitantes, sem contar com a otimização da alocação de horas dos dirigentes responsáveis pelo atendimento.

O Programa de Visitas à CGM recebeu representantes da Secretaria Especial do Envelhecimento Saudável e Qualidade de Vida - SESQV, Assim como a visita ocorrida em 2012, essa segunda turma é resultado da articulação da CGM junto à SESQV, com o objetivo de possibilitar a esse segmento da sociedade conhecer de perto as atividades desenvolvidas pela Controladoria e os processos de controle na utilização de recursos públicos.

Outro segmento que O Programa de Visitas à CGM recebeu foi a visita de 16 Estagiários da Secretaria Municipal de Saúde (SMS), sendo 15 estudantes da FAETEC e 1 do SENAC; 1 estudante universitário da Estácio de Sá; 1 Supervisora da SMS. A CGM, por meio da Assessoria Técnica de Estratégia e Relações Institucionais de Controle, juntamente com a Secretaria Municipal de Saúde, organizou a visita dos estudantes que atuam na área administrativa da Secretaria, a fim de conhecerem a estrutura e funcionamento da Controladoria e a importância do controle interno para o serviço público.

A seguir, os dados relativos às visitas no exercício de 2015:

Data da Visita à CGM	Organização Visitante	Objetivo da visita / Temas de interesse	Qte de Visitantes
10/12/2015	Diretoria de Liquidação do Município de Magé.	Conhecimento dos processos do exame da liquidação da despesa desenvolvido pela CGM no município do Rio de Janeiro	1
01/10/2015	Ministério do Planejamento do Quênia junto com o Swedish Institute for Public Administration - SIPU International	Conhecimento da estrutura e hierarquia da CGM, assim como o papel no controle dos gastos e investimentos de recursos públicos municipais. Ainda, de forma mais abrangente, o interesse em saber de que maneira ocorre e qual o impacto das ações da Prefeitura para a concepção e formulação de políticas públicas em nível regional e nacional, além de saber como é a interação com outros órgãos da sociedade e do governo para alcançar o mesmo fim.	12
28/08/2015	Secretaria Municipal de Saúde - SMS (estagiários de nível médio e superior)	Conhecimento da estrutura e funcionamento da Controladoria Geral do Município do Rio de Janeiro e os processos de controle na utilização de recursos públicos	18
7/08/2015	Controladoria Geral do Município de Santo Antonio de Pádua	Conhecimento da estrutura e funcionamento da Controladoria Geral do Município do Rio de Janeiro, incluindo os produtos e serviços da Auditoria Geral.	2
	Controladoria Geral do Município de Três Rios		1
	Controladoria Geral do Município de Santa Maria Madalena		2
30/07/2015	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SMDS (*)	Conhecimento do Manual de Normas e Procedimentos de Controle	18
23/07/2015	Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência - SMPD (*)	Conhecimento do Manual de Normas e Procedimentos de Controle	9
14/07/2015	Conselho Regional de Enfermagem do Estado do Rio de Janeiro - COREN-RJ e Conselho Federal de Enfermagem - COFEN	Conhecimento da estrutura e funcionamento da Controladoria Geral do Município do Rio de Janeiro	4
09/06/2015	Secretaria Especial do Envelhecimento Saudável e Qualidade de Vida - SESQV	Conhecimento da estrutura e funcionamento da Controladoria Geral do Município do Rio de Janeiro e os processos de controle na utilização de recursos públicos	18
Total	10 órgãos visitantes	-	85 pessoas

Intercâmbio Externo

A meta de resultado prevista para a CG/ATRIC foi a viabilização de 90% dos intercâmbios externos aprovados pela CONINT, que foi estabelecido no total de 3 visitas para o segundo semestre de 2015. Assim, a meta estabelecida (90% de 3 = 2,7 aproximadamente 3 visitas a outras organizações) foi atingida em 100% e envolveu 3 diferentes instituições e 15 servidores da CGM.

A seguir, os dados relativos aos Intercâmbios realizados pela CGM no exercício de 2015:

Data da visita	Objetivo da visita	Instituição visitada	Local (Município / Estado)	Qte servidores CGM que participaram da visita
18/11/15	Conhecer o sistema SIAGO	Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro - TCE-RJ	Rio de Janeiro - RJ	3
16/11/15	Conhecer o sistema SISGIA	Indústrias Nucleares do Brasil - INB	Resende - RJ	4
07/10/15	Conhecer o sistema Monitor	Controladoria Geral da União no Rio de Janeiro - CGU-RJ	Rio de Janeiro - RJ	8
Total	3 visitas	-	-	15

No que concerne ao eixo Técnico, destacaram-se os cursos “Retenção na Fonte de Tributos: IRPF/PIS/COFINS/CSLL/INSS/ICMS/ISS”, “Licitações no Âmbito do Município do Rio de Janeiro”, “Orçamento Público” e “Apresentação do Guia Orientador de Retenções e Contribuições na Contratação de Serviços pela Administração Direta Municipal”.

Relativamente ao eixo Institucional, foi realizado o “II Programa de Formação do Nível Avançado da Categoria Funcional de Auxiliar da Controladoria”. As aulas foram conduzidas por servidores municipais, o que representou uma admirável economia, e uma sobra de recursos a ser aproveitada para a contratação de outros cursos. Esse curso é destinado aos servidores de nível médio para ter acesso ao nível avançado da gratificação

de apoio ao controle interno, que consta na Lei nº 4.015/2005 e é regulamentado pelo Decreto nº. 30.305/2008. A carga horária foi de 20 horas, distribuídas da seguinte maneira:

Programa de Formação do Nível Avançado

Disciplinas	Horas/Aula
Instrução Processual	8 h
Gestão de Processos	8 h
Visão Institucional da PCRJ	4 h

No tocante ao eixo Gerencial/Comportamental, sobressaíram os cursos de “Comunicação e Feedback Gerencial”, “Trabalho em Equipe”, “Gerenciamento de Projetos”, “Administração de Conflitos nas Organizações”, “Liderança” e “Técnicas de Falar em Público”.

Valorizando seus servidores, a Controladoria Geral do Município intensificou o compartilhamento de conhecimento entre seus colaboradores, uma vez que muitos deles ministraram cursos na modalidade *In company*, tais como:

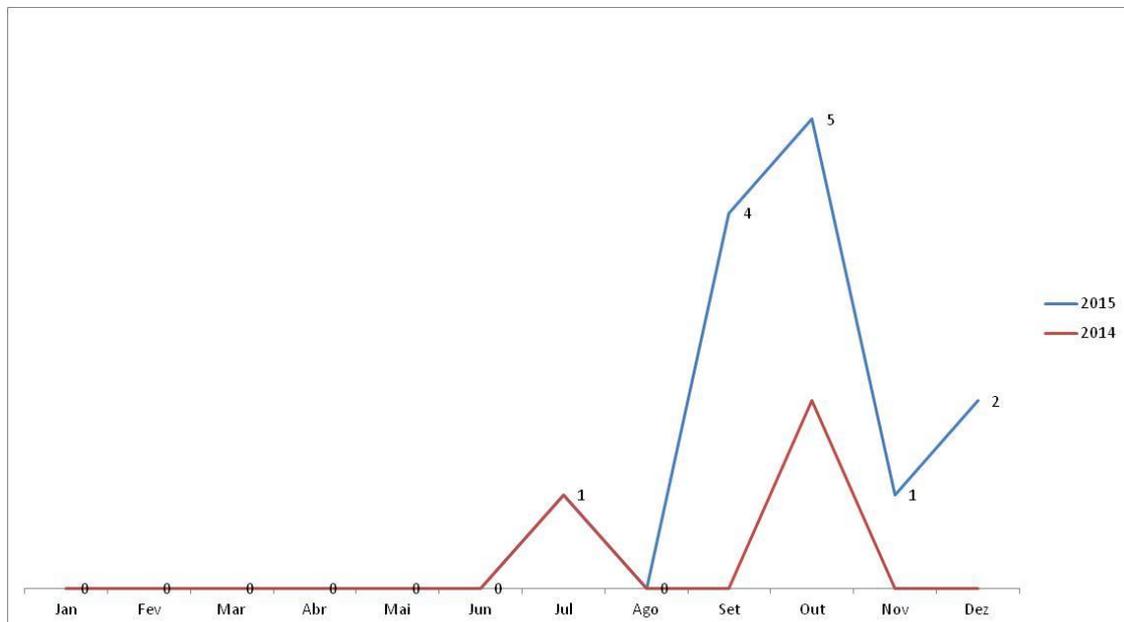
- Trabalho em Equipe;
- Gerenciamento de Projetos;
- SIG Réplica e Excel-Adin;
- Técnicas de Falar em Público;
- Licitações no Âmbito do Município do Rio de Janeiro;
- Apresentação do Guia Orientador de Retenções e Contribuições na Contratação de Serviços pela Administração Direta Municipal;

- Demonstrações Contábeis dos Fundos Especiais;
- Orçamento Público;
- Liderança;
- II Programa de Formação do Nível Avançado da Categoria Funcional de Auxiliar da Controladoria.

A aplicação desses cursos teve a participação de pessoas de diversas Secretarias, incluindo a Administração Indireta Municipal.

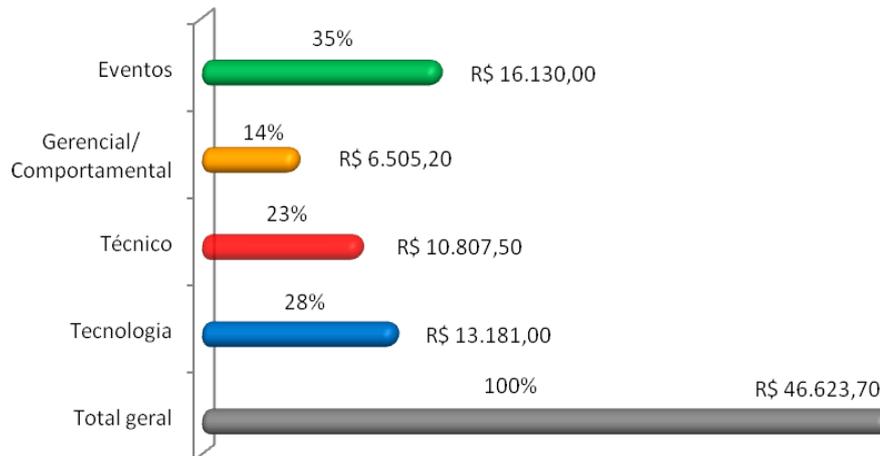
No quadro de treinamentos *In company*, comparativamente ao ano de 2014, notamos um incremento de 433,33% no quantitativo de cursos oferecidos, indicando um aumento na demanda por este tipo de capacitação.

Evolução Mensal de Treinamentos *In Company* 2014 e 2015



Percebe-se que a preocupação com a maximização dos recursos permeou os trabalhos da GRH, a fim de beneficiar o maior número de servidores possível, mantendo a qualidade dos treinamentos. A partir desse objetivo, executou-se em 2015 o valor de R\$ 46.623,70, conforme demonstrado abaixo.

Execução do Investimento Anual de Treinamento CGM 2015



Investimento Anual em Treinamento CGM 2014 e 2015

Eixo	2014	2015
Eventos	13%	35%
Gerencial/ Comportamental	12%	14%
Técnico	54%	23%
Tecnologia	21%	28%
Total Geral	100%	100%

Em 2015, inferimos algumas diferenças significativas no perfil de treinamento, como o aumento dos cursos dos eixos gerencial/comportamental e tecnologia, com a consequente diminuição do eixo técnico que sempre foi predominante.

Adicionalmente, com os cursos gratuitos e *in company*, a CGM superou vários desafios, como a redução dos cursos pagos, as dificuldades de obtenção de sala de treinamentos, a complexa infraestrutura envolvida e uma série de detalhes para continuar propiciando aos servidores o que há de melhor em treinamento e desenvolvimento.

4.2) CARGOS EM COMISSÃO / FUNÇÃO GRATIFICADA

- 1) Considerando os cargos efetivos, dentro dos setores da CGM, os cargos em comissão/funções gratificadas, estão assim distribuídos:

Distribuição de Cargos em cargos em comissão/funções gratificadas

SETOR	AUXILIAR DE CONTROLADORIA	CONTADOR DA CONTROLADORIA	ESPECIAL *	TÉCNICO DE CONTABILIDADE	TÉCNICO DE CONTROLE INTERNO	OUTRAS CATEGORIAS	TOTAL
ACS			1			1	2
ADG	1	14		8	10	2	35
ATCON	1	1		1		1	4
ATRIC	1	2		1	1	2	7
CGDI	2	3	1	4	11	2	23
CTG	2	14		13	1	1	31
GAB		6	1		3	4	14
GIL		1	2			1	4
GRH		1		1	1	1	4
TOTAL	7	42	5	28	27	15	124

* A categoria Especial é composta por três servidores não efetivos (ACS, CGDI e GAB) mais uma aposentada do serviço público e um servidor da COMLURB à disposição da CGM, ambos lotados na GIL.

* Além desses servidores da categoria Especial, temos 4 auditores de Sistemas que são oriundos do IPLAN.

* Fonte: ERGON. Acesso em janeiro/2016

- 2) Os cargos em comissão/função gratificada se dividem em: Assessoria e Assistência, Coordenação e Gerência e Direção, conforme quadro abaixo:

Distribuição de Cargos em Comissão

	CARGOS EM COMISSÃO	SETORES									TOTAL
		ACS	ADG	ATCON	ATRIC	CGDI	CTG	GAB	GIL	GRH	
ASSESSORIA TÉCNICA	ASSESSOR CHEFE	1		1							2
	ASSESSOR CHEFE TÉCNICO				1						1
	ASSESSOR ESPECIAL							1			1
	ASSESSOR I						1	1			2
	ASSESSOR II					3		3			6
	ASSESSOR III		1	1	1	3	3				9
	ASSISTENTE I	1	1	1	3	7	12	6	2	2	35
	ASSISTENTE II			1	2	1	2		1	1	8
GERÊNCIA E COORDENAÇÃO	AUDITOR		15								15
	COORDENADOR I		4			2	3				9
	GERENTE								1	1	2
	GERENTE DE PROCESSO I		10			6	9				25
	GERENTE DE PROCESSO III		1								1
	GERENTE III		1								1
	SUBGERENTE III		1								1
DIREÇÃO	AUDITOR GERAL		1								1
	CONTADOR GERAL						1				1
	CONTROLADOR GERAL							1			1
	COORDENADOR GERAL					1					1
	SUBCONTROLADOR							2			2
	TOTAL	2	35	4	7	23	31	14	4	4	124

* Fonte: ERGON. Acesso em janeiro/2016

4.3) DOS CARGOS EFETIVOS

Distribuição de Cargos Efetivos Ocupados

CARGO EFETIVO	TOTAL DE CARGOS EFETIVOS	01/01/2015 OCUPADOS	31/12/2015 OCUPADOS
AUXILIAR DE CONTROLADORIA	70	30	31
CONTADOR DA CONTROLADORIA	120	114	110
TÉCNICO DE CONTABILIDADE	80	63	63
TÉCNICO DE CONTROLE INTERNO	60	49	48
OUTRAS CATEGORIAS	-	33	34
TOTAL	330	289	286

* Fonte: ERGON. Acesso em janeiro/2016

Os cargos efetivos são regulamentados pelas Leis nº 4.015/2005 e nº 4.814/2008, além da lei de criação da CGM, Lei nº 2.068/1993, excetuando-se o cargo efetivo "Outras categorias".

5) EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Abaixo, apresentamos os programas de trabalho, com as respectivas naturezas de despesa e os valores correspondentes, relativos ao exercício de 2015. Em seguida, relacionamos as ações desenvolvidas, no mesmo exercício, pela Gerência de Infraestrutura e Logística.

2015			
12.01.04.122.0389.2169 - Apoio Administrativo - Gestão e Finanças Públicas			
Natureza de Despesa	FR	Valores Previstos	Valores Executados
3.3.90.14 - Diárias	100	30.000,00	29.845,50
3.3.90.30 - Material de Consumo	100	40.000,00	25.119,16
3.3.90.33 - Passagens e locomoção	100	45.089,35	19.630,92
3.3.90.35 - Serviços de Consultoria	100	1.209.636,00	1.209.636,00
3.3.90.36 - Outros Serviços de 3ºs - PF	100	7.980,00	7.980,00
3.3.90.37 - Locação de mão de obra	100	139.184,00	134.345,93
3.3.90.39 - Outros Serviços de 3ºs - PJ	100	299.625,65	198.292,98
3.3.90.47 - Obrig. Tribut. e Contributivas	100	1.596,00	1.596,00
3.3.91.39 - Aplicações Diretas entre Órgãos	100	4.440,00	1.500,20
4.4.90.52 - Equipam. e Material Permante	100	5.000,00	0,00
Total		1.782.551,00	1.627.946,69
12.01.04.122.0389.2349 - Despesas Obrigatórias e Outros Custeios da Adm. Direta - Gestão e Finanças Públicas			
3.3.90.23 - Vale-refeição, vale-alimentação	100	164.000,00	136.058,62
Total		164.000,00	136.058,62
12.01.04.122.0389.2419 - Concessionárias de Serviços Públicos - Adm. Direta - Gestão e Finanças Públicas			
3.3.90.39 - Outros Serviços de 3ºs - PJ	100	18.022,00	12.885,06
Total		18.022,00	12.885,06

12.01.04.122.0389.2529 - Provisão de Gastos com Pessoal - Gestão e Finanças Públicas			
3.1.90.11 - Venc. e Vantag. Fixas - Pess.Civil	100	40.538.000,00	39.829.110,56
3.1.90.16 - Outras Desp. Variáveis - Pess. Civil	100	8.579.000,00	8.225.918,60
3.1.90.49 - Auxílio -transporte	100	28.000,00	17.968,58
3.1.90.96.01 - Ressarcimento de Pessoal	100	65.000,00	21.121,84
Total		49.210.000,00	48.094.119,58
12.01.04.126.0389.2799 - Manutenção e Desenvolvimento da Informática - Adm. Direta - Gestão e Finanças Públicas			
3.3.90.30 - Material de Consumo	100	8.000,00	7.992,00
3.3.90.39 - Outros Serviços de 3ºs - PJ	100	1.098.333,00	1.087.579,92
4.4.90.52 - Equipam. e Material Permante	100	0,00	0,00
Total		1.106.333,00	1.095.571,92
Total do Órgão		52.280.906,00	50.966.581,87

O valor total do Órgão, executado em 2015, possibilitou a realização das despesas planejadas para o exercício, como renovação e execução dos contratos firmados, treinamentos, aquisições de materiais de expediente, limpeza e gêneros alimentícios necessários ao funcionamento dos setores.

Também, pagamento de diárias aos servidores que se deslocaram para participação em seminários, cursos e reuniões com a finalidade de intercâmbio das informações relativas ao controle interno.

6) PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E ACORDOS DE RESULTADOS

O Núcleo de Monitoramento Estratégico - NUME, da Assessoria Técnica de Estratégia e Relações Institucionais de Controle - CG/ATRIC, é a área da Controladoria que tem como objetivo principal o acompanhamento do Planejamento Estratégico, revisado anualmente pela Comissão de Controle Interno - CONINT que é composta pelos Dirigentes da CGM.

Em 2015, foi realizada a revisão anual do Planejamento Estratégico referente ao Ciclo 2013-2016, considerando a revisão da Análise de Ambiente feita através dos Pontos Fortes, Pontos Fracos, Ameaças e Oportunidades da Controladoria Geral. Foram consideradas também as Vulnerabilidades, Limitações, Alavancagens e Problemas da CGM. Após isso, foram revisados os Fatores Críticos de Sucesso, os quais necessariamente devem ser atendidos por serem essenciais para o cumprimento da Missão. Ao conjugar as informações, foi considerado o novo Mapa Estratégico, um dos produtos da Ação Estratégica nº 16/2014, que serviu como norteador para as principais Ações da CGM, tendo sido estabelecidas, naquele momento, as Ações a serem desenvolvidas em 2015. O Plano foi aprovado através da Resolução CGM nº 1.177/15 e atualizado pela Resolução CGM nº 1.180 de 29 de abril de 2015.

Para cada Ação Estratégica estabelecida foi indicado um líder responsável pelo desenvolvimento da Ação. Foi elaborado, pelos setores responsáveis, Planos de Ação contendo objetivos, prazos e metas que permitiram monitorar o progresso de cada uma das Ações e o alcance dos seus objetivos.

6.1) OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E MAPA ESTRATÉGICO

São os objetivos principais que auxiliam no cumprimento das diretrizes da CGM, a partir dos quais são estabelecidas as Ações Estratégicas e as Metas. Esses objetivos foram estabelecidos com base nas dimensões do “Balanced Scorecard”, tendo representadas as suas relações de causa e efeito no Mapa Estratégico apresentado no presente relatório.

(OE 01)	Obter recursos planejados para as atividades e projetos da CGM.
(OE 02)	Aprimorar a Infraestrutura Administrativa e Tecnológica para suporte às atividades de Controle.
(OE 03)	Aprimorar o processo de avaliação de desempenho individual, setorial e global.
(OE 04)	Desenvolver e reter Competências.
(OE 05)	Fortalecer a imagem.
(OE 06)	Instituir sistema de trabalho interno integrado.
(OE 07)	Aperfeiçoar a comunicação interna.
(OE 08)	Incrementar atividades de controle preventivo e ação orientadora.
(OE 09)	Aprimorar atuais serviços prestados introduzindo práticas modernas e inovadoras de Controle Interno.
(OE 10)	Aprimorar os mecanismos de transparência pública e participação social.
(OE 11)	Aprimorar os mecanismos de Accountability dos Agentes Públicos Municipais.
(OE 12)	Contribuir para a melhoria da Gestão, do Desempenho e prevenção à Corrupção da Administração Pública Municipal.

O Mapa Estratégico apresenta a representação gráfica dos Objetivos Estratégicos definidos para o alcance da Visão e cumprimento da Missão, classificados de acordo com as dimensões do Balanced Scorecard - BSC.

Durante o exercício de 2014 foi desenvolvida, por meio da Ação Estratégica nº 16 “Implementar Painel de Controle Completo de Indicadores Estratégicos da CGM”, a revisão do Mapa Estratégico da CGM que resultou na manutenção dos Objetivos Estratégicos, definidos no Mapa Estratégico de 2014, e na inclusão de duas novas dimensões, totalizando 6 dimensões: Orçamento e Logística, Aprendizado e Crescimento; Processos Internos, Legitimação pela Sociedade, Resultados e Cumprimento da Missão.

O Mapa Estratégico revisto foi aprovado pela CONINT em reunião ocorrida em 10 de março, passando a vigor em 2015.



6.2) AÇÕES ESTRATÉGICAS 2015

A partir dos Objetivos Estratégicos, foram definidas as seguintes ações estratégicas prioritárias para desenvolvimento em 2015:

AÇÕES ESTRATÉGICAS CGM 2015				
PERSPECTIVA ORÇAMENTO E LOGÍSTICA				
OE1 - OBTER OS RECURSOS PLANEJADOS PARA AS ATIVIDADES E PROJETOS DA CGM				
Nº AÇÃO	AÇÃO ESTRATÉGICA	PRODUTO A SER OBTIDO COM A AÇÃO CONCLUÍDA	META DE RESULTADO PARA 2015	SETOR RESPONSÁVEL
1	Pesquisar linhas disponíveis de captação de recursos externos para inovações na área de controle.	Linhas de captação de recursos pesquisados.	01 relatório contendo as linhas de captação de recursos pesquisados.	SUBG/GIL/ACS
OE2 - APRIMORAR A INFRAESTRUTURA ADMINISTRATIVA E TECNOLÓGICA PARA SUPORTE ÀS ATIVIDADES DE CONTROLE				
Nº AÇÃO	AÇÃO ESTRATÉGICA	PRODUTO A SER OBTIDO COM A AÇÃO CONCLUÍDA	META DE RESULTADO PARA 2015	SETOR RESPONSÁVEL
2	Implementar o Sistema de Follow-up (Ação Plurianual).	Sistema homologado e pronto para implementação em 2016.	100% do Sistema homologado e pronto para implementação em 2016.	ADG
3	Redesenhar processos de trabalho das áreas (Ação Plurianual).	Processos de Trabalho da CGM redesenhados.	100% dos Processos de Trabalho da CTG/CCT redesenhados.	SIC/CTG
4	Diagnosticar e propor otimizações no parque de informática.	Relatório contendo o diagnóstico com proposta para ações de otimização do parque de informática.	01 Relatório contendo o diagnóstico e as propostas de ações de otimizações no parque de informática.	SUBG/GIL
5	Rever o mobiliário das áreas.	Mobiliário das áreas revistos.	100% do mobiliário das áreas revistos.	SUBG/GIL

6	Homologar a atualização de versão do Sistema de Contabilidade e Execução Orçamentária - FINCON.	Atualização de versão do sistema homologada.	Homologação de 100% das atualizações liberadas até novembro/2015.	CGDI
---	---	--	---	------

PERSPECTIVA APRENDIZADO E CRESCIMENTO

OE3 - APRIMORAR O PROCESSO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO INDIVIDUAL, SETORIAL E GLOBAL

Nº AÇÃO	AÇÃO ESTRATÉGICA	PRODUTO A SER OBTIDO COM A AÇÃO CONCLUÍDA	META DE RESULTADO PARA 2015	SETOR RESPONSÁVEL
7	Monitorar a Gestão do Processo de Avaliação de Desempenho Individual.	Relatório das ações implementadas para melhoria da Gestão do Processo de Avaliação de Desempenho.	01 Relatório das ações implementadas.	SUBG/GRH
8	Implementar Painel de Controle Completo de Indicadores Estratégicos da CGM.	Painel de Controle Completo de Indicadores Estratégicos da CGM Implementado.	01 Painel de Controle Completo de Indicadores Estratégicos da CGM Implementado.	ATRIC e demais áreas

OE4 - DESENVOLVER E RETER COMPETÊNCIAS

Nº AÇÃO	AÇÃO ESTRATÉGICA	PRODUTO A SER OBTIDO COM A AÇÃO CONCLUÍDA	META DE RESULTADO PARA 2015	SETOR RESPONSÁVEL
9	Minimizar os efeitos das perdas nos quadros funcionais da CGM.	01 Relatório das Ações definidas.	01 Relatório das Ações realizadas.	SUBG/GRH
10	Instituir Programa de Desenvolvimento Profissional Individual (Ação Plurianual).	Programa Implantado na CGM.	100% do Programa Implantado na ADG.	SUBG/GRH/ADG

PERSPECTIVA PROCESSOS INTERNOS

OE5 - FORTALECER A IMAGEM

Nº AÇÃO	AÇÃO ESTRATÉGICA	PRODUTO A SER OBTIDO COM A AÇÃO CONCLUÍDA	META DE RESULTADO PARA 2015	SETOR RESPONSÁVEL
11	Elaborar relatório de atividades CGM orientado a produtos e serviços.	Relatório de atividades CGM orientado a produtos e serviços.	01 Relatório de atividades CGM orientado a produtos e serviços.	ATRIC

OE6 - INSTITUIR SISTEMA DE TRABALHO INTERNO INTEGRADO

Nº AÇÃO	AÇÃO ESTRATÉGICA	PRODUTO A SER OBTIDO COM A AÇÃO CONCLUÍDA	META DE RESULTADO PARA 2015	SETOR RESPONSÁVEL
12	Implantar projeto de trabalho integrado entre CGDI e ADG.	Projeto de trabalho integrado implantado.	2 Projetos de trabalhos integrados implantados.	SIC/ADG/CGDI

OE7 - APERFEIÇOAR A COMUNICAÇÃO INTERNA

Nº AÇÃO	AÇÃO ESTRATÉGICA	PRODUTO A SER OBTIDO COM A AÇÃO CONCLUÍDA	META DE RESULTADO PARA 2015	SETOR RESPONSÁVEL
13	Monitorar os resultados das ações da pesquisa de clima organizacional.	Resultados das ações monitorados.	100% dos resultados das ações monitorados.	SUBG/GRH/ATRIC/ACS

OE8 - INCREMENTAR ATIVIDADES DE CONTROLE PREVENTIVO E AÇÃO ORIENTADORA

Nº AÇÃO	AÇÃO ESTRATÉGICA	PRODUTO A SER OBTIDO COM A AÇÃO CONCLUÍDA	META DE RESULTADO PARA 2015	SETOR RESPONSÁVEL
14	Fomentar Ações Orientadoras (Ação Plurianual).	Ações orientadoras fomentadas na CGM.	Elaborar 01 programa de ações orientadoras.	SIC e demais áreas
15	Regulamentar o processo de Tomadas de Contas Especiais.	Regulamentação Publicada.	01 Regulamentação publicada.	ADG/ATCON
16	Otimizar procedimentos para a certificação de prestação de contas de almoxarifados.	Relatório contendo procedimentos otimizados.	01 Relatório contendo procedimentos otimizados.	ADG

20	Finalizar a Onda 1 com instituição de comitê de compras, aplicação dos TRs e redução de R\$ 30 MM dos gastos totais conduzidos pelo projeto de Compras (Meta constante do Acordo CVL 2015 - apuração conforme CVL).	Finalização da Onda 1 com instituição de comitê de compras, aplicação dos TRs e redução de R\$ 30 MM dos gastos totais conduzidos pelo projeto de Compras.	Finalização da Onda 1 com instituição de comitê de compras, aplicação dos TRs e redução de R\$ 30 MM dos gastos totais conduzidos pelo projeto de Compras.	GAB (Ação Conjunta: CVL/SMA/CGM)
24	Elaborar, em 2015, relatório com indicadores de Recursos Humanos das principais categorias profissionais no âmbito da administração direta, a partir de estudos e análises de dados (Meta constante do Acordo CVL 2015 - apuração conforme CVL).	Relatório aprovado pela CVL com indicadores a partir da análise de dados desde 2001.	Relatório aprovado pela CVL com indicadores a partir da análise de dados desde 2001.	GAB (Ação Conjunta: CGM/SMA)
OE9 - APRIMORAR ATUAIS SERVIÇOS PRESTADOS INTRODUZINDO PRÁTICAS MODERNAS E INOVADORAS DE CONTROLE INTERNO				
Nº AÇÃO	AÇÃO ESTRATÉGICA	PRODUTO A SER OBTIDO COM A AÇÃO CONCLUÍDA	META DE RESULTADO PARA 2015	SETOR RESPONSÁVEL
17	Otimizar a tabela institucional de materiais e serviços da PCRJ.	Documento com descrição e métrica dos principais serviços e materiais constantes nos Termos de Referência das 5 famílias de compras estratégicas.	01 Documento com descrição e métrica dos principais serviços e materiais constantes nos Termos de Referência das 5 famílias de compras estratégicas.	GAB
18	Implementar projeto para organizar e gerar informações gerenciais por área de análise (Ação Plurianual).	Projeto Implementado.	2º Ciclo de desenvolvimento do projeto implementado.	CGDI

19	Implementar o Manual de Contabilidade Aplicado ao Serviço Público - MCASP na PCRJ (Ação Plurianual).	Procedimentos implementados.	02 Procedimentos implementados.	CTG/CGDI
21	Realizar auditorias das informações prestadas referentes ao cumprimento de 45 metas dos acordos de resultado firmados (Meta constante do Acordo CVL 2015 - apuração conforme CVL).	Número de metas com Auditorias realizadas.	45 metas com Auditorias realizadas.	ADG
22	Elaborar premissas básicas para todas as metas do Acordo de Resultados, listando os controles e documentos básicos que os órgãos devem estar aptos a fornecer imediatamente em caso de auditoria de metas (Meta constante do Acordo CVL 2015 - apuração conforme CVL).	Relatório validado pela CVL.	Relatório validado pela CVL.	ADG
23	Elaborar relatório gerencial de diagnóstico das fragilidades apontadas em relatórios de auditoria geral (Meta constante do Acordo CVL 2015 - apuração conforme CVL).	Relatório consolidado das fragilidades entregue e validado pela CVL.	Relatório consolidado das fragilidades entregue e validado pela CVL.	ADG

A distribuição das Ações Estratégicas por setores foi a seguinte:

SETORES	QUANT.	%
SUBG/GIL	2	8%
SUBG/GRH	2	8%
ADG	5	22%
CGDI	2	8%
ATRIC	1	4%
GAB	3	14%
SUBTOTAL 1	15	64%
AÇÕES COMPARTILHADAS	QUANT.	%
SUBG/GIL/ACS	1	4%
SUBG/GRH/ADG	1	4%
GRH/ATRIC/ACS	1	4%
ADG/ATCON	1	4%
SIC/CTG	1	4%
SIC/ADG/CGDI	1	4%
CTG/CGDI	1	4%
ATRIC e demais áreas	1	4%
SIC e demais áreas	1	4%
SUBTOTAL 2	9	36%
TOTAL GERAL	24	100%

6.3) RESULTADOS DAS AÇÕES ESTRATÉGICAS 2015

Considerando a competência atribuída ao Núcleo de Monitoramento Estratégico - NUME, da Assessoria Técnica de Estratégia e Relações Institucionais de Controle - CG/ATRIC, para o acompanhamento do desenvolvimento das Ações Estratégicas e de sua importância para o alcance dos objetivos, foi alocada a esse setor as seguintes atribuições principais:

- a) Acompanhar se o percentual de execução das Ações está de acordo com o percentual previsto para a data;
- b) Leitura das justificativas apresentadas para não conformidades;
- c) Avaliar se há risco de não alcance do objetivo da Ação no prazo final determinado;
- d) Consolidar a posição de todas as Ações para reportar ao Controlador Geral e demais dirigentes da CGM;
- e) Consolidar os resultados das Ações concluídas.

Foram definidos Instrumentos de Acompanhamento das Ações Estratégicas (IAAE's) enviados ao NUME pelos líderes de projetos em datas definidas como marcos, a saber: 29/05/2015, 21/08/2015, 19/11/2015 e 29/01/2016. Com base nos Instrumentos de Acompanhamento recebidos das áreas, foi realizada análise do desempenho das Ações Estratégicas, das Metas de Resultado e leitura das justificativas para os atrasos, sendo produzidos Relatórios de Monitoramento e Sumários Executivos para os dirigentes e servidores da CGM.

O resultado final, a seguir, sintetiza o acompanhamento feito pela CG/ATRIC/NUME para as Ações Estratégicas de 2015, constantes da Resolução CGM nº 1.180 de 29 de abril 2015, com informações atualizadas até a data de 04/02/2016.

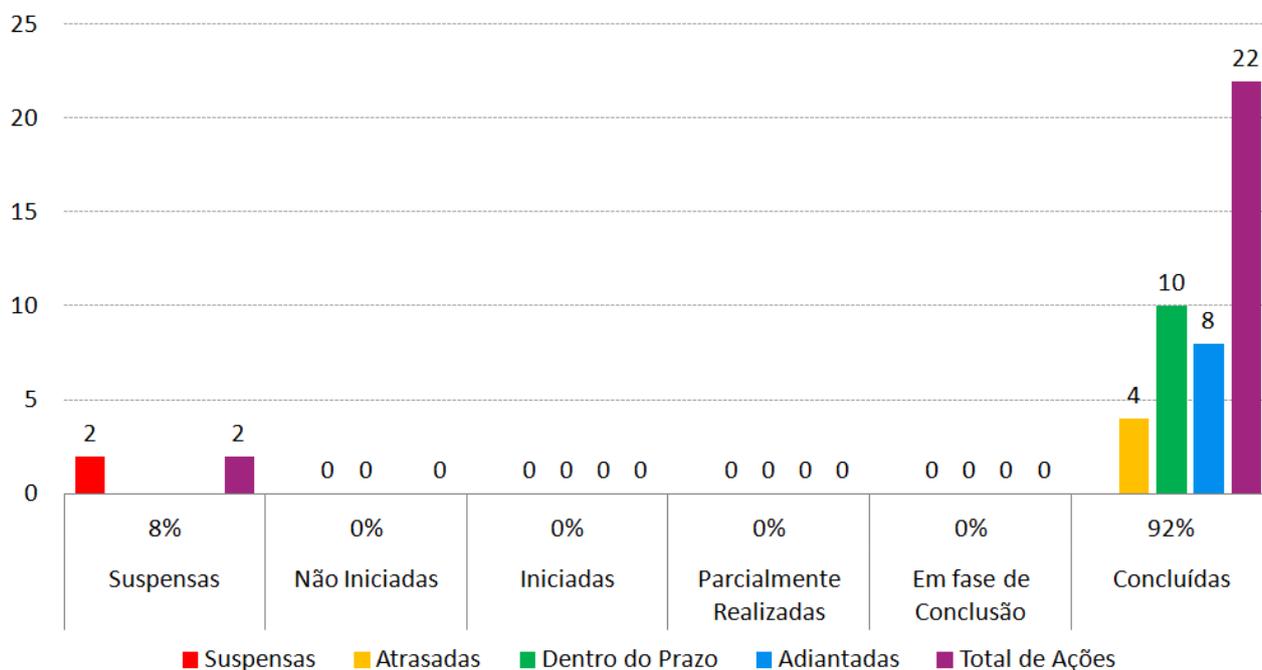
Ao final do ciclo de 2015, os resultados das Ações Estratégicas foram os seguintes:

6.3.1) Resultado Global das Ações Estratégicas

a) Status Final das Ações Estratégicas 2015

O gráfico apresentado neste item tem como objetivo informar a situação final das Ações Estratégicas observando as fases de cumprimento dos prazos até o marco final. Após esse gráfico é apresentada uma tabela contendo as faixas de percentuais de desenvolvimento das Ações para o enquadramento nas fases definidas.

STATUS DAS AÇÕES ESTRATÉGICAS 2015
TOTAL: 24 AÇÕES



Nota 1: Ler detalhes sobre o status de ações em "Conclusão da análise do resultado das Ações Estratégicas".

- **Faixas dos Percentuais de Desenvolvimento das Ações Estratégicas para enquadramento nas fases:**

Faixas de desenvolvimento da ação	Fases
0%	Não iniciadas
1% a 20%	Iniciadas
21% a 80%	Parcialmente realizadas
81% a 99%	Em fase de conclusão
100%	Concluídas

} EM ANDAMENTO

- **Categorias do cumprimento dos prazos:**

- **Adiantadas** - antes do prazo estabelecido no plano de ação;
- **Dentro do prazo** - conforme estabelecido no plano de ação;
- **Atrasadas** - após o prazo estabelecido no plano de ação.

6.3.2) Conclusão da análise do resultado das Ações Estratégicas

Do total de 24 (100%) Ações Estratégicas estabelecidas para 2015, 22 (92%) foram concluídas e 2 (8%) foram suspensas. A seguir, lista das Ações Estratégicas suspensas com suas respectivas justificativas:

Ações suspensas:

Nº 3 - Redesenhar processos de trabalho das áreas (Ação Plurianual). Foi suspensa com autorização do Sr. Controlador, em reunião ocorrida 11/12/2015, em função da grande mudança de escopo identificada quando da elaboração do Projeto.

Nº 5 - Rever o mobiliário das áreas. Foi suspensa por solicitação do Sr. Controlador, em Reunião de CONINT, ocorrida em 10/03/2015, pelo fato de não ter sido disponibilizado orçamento pela PCRJ para aquisição de bens móveis.

6.3.3) Resultado das Ações Estratégicas Por Setores

O resultado quanto à conclusão das 24 Ações Estratégicas definidas em 2015 pelos setores da CGM está apresentado no quadro abaixo.

SETORES	AÇÕES PREVISTAS		AÇÕES CONCLUÍDAS	
	QUANT.	Percentual sobre total geral	QUANT.	Percentual de execução
SUBG/GIL	2	8%	1	50%
SUBG/GRH	2	8%	2	100%
ADG	5	22%	5	100%
CGDI	2	8%	2	100%
ATRIC	1	4%	1	100%
GAB	3	14%	3	100%
SUBTOTAL 1	15	64%	14	60%
AÇÕES COMPARTILHADAS				
SUBG/GIL/ACS	1	4%	1	100%
SUBG/GRH/ADG	1	4%	1	100%
GRH/ATRIC/ACS	1	4%	1	100%
ADG/ATCON	1	4%	1	100%
SIC/CTG	1	4%	0	0%
SIC/ADG/CGDI	1	4%	1	100%
CTG/CGDI	1	4%	1	100%
ATRIC e demais áreas	1	4%	1	100%
SIC e demais áreas	1	4%	1	100%
SUBTOTAL 2	9	36%	8	32%
TOTAL GERAL	24	100%	22	92%

6.4) ACORDO DE RESULTADOS PCRJ

A partir de 2011, a Controladoria Geral do Município passou a integrar o rol de órgãos e entidades que firmaram Acordos de Resultados com a Prefeitura do Rio de Janeiro - PCRJ.

Segundo a Secretaria Municipal da Casa Civil, responsável pelo monitoramento desses Acordos, os Acordos de Resultados representam uma ferramenta de gestão usada na Administração Pública para: (i) garantir um maior comprometimento de toda a máquina pública municipal com os resultados da Prefeitura; (ii) institucionalizar uma nova cultura que privilegie o planejamento com metas claras; (iii) motivar a participação dos servidores com um modelo de meritocracia que avalie e premie aqueles que atingirem bons resultados e; (iv) antecipar problemas e apontar soluções através do acompanhamento formal dos resultados obtidos.

O Decreto nº 39.040 de 06 de agosto de 2014 estabelece as regras para o funcionamento dos acordos. O Quadro de Metas incluiu a definição de metas para a CGM em 2015, tendo sido publicado no Diário Oficial do Município em 22/04/2015. O quadro a seguir apresenta as referidas metas:

Nº	Descrição	Fonte	Unidade de medida	Valor de Referência	Data de Referência	2015		Realização			
						Tipo	Meta	Meta Realizada	Nota Obtida	Média Final CGM	Regras
1	Finalizar a Onda 1 com instituição de comitê de compras, aplicação dos TRs e redução de R\$ 30 MM dos gastos totais conduzidos pelo projeto de Compras.	SMA/CVL/CGM	Entrega	TRs das 5 famílias prontos e ganhos rápidos atingidos: 12,9 milhões (4,2mm em veículos e 8,7mm em mobiliário escolar).	2014	Ouro	Finalização da Onda 1 com instituição de comitê de compras, aplicação dos TRs e redução de R\$ 30 MM dos gastos totais conduzidos pelo projeto de Compras	*	*	*	Nº de Metas → Nota - % Bônus 1 → 6 (20%) 2 → 7 (40%)
2	Elaborar, em 2015, relatório com indicadores de Recursos Humanos das principais categorias profissionais no âmbito da administração direta, a partir de estudos e análises de dados.	CGM/SM A	-	-	-	Ouro	Relatório aprovado pela CVL com indicadores a partir da análise de dados desde 2001	*			
Se atingir 1 ouro, considerar metas abaixo:											
3	Realizar auditorias das informações prestadas referentes ao cumprimento de 45 metas dos acordos de resultado firmados.	CGM	Número de metas	45	2014	Prata	45	*			
	Elaborar premissas básicas para todas as metas do Acordo de Resultados, listando os controles e documentos básicos que os órgãos devem estar aptos a fornecer imediatamente em caso de auditoria de metas.	CGM	Entrega	-	-	Prata	Relatório validado pela CVL	*	*	*	Nº de Metas → Ponto Adicional - % Bônus 1 → 1 (20%) 2 → 2 (40%)
4	Elaborar relatório gerencial de diagnóstico das fragilidades apontadas em relatórios de auditoria geral.	CGM	Entrega	-	-	Prata	Relatório consolidado das fragilidades entregue e validado pela CVL.	*			
Se atingir nota 6, considerar meta abaixo:											
5	Meta de Performance	CVL	-	-	-	Performance	Itens cumpridos	*	*	*	Ponto Adicional - % Bonus Adicional 1 → (20%)

* **Obs.:** Aguardando apuração final da CVL.

6.5) AÇÕES DOS ACORDOS SETORIAIS DA CGM

Foi editada a Resolução CGM nº 1.181, de 21 de maio de 2015 que traz as regras para a avaliação setorial e individual, bem como, um anexo com as Ações que contaram para a avaliação do desempenho do setor e seus respectivos pesos e metas de resultado, os quais serão considerados, também, para distribuição da parcela variável do Acordo Setorial, nos termos do Decreto nº 39.040 de 06 de agosto de 2014.

O objetivo dessa avaliação setorial foi dividido em dois segmentos, a saber: avaliação do cumprimento das Ações Estratégicas definidas para o setor para constar do Acordo Setorial; e o cumprimento das Atividades Operacionais do setor, nos prazos e quantidades estabelecidos. Foram atribuídas notas para cada uma das ações e atividades, ficando o monitoramento dessas a cargo da CG/ATRIC/NUME.

Como resultado final, os setores receberam uma nota ponderada, para fins de enquadramento na avaliação de desempenho setorial, conforme a seguir:

RESULTADO GERAL DOS SETORES PARA O ACORDO DE RESULTADOS 2015 (Conforme anexo da Resolução CGM nº 1.181 de 21 de maio de 2015)						
SETOR	AÇÕES PARA O ACORDO DE RESULTADOS SETORIAIS E REQUISITO PARA OBTENÇÃO DA NOTA MÁXIMA 10	PESO	META REALIZADA	NOTA OBTIDA NA AÇÃO	NOTA DA AÇÃO COM PESO	NOTA PONDERADA FINAL DO SETOR
ACS	Monitorar os resultados das ações da pesquisa de clima organizacional. Requisito para nota máxima: 100% dos resultados das ações monitorados.	70%	100% dos resultados das ações monitorados.	10	7	10
	Garantir a realização das atividades operacionais dentro das quantidades, qualidade e prazos estabelecidos. Requisito para nota máxima: Executar 100% das atividades previstas nos prazos estabelecidos.	30%	10	10	3	

ADG	Implementar o Sistema de Follow-up (Ação Plurianual). Requisito para nota máxima: 100% do Sistema homologado e pronto para implementação em 2016.	20%	100% do Sistema homologado e pronto para implementação em 2016.	10	2	10
	Realizar auditorias das informações prestadas referentes ao cumprimento de metas dos acordos de resultados firmados (Meta constante do Acordo CVL 2015). Requisito para nota máxima: 45 metas com Auditorias realizadas.	40%	45	10	4	
	Implementar Painel de Controle Completo de Indicadores Estratégicos da CGM. Requisito para nota máxima: 100% do produto (Nota 9 + Implementar 1 indicador estratégico de ação de controle preventiva / orientadora) concluído.	10%	100% Produto: Nota 9 + Implementar 1 indicador estratégico de ação de controle preventiva / orientadora.	10	1	
	Garantir a realização das atividades operacionais dentro das quantidades, qualidade e prazos estabelecidos. Requisito para nota máxima: Executar 100% das atividades previstas nos prazos estabelecidos.	30%	10	10	3	
ATCON	Garantir a realização das atividades operacionais dentro das quantidades, qualidade e prazos estabelecidos. Requisito para nota máxima: Executar 100% das atividades previstas nos prazos estabelecidos.	100%	10	10	10	10
ATRIC	Elaborar relatório de atividades CGM orientado a produtos e serviços. Requisito para nota máxima: 100% do Relatório de atividades CGM orientado a produtos e serviços elaborado.	30%	100% do Relatório de atividades CGM orientado a produtos e serviços elaborado.	10	3	10

	<p>Monitorar os resultados das ações da pesquisa de clima organizacional. Requisito para nota máxima: 100% dos resultados das ações monitorados.</p>	30%	100% dos resultados das ações monitorados.	10	3	
	<p>Implementar Painel de Controle Completo de Indicadores Estratégicos da CGM. Requisito para nota máxima: 100% do indicadores ofertados implementados, incluídos no Dashboard e 100% das atividades operacionais associadas aos Obj. Estr. 10, 11 e 12.</p>	10%	100% do indicadores ofertados implementados, incluídos no Dashboard e 100% das atividades operacionais associadas aos Obj. Estr. 10, 11 e 12.	10	1	
	<p>Garantir a realização das atividades operacionais dentro das quantidades, qualidade e prazos estabelecidos. Requisito para nota máxima: Executar 100% das atividades previstas nos prazos estabelecidos.</p>	30%	10	10	3	
CGDI	<p>Implementar projeto para organizar e gerar informações gerenciais por área de análise (Ação Plurianual). Requisito para nota máxima: 100% - Solução implantada.</p>	60%	100% - Implantar solução.	10	6	10
	<p>Implementar Painel de Controle Completo de Indicadores Estratégicos da CGM. Requisito para nota máxima: 100% do produto (Nota 9 + Implementar 1 indicador estratégico de ação de controle preventiva / orientadora) concluído.</p>	10%	100% Produto: Nota 9 + Implementar 1 indicador estratégico de ação de controle preventiva / orientadora.	10	1	
	<p>Garantir a realização das atividades operacionais dentro das quantidades, qualidade e prazos estabelecidos. Requisito para nota máxima: Executar 100% das atividades previstas nos prazos estabelecidos.</p>	30%	10	10	3	

CTG	Implementar o Manual de Contabilidade Aplicado ao Serviço Público - MCASP na PCRJ. Requisito para nota máxima: 100% dos procedimentos implementados.	60%	100% dos procedimentos implementados.	10	6	9,7
	Implementar Painel de Controle Completo de Indicadores Estratégicos da CGM. Requisito para nota máxima: 100% do produto (Nota 9 + Implementar 1 indicador estratégico de ação de controle preventiva / orientadora) concluído.	10%	100% Produto: Nota 9 + Implementar 1 indicador estratégico de ação de controle preventiva / orientadora.	10	1	
	Garantir a realização das atividades operacionais dentro das quantidades, qualidade e prazos estabelecidos. Requisito para nota máxima: Executar 100% das atividades previstas nos prazos estabelecidos.	30%	9	9	2,7	
GAB/SIC /SUBG	Elaborar, em 2015, relatório com indicadores de Recursos Humanos das principais categorias profissionais no âmbito da administração direta, a partir de estudos e análises de dados (Meta constante do Acordo CVL 2015). Requisito para nota máxima: 100% do produto (Elaboração e envio do relatório com indicadores a partir da análise de dados desde 2001)	70%	100% Produto: Elaboração e envio do relatório com indicadores a partir da análise de dados desde 2001.	10	7	10
	Garantir a realização das atividades operacionais dentro das quantidades, qualidade e prazos estabelecidos. Requisito para nota máxima: Executar 100% das atividades previstas nos prazos estabelecidos.	30%	10	10	3	

SUBG/ GIL	Diagnosticar e propor otimizações no parque de informática. Requisito para nota máxima: Nota 9 + Relatório do diagnostico realizado contendo propostas de otimização no parque de informática.	70%	Nota 9 + Relatório do diagnostico realizado contendo propostas de otimização no parque de informática.	10	7	10
	Garantir a realização das atividades operacionais dentro das quantidades, qualidade e prazos estabelecidos. Requisito para nota máxima: Executar 100% das atividades previstas nos prazos estabelecidos.	30%	10	10	3	
SUBG/ GRH	Monitorar os resultados das ações da pesquisa de clima organizacional. Requisito para nota máxima: 100% dos resultados das ações monitorados.	70%	100% dos resultados das ações monitorados.	10	7	10
	Garantir a realização das atividades operacionais dentro das quantidades, qualidade e prazos estabelecidos. Requisito para nota máxima: Executar 100% das atividades previstas nos prazos estabelecidos.	30%	10	10	3	

7) ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

7.1) DAS AUDITORIAS

As principais atividades desenvolvidas pela Auditoria Geral são:

Realizar auditorias avaliando os procedimentos de controle e operacionais e a eficiência, economicidade e eficácia das ações desenvolvidas pelos órgãos/entidades da Administração Municipal;

Avaliar metas de Acordos de Resultado/Contratos de Gestão firmados pelas unidades municipais, verificando, em especial, os controles internos adotados para subsidiar as informações fornecidas sobre o seu cumprimento;

Realizar auditorias nos sistemas informatizados e verificar a implementação das políticas de segurança para tecnologia da informação;

Realizar auditorias nas folhas de pagamento da Administração Direta, Indireta e Fundacional;

Auditar a receita municipal, em especial a dívida ativa e a tributária;

Certificar as prestações de contas dos ordenadores da Administração Pública Municipal e as prestações de contas dos responsáveis pelos almoxarifados;

Promover inspeções físicas em almoxarifados dos órgãos/entidades da Administração Municipal;

Executar trabalhos de auditorias provocadas por denúncias ou solicitações do Prefeito, Controlador Geral, Titulares das Pastas Municipais e Presidentes das entidades da Administração Indireta e Fundacional, entre outros solicitantes.

Em 2015, a ADG deu ênfase ao aprimoramento de dois aspectos: a estruturação e organização interna, e a aproximação com os gestores municipais.

O Planejamento Estratégico da ADG em 2015 foi elaborado de acordo com as seguintes etapas: reunião dos dirigentes da ADG com suas equipes para análise do resultado da participação da ADG na pesquisa de clima, discussão da missão e visão da ADG, análise da matriz SWOT, análise dos possíveis desdobramentos das ações do ano

anterior e levantamento de novas ações; reunião entre os dirigentes da ADG para apresentação e consolidação das ações levantadas por cada grupo; reunião da Auditora-Geral com os dirigentes da ADG para apresentação da consolidação das informações obtidas, definição de ações que seriam sugeridas à CONINT como estratégicas para a CGM e definição das ações que seriam tratadas no planejamento interno da ADG em 2015 e também em 2016. Após estas etapas foi feita a definição dos líderes de cada ação estratégica e de cada ação operacional interna. No total a Auditoria Geral trabalhou em 40 ações, em 2015, sendo: 05 Ações estratégicas da CGM, sendo 03 delas parte do Acordo de Resultados; 03 Ações estratégicas da CGM a cargo de outros setores com a participação da ADG; 09 Atividades Operacionais (meta de performance do Acordo de Resultados) e 23 Ações operacionais internas.

Com relação às metas de Acordo de Resultados firmado com a Prefeitura, a ADG participou de três das cinco metas estabelecidas para CGM em 2015. Duas novas metas foram estabelecidas, sendo: elaboração de premissas básicas para apresentação de documentos e informações à Auditoria Geral no caso de auditorias de metas, e Emissão de relatório contendo diagnóstico das fragilidades apontadas em 2015. As auditorias em metas de acordo de resultados foram mantidas em número de 45, sendo aprimorada a parceria com a CVL para realização desses trabalhos.

Com relação a administração do órgão, foi instituído o Sistema de Governança e Gestão da ADG, por meio da Portaria ADG nº 131/2015, com o objetivo de estabelecer diretrizes para planejamento e execução das atividades da Auditoria Geral. Nessa perspectiva, foram instituídos Núcleos Temáticos Integrados formados por servidores da ADG para auxiliar o Comitê de Governança da Auditoria Geral na condução de temas estratégicos e de abrangência transversal na Auditoria Geral. Sendo eles: 1) NTI Avaliação da Gestão da Auditoria Geral, 2) NTI Desempenho Estratégico e Resultados, 3) NTI Desenvolvimento Profissional, 4) NTI Pesquisa e Inovação, 5) NTI Informação e Conhecimento, 6) NTI Integração com Setores Técnicos da CGM, 7) NTI Imagem e 8) NTI Melhoria Contínua dos Processos. A atuação desses núcleos tem sido muito importante por permitir o conhecimento da visão de seus integrantes nas decisões da ADG.

No âmbito da capacitação de servidores, foi criado o plano de Desenvolvimento individual - PDI, elaborado por cada servidor da ADG a fim de direcionar as atividades de capacitação em 2015.

Ainda relatando as atividades da Auditoria Geral, cumpre informar que a Auditoria participou de 3 Intercâmbios Externos. Sendo: 1 na Secretaria de Controle Externo do TCE-RJ para conhecer o Sistema Integrado de Auditoria Governamental - SIAGO, 1 nas Industrias Nucleares do Brasil - INB em Resende para conhecer o planejamento e o sistema de auditorias e 1 na Controladoria Geral da União, unidade Rio de Janeiro, para conhecer o Sistema Monitor.

Foi aprimorado, também, o processo de planejamento e controle das auditorias, por meio da implementação do planejamento prospectivo do semestre, de forma que os auditores possam conhecer com antecedência os trabalhos que desenvolverão no período, podendo se organizar melhor. Esse planejamento é registrado no documento criado neste ano denominado - Portfólios individuais de trabalhos previstos.

Com relação ao aprimoramento do controle dos trabalhos, foi instituído o documento - CIA - Comprometimento Integrado das Auditorias, o qual estabelece prazos para cada etapa interna de cada trabalho de auditoria, desde a realização do trabalho em campo, passando pelas etapas de revisão, discussão com os órgãos e emissão dos relatórios pela ADG, com o seu envio aos gestores.

Para acompanhamento dos projetos relacionados aos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, foi criada, em 2015, uma coordenadoria de auditoria ad hoc - 5ª CAD Rio 2016, com o objetivo de convergir os exames da ADG nesses relevantes investimentos da cidade. Dentre o escopo desses exames, está a integração das atividades com os demais órgãos de controle que também realizam exames nesses investimentos, em especial, com o Tribunal de Contas da União, Controladoria Geral da União e Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro.

Destaca-se, também em 2015, a introdução da técnica - Cliente Oculto - nos trabalhos de auditoria, conforme autoriza a Resolução CGM nº 1205/2015.

O processo de monitoramento das correções das fragilidades também foi aprimorado com a criação de carteira de fragilidades por auditor. Com esse método, cada auditor fica responsável por acompanhar a correção das fragilidades pelos gestores, o que

pode ser verificado por meio de uma atividade coordenada de follow-up intermediário. Esse trabalho foi realizado no mês de novembro de 2015, quando, num mesmo período programado, todos os auditores da ADG fizeram reuniões com 50 órgãos e entidades que possuíam fragilidades pendentes de implementação. Essa ação também reforma o outro aspecto priorizado pela ADG neste ano, que foi a aproximação com os gestores. Com o follow-up intermediário, foi possível a troca de informação e o esclarecimento de dúvidas dos gestores quanto às comprovações das correções que devem ser apresentadas à ADG. Por outro lado, a ADG pode identificar as dificuldades e criticidades dos órgãos e entidades na correção das fragilidades e também os benefícios dessas correções. Essas informações foram coletadas por meio do documento RPA - Relatório de Providências Adotadas pelos órgãos para correção das fragilidades, que foi instituído neste ano, devendo ser preenchido e apresentado pelos órgãos e entidades na reunião de follow-up intermediário. RPA's se desdobraram em RAP's - Relatórios de Análises dos RPA'S; RFDO's - Relatórios de Fragilidades Dependentes - órgãos de origem nasceram acompanhados dos RFD's - Relatórios de fragilidades dependentes, com o objetivo de discutir com os órgãos e entidades envolvidos na dependência de correção de fragilidades a responsabilidade de cada um nesse processo. RAFD's foram instituídos para registrar a análise dos RFDO's e os RFD's. Muitos documentos e siglas foram instituídos para que pudéssemos estar mais próximos dos nossos clientes.

Ainda com relação ao monitoramento de fragilidades, o Projeto SAF - Sistema de Acompanhamento de Fragilidades, desenvolvido em parceria com a Empresa Municipal de Informática, teve sua homologação concluída neste ano. Esse sistema tem como objetivo aperfeiçoar o acompanhamento das fragilidades detectadas pela ADG e da comunicação das respostas dos gestores acerca de suas correções.

A integração com os outros setores técnicos da CGM, Contadoria Geral - CTG e Coordenadoria Geral de Diretrizes e Informações - CGDI, gerou ações importantes para os trabalhos da ADG, com a implementação de revisão analítica contábil automática e a realização de trabalhos com base nas informações geradas pelo monitoramento de despesas, ambos em parceria com a CGDI, e, com a CTG, pela integração nas fragilidades contábeis apontadas pela ADG em entidades da administração indireta.

Como demandas externas, tivemos, neste ano, um incremento na quantidade de certificações e realização, pela ADG, de Tomadas de Contas Especiais, instauradas a pedido do TCMRJ. Realizamos proposta de nova regulamentação para as TCE's publicada pela Resolução CGM nº 1.214 de 08 de janeiro de 2016, bem como elaboramos proposta para alteração da legislação sobre Prestação de Contas de Contratos firmados com Organizações Sociais. Na área de exame de prestações de contas de almoxarifado, foram incluídas na regulamentação de envio de processos de prestação de contas anuais as unidades que possuem contratos de operação logística para armazenagem dos materiais, dando maior abrangência na atuação da ADG nesses processos.

Em 2015, foi estimulada a parceria com o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, tendo sido realizados trabalhos que municiam alguns inquéritos civis instaurados. O Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro intensificou suas informações à auditoria por meio de encaminhamento de informações relevantes obtidas em seus trabalhos e o relacionamento com a Rede de Gestão Pública foi fortalecido por meio da parceria na realização de trabalhos relativos aos Jogos Olímpicos e Paralímpicos.

A Auditoria Geral participou como palestrante em eventos relevantes na área de auditoria e controle, como o CONBRAI - Congresso Brasileiro de Auditoria Interna e o Seminário sobre Prevenção à Corrupção promovido pela Associação dos Servidores da Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, e na moderação de mesa no seminário comemorativo aos 20 anos da Auditoria Geral do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.

Outra medida visando aproximar a ADG dos gestores foi o agendamento das reuniões de discussão dos relatórios de auditoria com os secretários municipais e presidentes respectivos. A participação desses gestores principais no processo de discussão tem gerado uma oportunidade de melhor conhecimento mútuo.

Foram realizadas 10 reuniões orientadoras para gestores no decorrer de 2015, a saber: 3 reuniões para orientação de Tomada de Contas Especiais, 1 reunião para orientações sobre os contratos de gestão com Organizações Sociais, 2 reuniões para orientações sobre o Sistema de Diligências, 2 reuniões para orientações sobre a prestação de contas da gestão dos almoxarifados, 1 reunião para orientações sobre a prestação de



contas da gestão da Administração Direta e 1 reunião para orientações sobre a prestação de contas da gestão da Administração Indireta.

Foi realizado, pela ADG, o evento de encerramento do ano 2015, ocorrido em 16 de dezembro no qual os servidores apresentaram trabalhos realizados durante o ano.

Ao final de 2015 foram emitidos 639 produtos resultantes dos exames de auditoria, sendo: 452 Relatórios de Auditoria, 02 Pareceres de Auditoria, 15 Notas de Auditoria, 107 Relatórios de Análises de Providências adotadas para correção de fragilidades, 26 Relatórios de Análises de Fragilidades Dependentes, 22 Relatórios de Seleção para Circularização e 15 Relatórios de Inspeções Físicas.

7.1.1) AUDITORIAS REALIZADAS

O universo auditável foi composto por 51 unidades, sendo 29 da administração direta e 22 da administração indireta. Para efeito de planejamento e análise os fundos municipais foram incluídos nos órgãos aos quais estão subordinados.

As auditorias realizadas tiveram origem interna (advindas das análises realizadas pela Auditoria Geral), externa (solicitadas por secretários, cidadãos, etc) ou mandatórias (determinadas por legislações).

Em 2015 a Auditoria Geral gerou 639 produtos, conforme demonstra o quadro nº 01:

Quadro 01

PRODUTOS ADG 2015		
SIGLA	NOME	QUANT.
RAG	Relatórios de Auditoria	452
RIF	Relatórios de Inspeções Físicas	15
RSC	Relatórios de Seleção para Circularização	22
RAP	Relatórios de Análises de Providências adotadas para correção de fragilidades	107
PAG	Pareceres de Auditoria	2
NAG	Notas de Auditoria	15
RAFD	Relatórios de Análises de Fragilidades Dependentes	26
TOTAL DE PRODUTOS		639

Abaixo, no quadro nº 02, demonstramos a distribuição dos produtos emitidos em 2015, nos órgãos e entidades.

Quadro 02

DISTRIBUIÇÃO DOS PRODUTOS EMITIDOS EM 2015										
SIGLA	ÓRGÃO/ENTIDADE	RAGs	RIFs	RSCs	RAPs	PAGs	NAGs	RAFDs	TOTAL	%
CDURP	Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto RJ S/A - CDURP	5	0	1	2	0	0	0	8	1,25
CET-RIO	Companhia de Engenharia de Tráfego CET-RIO	3	0	1	2	0	0	2	8	1,25
CGM	Controladoria Geral do Município - CGM	1	0	0	1	0	0	1	3	0,47
COMLURB	Companhia Municipal de Limpeza Urbana - COMLURB	3	0	1	2	0	1	1	8	1,25
CVL	Secretaria Municipal da Casa Civil - CVL	5	2	0	1	0	0	0	8	1,25
FCA	Fundação Cidade das Artes - FCA	4	0	1	3	0	0	0	8	1,25
FPJ	Fundação Parques e Jardins - FPJ	4	0	1	2	0	1	0	8	1,25
GBP	Gabinete do Prefeito - GBP	1	0	0	1	0	0	0	2	0,31
GEO-RIO	Fundação Instituto de Geotécnica do Município do Rio de Janeiro - GEO-RIO	9	0	1	5	0	0	0	15	2,35
GM-RIO	Guarda Municipal do Rio de Janeiro - GM-RIO	8	0	1	3	0	0	0	12	1,88
IC	Empresa Municipal de Artes Gráficas - IC	6	0	1	4	0	0	5	16	2,50
IPLANRIO	Empresa Municipal de Informática - IPLANRIO	7	0	1	4	0	0	1	13	2,03
IPP	Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP	4	0	1	1	0	0	0	6	0,94
MULTIRIO	Empresa Municipal de Múltiplos LTDA - MULTIRIO	4	0	1	1	0	0	0	6	0,94
PLANETÁRIO	Fundação Planetário e Cidade do Rio de Janeiro - PLANETÁRIO	2	1	1	1	0	0	0	5	0,78
PREVI-RIO	Instituto de Previdência e Assistência do Município do Rio de Janeiro - PREVI-RIO	8	0	1	3	0	1	1	14	2,19
EOM	Empresa Olímpica Municipal - EOM	5	0	1	0	0	0	0	6	0,94
SEAB	Secretaria Especial de Abastecimento e Segurança Alimentar - SEAB	1	0	0	0	0	0	0	1	0,16

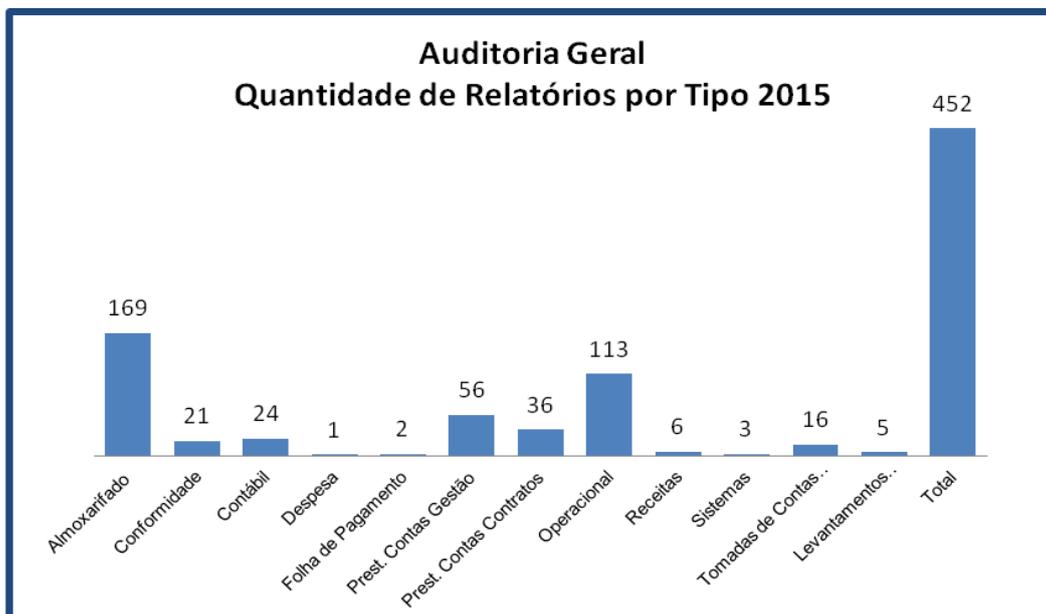
DISTRIBUIÇÃO DOS PRODUTOS EMITIDOS EM 2015										
SIGLA	ÓRGÃO/ENTIDADE	RAGs	RIFs	RSCs	RAPs	PAGs	NAGs	RAFDs	TOTAL	%
SPM-RIO	Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres - SPM-RIO	1	0	0	0	0	0	0	1	0,16
PGM	Procuradoria Geral Do Município - PGM	3	1	0	0	0	0	1	5	0,78
RIOÁGUAS	Fundação Instituto das Águas do Município do Rio de Janeiro - RIOÁGUAS	6	0	1	3	1	1	2	14	2,19
RIOCOP	Companhia Municipal de Conservação e Obras Públicas - RIOCOP	2	0	0	1	0	0	1	4	0,63
RIOEVENTOS	Rio Eventos Especiais - RIOEVENTOS	4	0	1	2	0	0	0	7	1,10
RIOFILME	Empresa Distribuidora de Filmes S/A - RIOFILME	5	0	1	1	0	0	0	7	1,10
RIOLUZ	Companhia Municipal de Energia e Iluminação - RIOLUZ	6	0	1	5	0	0	1	13	2,03
RIOSAUDE	Empresa Pública de Saúde do Rio de Janeiro - RIOSAUDE	4	0	1	2	0	0	0	7	1,10
RIOTUR	Empresa de Turismo do Município do Rio de Janeiro - RIOTUR	7	0	1	5	0	2	0	15	2,35
RIOURBE	Empresa Municipal de Urbanização - RIORURBE	14	0	1	4	0	0	2	21	3,29
RIOZOO	Fundação Jardim Zoológico da Cidade do Rio de Janeiro - RIOZOO	3	1	1	1	0	0	2	8	1,25
SECONSERVA	Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos - SECONSERVA	21	0	0	2	0	0	0	23	3,60
SECPAR	Secretaria Especial de Concessões e Parcerias Público Privadas - SECPAR	2	0	0	1	0	0	0	3	0,47
SECT	Secretaria Especial de Ciência e Tecnologia - SECT	5	0	0	2	0	0	0	7	1,10
PROCON	Instituto Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor- PROCON CARIOCA	1	1	0	1	0	0	0	3	0,47
SEDES	Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico e Solidário - SEDES	1	0	0	1	0	0	0	2	0,31

DISTRIBUIÇÃO DOS PRODUTOS EMITIDOS EM 2015										
SIGLA	ÓRGÃO/ENTIDADE	RAGs	RIFs	RSCs	RAPs	PAGs	NAGs	RAFDs	TOTAL	%
SEOP	Secretaria Municipal de Ordem Pública - SEOP	3	0	0	2	0	0	0	5	0,78
SEPDA	Secretaria Especial de Promoção e Defesa dos Animais - SEPDA	3	0	0	1	0	0	0	4	0,63
SESQV	Secretaria Especial do Envelhecimento Saudável e Qualidade de Vida - SESQV	1	0	0	1	0	0	0	2	0,31
SETUR	Secretaria Especial de Turismo - SETUR	3	1	0	1	0	0	0	5	0,78
SMA	Secretaria Municipal de Administração - SMA	1	0	0	1	0	2	0	4	0,63
SMAC	Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SMAC	4	1	0	1	0	0	0	6	0,94
SMC	Secretaria Municipal de Cultura - SMC	9	0	0	2	0	1	1	13	2,03
SMDS	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SMDS	7	0	0	2	1	0	0	10	1,56
SME	Secretaria Municipal de Educação - SME	20	4	0	3	0	0	2	29	4,54
SMEL	Secretaria Municipal de Esportes e Lazer - SMEL	27	0	0	1	0	2	0	30	4,69
SMF	Secretaria Municipal de Fazenda - SMF	7	0	0	2	0	0	0	9	1,41
SEGOV	Secretaria Executiva de Coordenação do Governo - SEGOV	1	0	0	1	0	0	0	2	0,31
SMHC	Secretaria Municipal de Habitação e Cidadania - SMHC	3	1	0	2	0	0	0	6	0,94
SMO	Secretaria Municipal de Obras - SMO	6	0	0	2	0	1	1	10	1,56
SMPD	Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência - SMPD	6	0	0	1	0	0	0	7	1,10
SMS	Secretaria Municipal de Saúde - SMS	165	0	0	12	0	3	2	182	28,48
SMTE	Secretaria Municipal de Trabalho e Emprego - SMTE	3	1	0	1	0	0	0	5	0,78
SMTR	Secretaria Municipal de Transportes - SMTR	6	0	0	2	0	0	0	8	1,25
SMU	Secretaria Municipal de Urbanismo - SMU	4	1	0	2	0	0	0	7	1,10
PCRJ	Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro	8	0	0	0	0	0	0	8	1,25
TOTAL		452	15	22	107	2	15	26	639	100,00

Detalhamos, abaixo, os 452 Relatórios de Auditorias emitidos em 2015, considerando ser o produto com maior quantidade de trabalhos realizados (71%).

Os gráficos nº(s) 01 e 02 demonstram que os principais tipos de auditoria realizados em 2015 foram de Prestação de Contas de Almoxarifado, Operacional e Prestação de Contas da Gestão, que totalizaram 337 trabalhos e representaram 75% dos 452 relatórios emitidos.

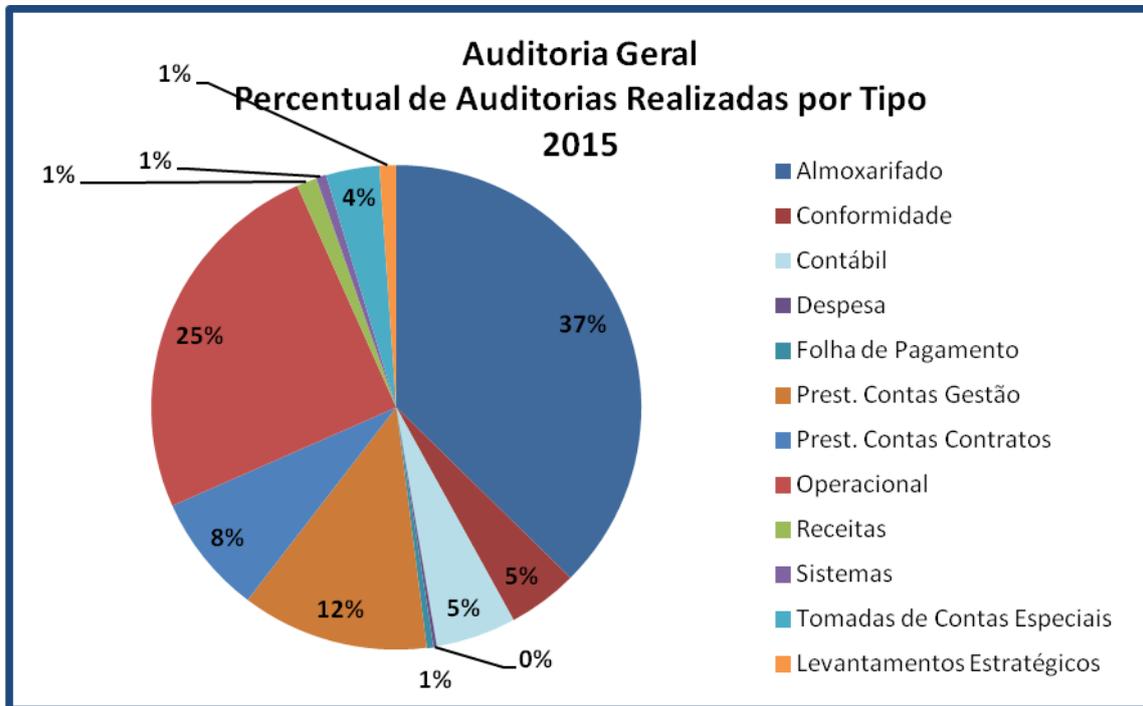
Gráfico nº 01



Quadro 03

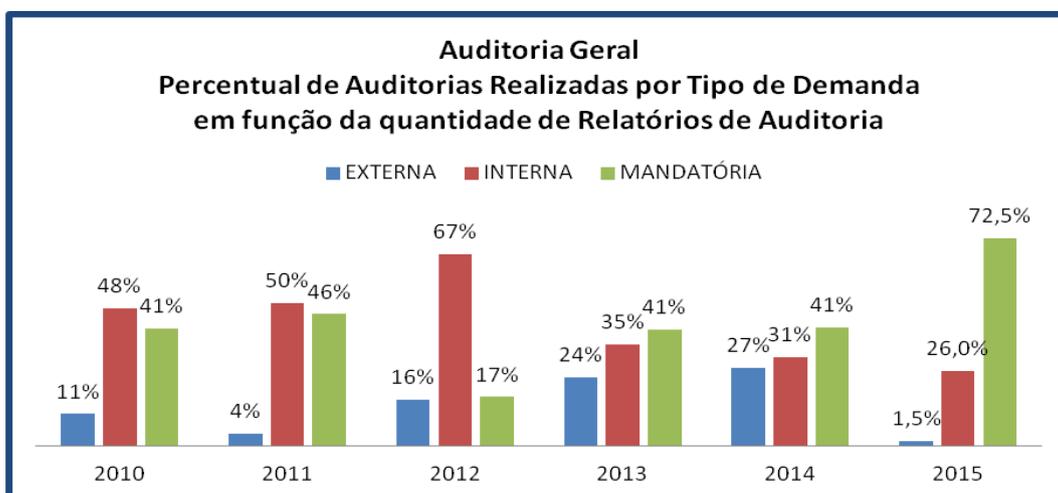
CATEGORIAS	QUANTIDADES
• Prestação de Contas de Almoxarifado	169
• Conformidade	21
• Contábil	24
• Despesa	1
• Folha de Pagamento	2
• Prestação de Contas Gestão	56
• Prestação de Contas Contratos	32
• Prestação de Contas de Convênio	2
• Prestação de Contas do Carnaval	2
• Operacional	113
• Receitas	6
• Sistemas	3
• Tomadas de Contas Especiais	16
• Levantamentos Estratégicos	5
Total	452

Gráfico nº 02



Em relação à origem da demanda pode-se observar no gráfico nº 03, o crescimento de auditorias mandatórias. Parte desse incremento foi devido a reclassificação das Auditorias de Acordo de Resultado para demanda mandatória, que anteriormente eram classificadas como demanda externa, e parte pelo aumento das Tomadas de Contas Especiais determinadas pelo TCM-RJ.

Gráfico nº 03





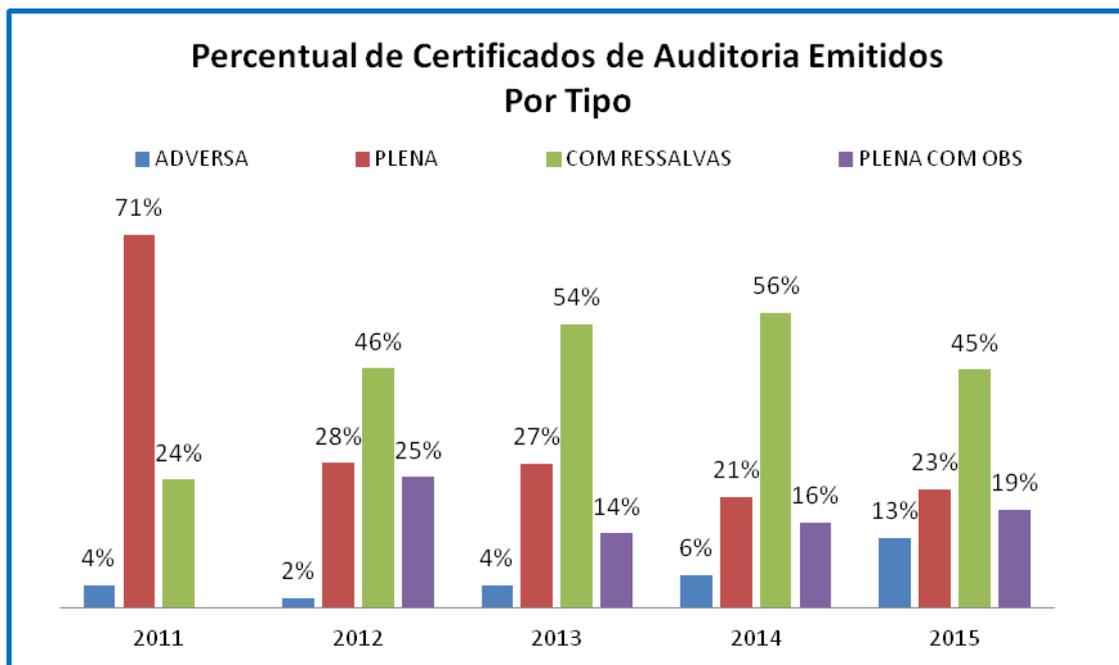
Demandas mandatórias são aquelas de realização determinada por legislação ou por conta do Acordo de Resultados firmados entre os órgãos e entidades com a PCRJ. Neste ano tivemos: 165 relatórios de Prestações de Contas de Almojarifados, 56 relatórios de Prestação de Contas de Gestão, 22 relatórios de Demonstrações Contábeis, 32 relatórios de Certificações de Prestações de Contas de Contratos de Gestão, 16 relatórios de Tomadas de Contas Especiais e 35 relatórios de auditorias nas metas de Acordo de Resultados. No total 326 Relatórios de Auditoria estão nesta categoria.

CERTIFICAÇÃO DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS

Os exames para as certificações das prestações de contas dos ordenadores de despesas, dos responsáveis por almoxarifados e arrecadadores de receita são realizados pela Auditoria Geral em função de determinação legal. A Auditoria Geral também certifica as prestações de contas de convênios e prestações de contas de contratos de gestão.

Estas análises deram origem a 262 certificados em 2015, sendo em sua maioria, relativos à certificação do exercício de 2014. Os resultados dos últimos exercícios, conforme o gráfico nº 06, demonstra que a categoria “Com ressalvas” tem prevalecido sobre as demais.

Gráfico nº 04



O resultado da certificação dos responsáveis por almoxarifados é demonstrado nos gráficos nº(s) 05 e 06.

Gráfico nº 05

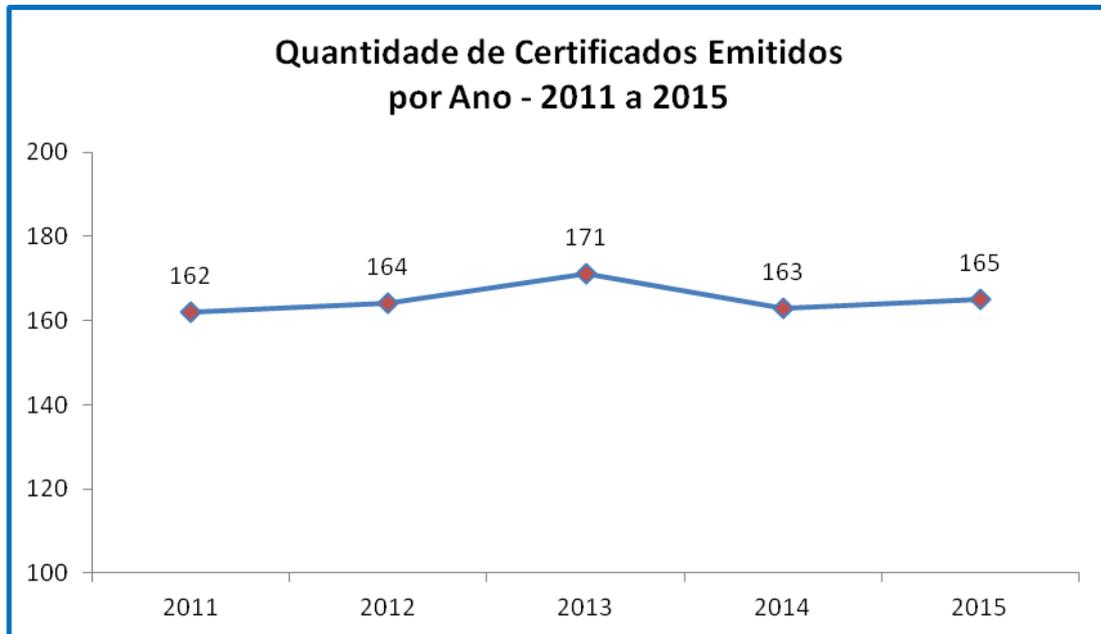
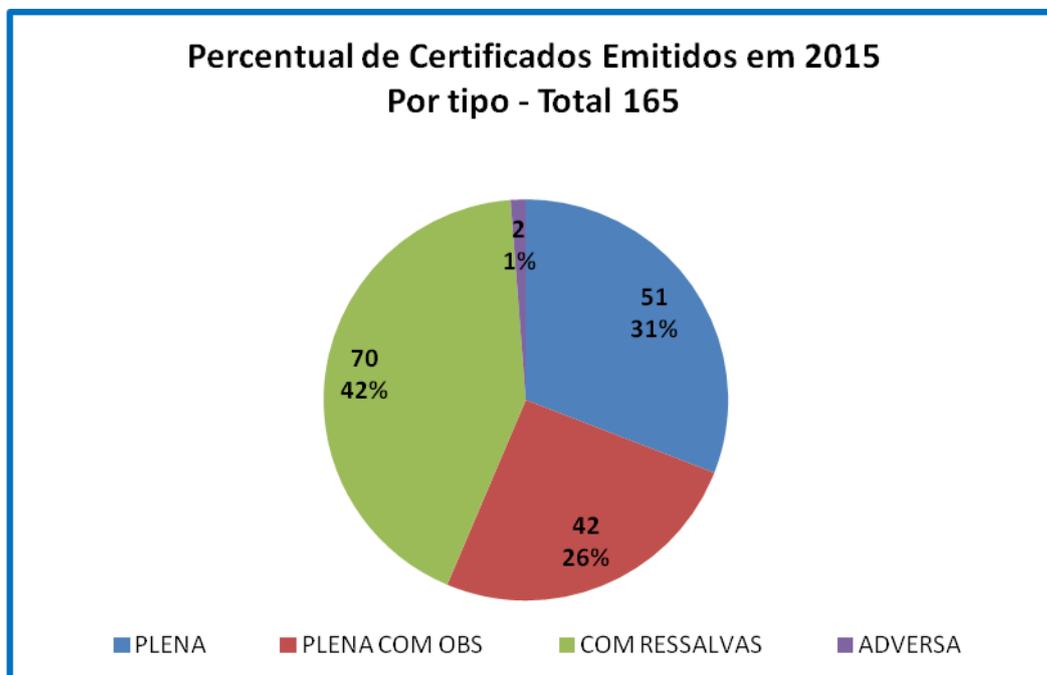


Gráfico nº 06



As inspeções físicas dos almoxarifados são realizadas anualmente também atendendo determinação legal. O resultado da consolidação desses exames e respectivas análises foram registrados no relatório de auditoria RAG nº 405/2015, dos quais foram extraídos os dados. Os gráficos nº(s) 07 e 08 apresentam o resultado dessas análises.

Gráfico nº 07

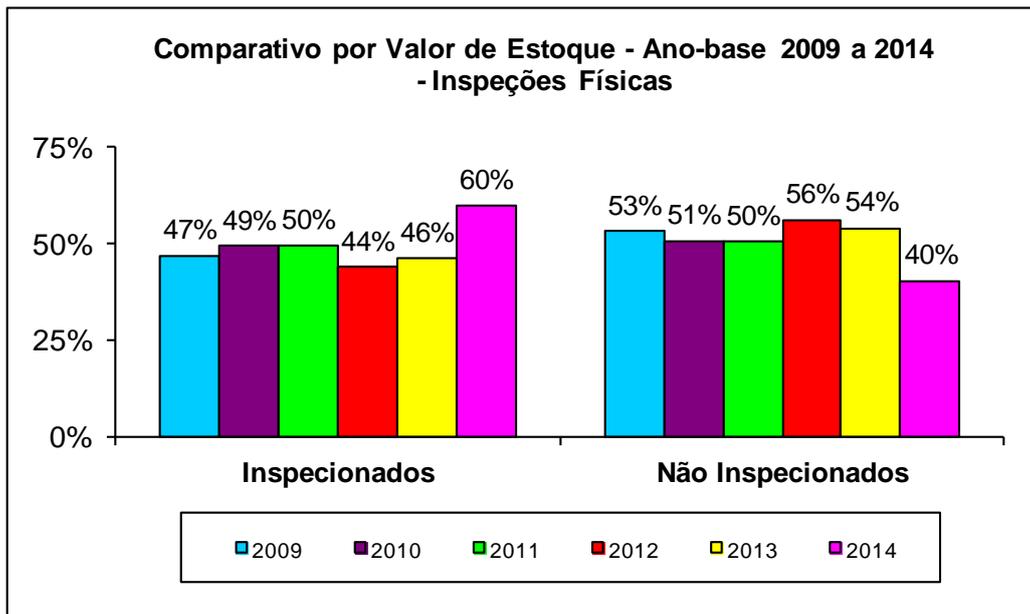
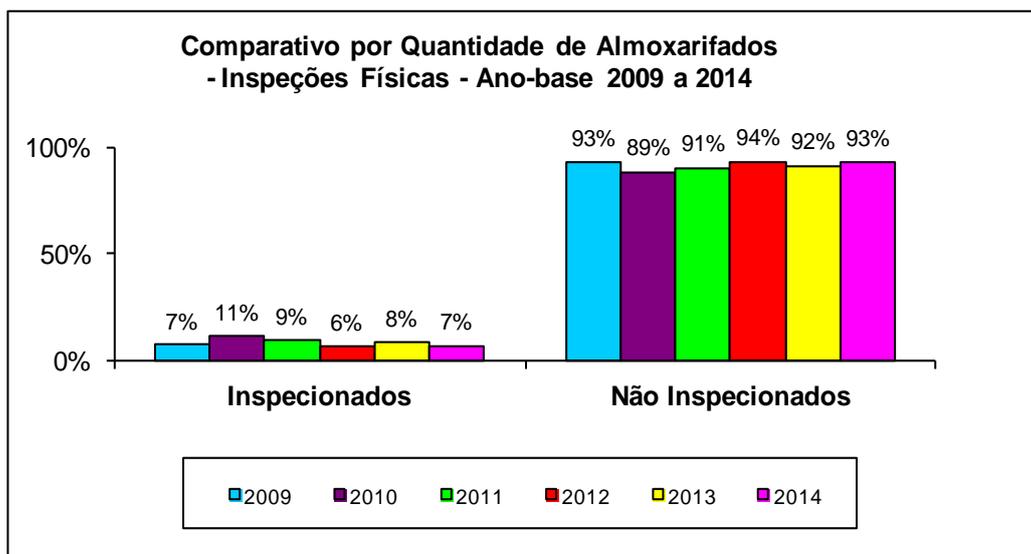


Gráfico nº 08



MONITORAMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DE AUDITORIA

O acompanhamento das implementações das ações promovidas para sanar as fragilidades identificadas nos exames de auditoria (*follow-up*) é um procedimento realizado anualmente pela ADG quando do exame das Prestações de contas da Gestão. O resultado deste acompanhamento é incorporado aos respectivos relatórios de auditoria. Em 2015 este acompanhamento foi registrado no RIA nº 06/2015, tomando por base as fragilidades pendentes em 31/12/2014.

Os gráficos nº(s) 09, 10 e 11 apresentam a evolução deste indicador relativo aos exames realizados no período de 2009 a 2014.

Gráfico nº 09

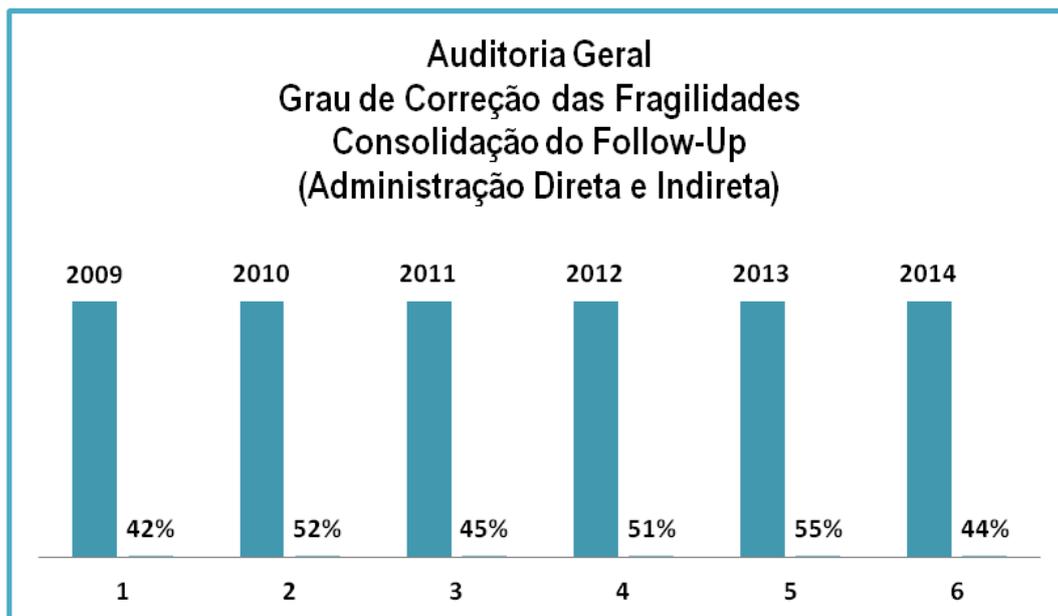


Gráfico nº 10

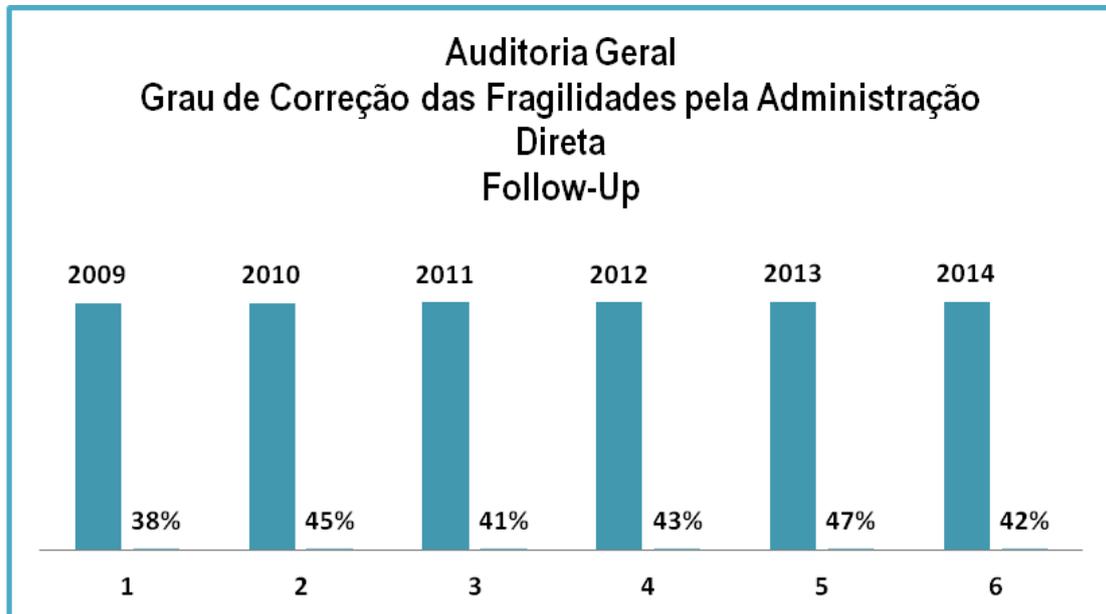
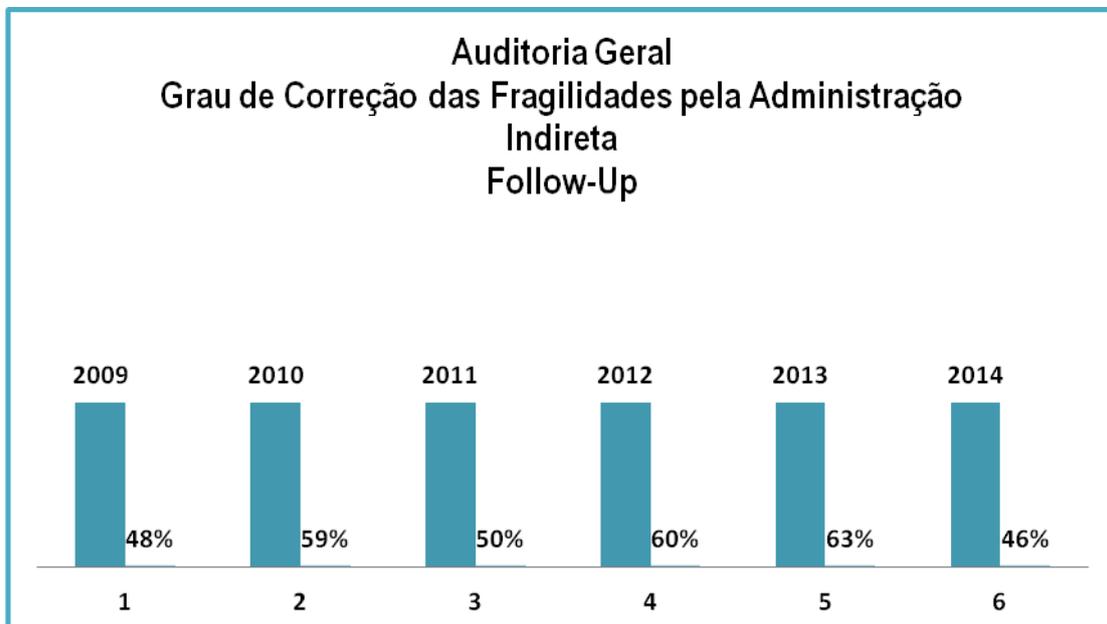
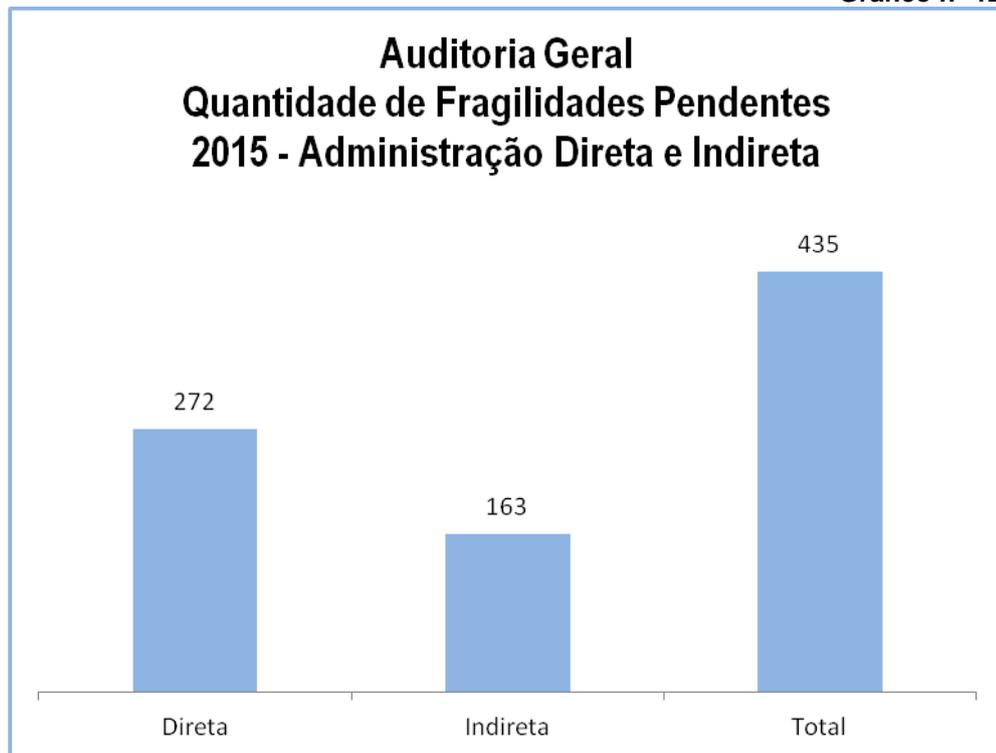


Gráfico nº 11



Ao final do ciclo de *follow-up* realizado na análise das Prestações de Contas de Gestão 435 fragilidades se mantiveram pendentes de solução, sendo 272 da Administração Direta e 163 na Administração Indireta, conforme o gráfico nº 12.

Gráfico nº 12



GERENCIAMENTO DOS TRABALHOS DESENVOLVIDOS

Em 2015 a Auditoria Geral realizou no primeiro semestre basicamente as auditorias mandatórias e a conclusão de alguns trabalhos iniciados em 2014. As auditorias de prestação de contas de almoxarifados e de prestação de contas de gestão consomem praticamente todas as horas disponíveis para alocação no primeiro semestre.

Em 2015, foi elaborado o plano de auditorias para o segundo semestre, tendo sido aprovado pelo Controlador Geral em 30 de junho de 2015. Este plano apresentou os trabalhos planejados para o período de 15 de julho/2015 a 31 de dezembro/2015 na Administração Direta e na Indireta e foi registrado no RIA 009/2015.

O plano atende, também, a atividade operacional nº 8 - Elaborar o Plano de Auditoria para a Administração Direta e Indireta referentes aos trabalhos a serem desenvolvidos no segundo semestre de 2015 -, referente ao desdobramento das metas de Acordo de Resultado da CGM, conforme publicado na Resolução CGM nº 1.181, de 21 de maio de 2015, dentro do Anexo, Meta Setorial: garantir a realização das atividades operacionais dentro das quantidades, qualidade e prazos estabelecidos.

MATRIZ DE RISCO GERAL

A Matriz de Risco Geral é uma ferramenta utilizada como referência para a priorização dos trabalhos entre as unidades municipais e para a distribuição das horas de auditoria.

A cada versão da Matriz de Risco Geral a ADG obtêm a posição das unidades auditáveis, dentro dos níveis de risco avaliados (Alto, Médio, Baixo e Mínimo).

A partir do ano de 2012 o procedimento de atualização foi automatizado por meio da utilização do *software* ACL e da linguagem Visual Basic para o aplicativo Excel o que tornou possível gerar uma nova Matriz sempre que necessário.

Ao analisarmos os produtos emitidos pela Auditoria Geral em 2015 verificamos a seguinte distribuição nas classes de risco:

Quadro 04

CLASSES	QUANT. PRODUTOS	%	QUANT. ÓRGÃOS/ENTIDADES
ALTO	273	44	8
MÉDIO	116	19	11
BAIXO	201	32	24
MÍNIMO	30	5	8
SUB TOTAL	620	100	51
Sem definição de risco	19		3
TOTAL GERAL	639		54

7.1.2) AÇÕES ESTRATÉGICAS

A Auditoria Geral esteve à frente de cinco projetos associados às ações estratégicas da Controladoria Geral, obtendo os seguintes resultados:

- a) Ação nº. 02 - Implementar o Sistema de Follow-up.

Status - 100% do Sistema Homologado - Meta cumprida.

- b) Ação nº. 16 - Otimizar os procedimentos para a certificação de prestação de contas de almoxarifado.

Status - 1 relatório contendo os procedimentos otimizados - Meta cumprida.

- c) Ação nº. 21 - Realizar auditorias das informações prestadas referentes ao cumprimento das metas dos acordos de resultados firmados.

Status - 45 Auditorias realizadas - Meta cumprida.

- d) Ação nº. 22 - Elaborar premissas básicas para apresentação de documentos e informações à Auditoria Geral no caso de auditorias de metas.

Status - Relatório validado pela CVL - Meta cumprida.

- e) Ação nº. 23 - Elaborar relatório gerencial de diagnóstico das fragilidades detectadas nos Relatórios da Auditoria Geral.

Status - Relatório validado pela CVL - Meta cumprida.

META ASSOCIADA AO CARGO ESTRATÉGICO

O cargo de Auditor-Geral foi definido como cargo estratégico da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, conforme Decreto nº 36.673, de 1º de janeiro de 2013, e as metas individuais a serem desenvolvida em 2015 foram divulgadas através da Resolução CGM nº 1.189, de 19 de junho de 2015, e foram as seguintes:

1 - Estruturar Programa de Fomento a Ações Orientadoras para Gestores Municipais em temas de controle interno até 31/12/2015.

Resultado obtido: 1 Programa de Fomento de Ações Orientadoras para Gestores Municipais em temas de controle interno elaborado.

2 - Revisar, até 31/12/2015, 100% das Portarias de Auditoria emitidas até maio de 2015, identificando necessidades de revogação, de atualização e de regulamentação de procedimentos não incluídos.

Resultado obtido: 100% das portarias de Auditoria revisadas (125 portarias até maio de 2015).

7.2) DA CONTABILIDADE

De acordo com o Decreto nº 36353, de 23 de outubro de 2012, que alterou a estrutura organizacional da Controladoria Geral do Município, a Contadoria Geral está subordinada à Subcontroladoria de Integração de Controles, e composta pelas Coordenadoria de Contabilidade, Coordenadoria de Informações Contábeis e Coordenadoria de Exame da Liquidação, sendo suas competências as seguintes:

- Orientar, coordenar e supervisionar as atividades e produtos desenvolvidos nas unidades subordinadas, em consonância com as diretrizes definidas para o setor;
- Acompanhar publicações, normas e legislações que possam influenciar as atividades e produtos desenvolvidos nas unidades subordinadas;
- Avaliar as atividades do Subsistema de Contabilidade, editando ou sugerindo à Subcontroladoria de Integração de Controles a edição ou alteração de atos normativos, concernentes a procedimentos contábeis e ao Sistema de Controle Interno;
- Acompanhar e avaliar os resultados dos registros contábeis dos atos e fatos da Administração Direta, Indireta e Fundacional;
 - Manter e aprimorar o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público e o Cadastro de Transações e Eventos Contábeis da PCRJ no sistema corporativo de contabilidade;
 - Aprimorar o processo de registro contábil padronizado dos atos e fatos da Administração Pública Municipal, interagindo com os responsáveis pelos setores de contabilidade da Administração Indireta e Fundacional e da Auditoria Geral;
 - Desenvolver estudos visando a automatização de registros contábeis, através da integração do sistema contábil com sistemas corporativos municipais;
- Acompanhar as normas de contabilidade aplicadas ao setor público, adotando os procedimentos necessários para sua implementação na PCRJ;
- Elaborar e divulgar a Prestação de Contas da Gestão da PCRJ;
- Divulgar os demonstrativos contábeis da Administração Direta e seus Fundos Especiais;

- Elaborar, em conjunto com a Secretaria Municipal de Fazenda, e divulgar o Classificador das Despesas e Receitas Orçamentárias, de acordo com a legislação vigente;
- Interagir com os demais órgãos e entidades da Administração Direta, Indireta e Fundacional visando o adequado registro dos atos e fatos administrativos que impactam o Patrimônio Municipal;
- Propor ao Controlador Geral sanções aos Administradores pela realização de atos de gestão da Administração Pública Municipal que possam impactar o atendimento dos prazos legais dos demonstrativos obrigatórios;
- Acompanhar o exame dos processos encaminhados para liquidação contábil da despesa, com base em critérios previamente definidos e aprovados pelo Controlador Geral;
- Exercer a gestão dos sistemas informatizados sob sua responsabilidade;
- Emitir relatório anual das atividades desenvolvidas pela Contadoria Geral;
- Manter atualizados os indicadores de desempenho decorrentes de suas atividades.

Em 2015 foram gerados os seguintes produtos e desenvolvidas as seguintes atividades:

- A Prestação de Contas da Gestão, principal produto da Contadoria Geral, foi elaborada no 1º quadrimestre de 2015 e publicada em suplemento especial do Diário Oficial do Município nº 21, no dia 15 de abril de 2015, cumprindo assim o prazo legal previsto no artigo 109 da Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro - LOMRJ. Igualmente, em cumprimento ao inciso XII do artigo 107 da LOMRJ, a Prestação de Contas foi entregue ao Tribunal de Contas do Município no dia 15 de abril de 2015, através dos Ofícios GBP nº 99 e à Câmara de Vereadores no dia 14 de abril de 2015, através dos Ofícios GBP nº 100.

Além da Prestação de Contas da Gestão, são gerados outros produtos, frutos das atividades operacionais sob nossa responsabilidade, dos quais podemos destacar no exercício de 2015:

- Elaboração e transmissão à União, através do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro - SICONFI, dos Quadros dos Dados Contábeis

Consolidados da PCRJ, em 30 de abril de 2015, em atendimento à Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional nº 702, de 10 de dezembro de 2014;

- Divulgação dos Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e da Demonstração das Variações Patrimoniais da Administração Direta do Município do Rio de Janeiro, encerrados em 31 de dezembro de 2015;
- Elaboração e publicação do Classificador da Receita e Despesa para o exercício de 2015, através da Resolução Conjunta CGM/SMF nº 79, de 03 de fevereiro de 2015;
- Elaboração das Demonstrações Contábeis (Balanços Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais) da Administração Direta e dos Fundos Especiais, referente ao mês de dezembro/2014; e referente aos meses de janeiro a novembro/2015, com o respectivo envio ao Tribunal de Contas do Município e Gestores. Foram produzidas 385 (trezentas e oitenta e cinco) demonstrações contábeis no exercício de 2015;
- Elaboração e publicação dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária e dos Relatórios de Gestão Fiscal, em cumprimento ao estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, através das Resoluções CGM nº 1167, 1168, 1171, 1175, 1184, 1185, 1195, 1203, 1204, 1212, totalizando 84 (oitenta e quatro) relatórios emitidos no exercício de 2015;
- Transmissão, à Secretaria do Tesouro Nacional - STN, dos 84 (oitenta e quatro) relatórios da Lei de Responsabilidade Fiscal, através do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro - SICONFI, cujo objetivo é coletar dados e informações contábeis dos poderes e órgãos dos estados, do Distrito Federal e dos municípios brasileiros, conforme previsto na legislação vigente e portarias expedidas pela STN;
- Elaboração do Relatório do Desempenho da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro frente à Lei de Responsabilidade Fiscal, referente ao 3º quadrimestre de 2014, 1º e 2º quadrimestre de 2015 e participação nas Audiências Públicas realizadas na Câmara de Vereadores do Município do Rio de Janeiro, em cumprimento ao § 4º do artigo 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal;

- Informações prestadas ao Ministério da Saúde, através do Sistema de Informações sobre o Orçamento Público em Saúde - SIOPS, em 11 de fevereiro de 2015, referente ao 2º semestre de 2014 e ainda em 2015 foram prestadas informações até o 5º bimestre;
- Informações prestadas ao Ministério da Educação/Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, em 06 de julho de 2015, referente ao exercício de 2014, através do Sistema de Informações Sobre Orçamentos Públicos em Educação - SIOPE, e que também foram encaminhadas ao Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro;
 - Análise de 169 (cento e sessenta e nove) processos de crédito suplementar e/ou descontingenciamento em atendimento ao Decreto nº 39.757, de 05 de fevereiro de 2015, que estabelece normas de execução orçamentária e programação financeira para o exercício de 2015 e dá outras providências;
 - Elaboração de 18 (dezoito) pareceres em resposta ao Tribunal de Contas do Município referentes às diligências baixadas e Requerimentos de Informações;
 - Elaboração e publicação da Resolução CGM nº 1211, de 26 de novembro de 2015, que estabelece normas sobre o Encerramento do Exercício Financeiro de 2015, divulga os prazos a serem cumpridos e dá outras providências;
 - Análise prévia de processos para liquidação contábil da despesa, avaliando a conformidade da instrução processual de 59.570 processos de despesas, com base em critérios previamente definidos;
 - Análise das demonstrações contábeis mensais e anuais das 22 entidades da Administração Indireta, com vistas à consolidação de contas da PCRJ;
 - Elaboração e encaminhamento, mensal, a 26 (vinte e seis) órgãos da Administração Direta e 12 (doze) Entidades da Administração Indireta dos Relatórios de Desempenho no Exame da Liquidação;
 - Atualização dos roteiros orientadores para emissão da Declaração de Conformidade na fase da liquidação da Despesa, através da Resolução CGM nº 1202 de 17 de setembro de 2015;

Com a constante busca pelo aprimoramento de suas atividades, destacamos as seguintes ações realizadas, em 2015, pela Contadoria Geral em conjunto com a Coordenadoria Geral de Diretrizes e Informações:

- Revisão e atualização do Plano de Contas e das Demonstrações Contábeis Aplicados ao Setor Público, no módulo contábil do Sistema FINCON, e disponibilizado para uso da Administração Direta e Indireta;
- Criação de novas regras de contabilização a partir da atualização do Plano de Contas e de novos códigos orçamentários da receita e da despesa.

AÇÕES ESTRATÉGICAS

A Contadoria Geral em 2015 participou de 01 (um) projeto no Planejamento Estratégico da CGM, compartilhado com a CGDI, que foi:

- Ação 19 - Implementar o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP (Em conjunto com a CGDI)

Meta de Resultado: 100% implementado.

Status: 100% realizado com 02 Procedimentos implementados do MCASP.

Metas Associadas ao Cargo Estratégico

No exercício de 2015, o cargo de Contador Geral foi definido como cargo estratégico da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, conforme Decreto nº 36.373, de 1º de janeiro de 2013, e a respectiva meta individual a ser desenvolvida em 2015, divulgada através da Resolução CGM nº 1.178, de 16 de abril de 2015, foram as seguintes:

- Estabelecer a disponibilidade por destinação de recursos na Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro até 31 de dezembro de 2015.

Resultado obtido: Disponibilidade por destinação de recursos estabelecida.

- Estruturar o Controle da inscrição, movimentação, baixa e ajustes para perdas da Dívida Ativa do Município na Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro até 31 de dezembro de 2015.

Resultado obtido: Controle estruturado.

7.3) DA GESTÃO DOS SISTEMAS INFORMATIZADOS

“As principais competências da Coordenadoria Geral de Diretrizes e Informações - CGDI são:

- exercer a gestão dos sistemas informatizados transacionais - FINCON, FCTR, SIGEN e SISBENS - propondo e/ou analisando sugestões para implementação de novos controles e de integração com outros sistemas; especificando e homologando funcionalidades e relatórios; atualizando as tabelas de parametrização de controle e os cadastros de usuários; e oferecendo suporte aos usuários;
- exercer a gestão dos sistemas informatizados gerenciais - SIG e SPMM - propondo e/ou analisando sugestões para disponibilização de novas funcionalidades e arquivos, atualizando as tabelas de parametrização e os cadastros de usuários; e oferecendo suporte aos usuários;
- exercer a gestão do portal RioTransparente - propondo e/ou analisando sugestões para disponibilização de informações sobre a execução orçamentária da receita e despesa, favorecidos, contratações, dentre outras.
- coordenar e executar projetos de implantação, sistematização, documentação e disponibilização dos resultados de monitoramentos das informações estratégicas para o controle;
- disponibilizar informações gerenciais visando subsidiar a tomada de decisão dos órgãos e entidades da AdmDireta, Indireta e Fundacional;
- auxiliar os órgãos e entidades da Administração Direta, Indireta e Fundacional na implementação de Indicadores de Custos;
- estabelecer ações de controle relacionadas as suas atividades e produtos.

Principais Atividades Desenvolvidas:

- 1) Atuação na prorrogação do contrato de manutenção do Sistema de Controle de Bens Móveis - SISBENS (2º Termo Aditivo ao contrato CGM nº 08/2011 no mês de junho/2015);
- 2) Acompanhamento Mensal das horas/serviços do contrato de manutenção do sistema SIG;
- 3) Acompanhamento Mensal das horas/serviços do contrato de manutenção do sistema SISBENS;
- 4) Disponibilização Mensal de Clippings (relatórios automatizados), sendo 2 (dois) referentes a informações gerenciais e 6 (seis) referentes a custos (pessoal e gêneros alimentícios);
- 5) Disponibilização Mensal de informações gerenciais de execução orçamentária da receita e despesa de forma gráfica e amigável para o *site* da CGM;
- 6) Execução e Disponibilização de monitoramentos referentes a 20 (vinte) situações de controle, sendo 9 de Gêneros Alimentícios, 7 de Obras e 4 de Compras e Contratação;
- 7) Elaboração e Disponibilização Anual da Prestação de Contas Carioca em março/2015;
- 8) Geração e Disponibilização Anual do arquivo informativo para Declaração do imposto de Renda Retido na Fonte (DIRF) da Administração Direta;
- 9) Elaboração de 8 (oito) Notas Técnicas CGDI sendo 3 abordando análises de gêneros alimentícios, 3 referentes a obras e 2 referente a contratações;
- 10) Realização das rotinas de encerramento de exercício no Sistema FINCON: Inscrição RPN (133 órgãos), inscrição de RPP (133 órgãos), cancelamento de saldos de reservas orçamentárias (133 órgãos), encerramento das contas contábeis da despesa e encerramento da receita (136 órgãos);

- 11) Ações de orientação aos usuários, quanto às regras de negócios implementadas nos Sistemas, sendo 261 (duzentos e sessenta e um) referente aos SISBENS e 53 (cinquenta e três) referente ao SISGEN;
- 12) Especificações e homologações de funcionalidades, arquivos e relatórios para os Sistemas FINCON/FCTR, SISGEN, SIG e RioTransparente, demonstradas na seção Indicadores;
- 13) Atendimento a solicitações de levantamentos de informações, relatórios gerenciais e afins, demonstradas na seção Indicadores;
- 14) Atendimento a demandas de usuários dos Sistemas FINCON/FCTR, demonstradas na seção Indicadores;
- 15) Participação no projeto de Gestão Integrada dos processos de Controle, Contabilidade, Orçamento e Financeiro (GICOF).

No site da Controladoria, na seção “Sistemas Informatizados”, são disponibilizados alguns dos produtos elaborados pela CGDI, os Manuais de usuários dos Sistemas - FINCON/FCTR; SISBENS e SISGEN.

Participação na definição de procedimentos das Resoluções CGM referentes a:

- encerramento do Exercício Financeiro de 2015, divulgação dos prazos a serem cumpridos e outras providências (nº 1211/2015).
- atualização dos procedimentos de controle e cadastramento de usuários dos Sistemas FINCON e FCTR (nº 1165/2015).

Participação na elaboração de Orientações CGM:

- Registro de Preços - consulta de informações (Nº 15 - Junho/2015);
- Retenção de Multas Contratuais (Nº 16 - Julho/2015);
- Regras Específicas de Organismos Financiadores no Sistema FINCON (Nº 17 - Julho/2015).

AÇÕES ESTRATÉGICAS

- Implantar projeto de trabalho integrado entre CGDI e ADG (**ação nº 12**) - sendo previstos a estruturação de 3 projetos e a implantação de 2 projetos em 2015 referentes à Revisão Analítica, às Informações Estratégicas para Controle; e a Comparação de Preços com as Tabelas da FGV.

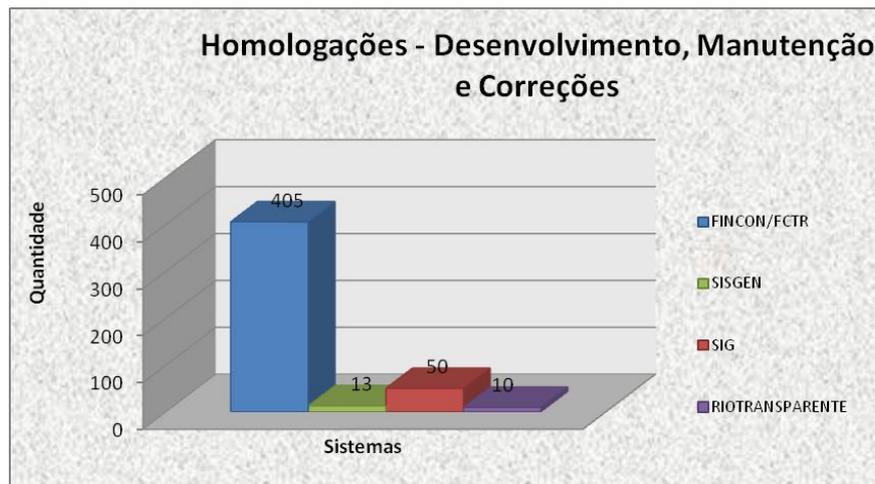
- Implementar projeto para organizar e gerar informações gerenciais por área de análise (**ação nº 13**) - Identificação e priorização das áreas de análise, identificação das informações necessárias e avaliação das fontes de informação, análise de viabilidade e elaboração de proposta de apresentação, desenvolvimento e implantação da Área de Análise - Despesa.

Além destas ações, a CGDI participou na:

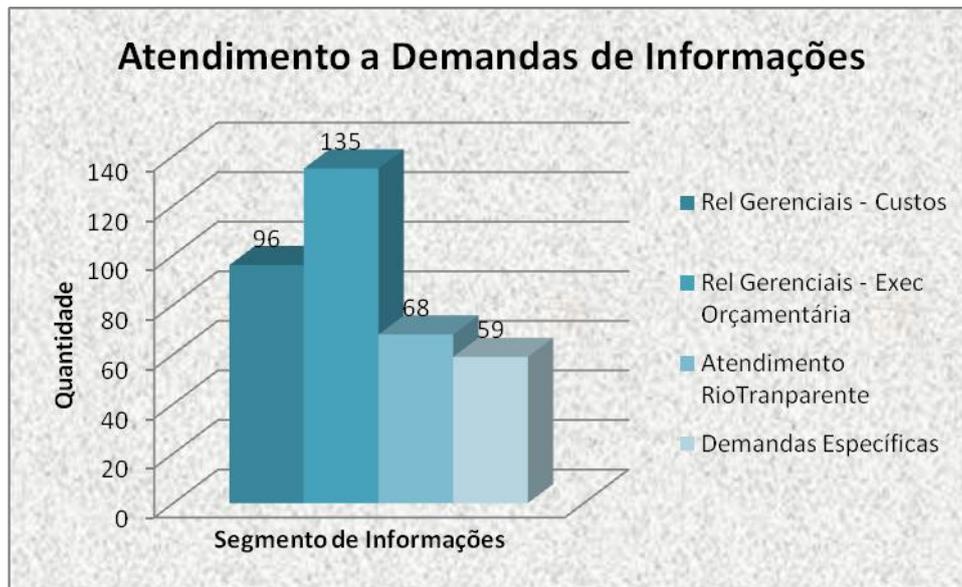
- Estruturação e execução da ação referente a estruturação de um programa visando fomentar Ações Orientadoras (**ação nº 14**).
- Elaboração e disponibilização de indicadores operacionais, considerando os processos finalísticos da Coordenadoria (**ação nº 16**).

Indicadores representativos de algumas atividades realizadas em 2015:

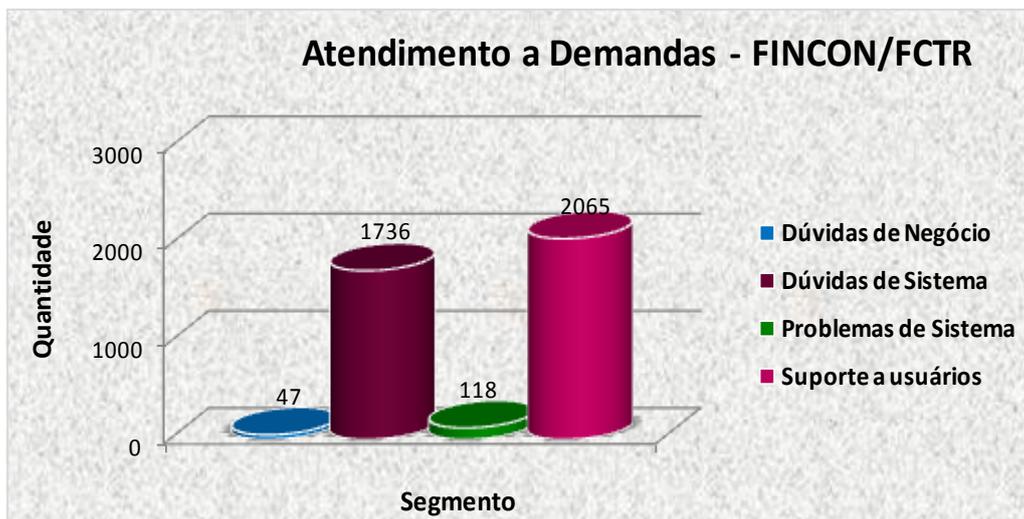
a) Homologação de funcionalidades, relatórios e arquivos nos Sistemas Informatizados:



b) Atendimento a solicitações de levantamentos de informações, relatórios gerenciais e afins:



c) Atendimento a demandas de usuários dos Sistemas:



Participação da equipe da CGDI em Outras Atividades:

- Membro da Câmara Gestora de Gêneros Alimentícios;
- Membro em Conselhos Fiscais em entidades do Município do RJ;
- Fiscal em contratos administrativos da CGM.



7.4) DA CORREGEDORIA

No caso do Município do Rio de Janeiro, por força do Decreto nº 35.607, de 15 de maio de 2012, foi instituída a Corregedoria Geral do Município. O Corregedor é nomeado pelo Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro e, por conta do referido decreto, está vinculado à Secretaria Municipal da Casa Civil.

7.5) DAS OUVIDORIAS

No Município do Rio de Janeiro, a Ouvidoria Geral está vinculada à Secretaria Municipal da Casa Civil, cada Órgão/Entidade da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro possui uma ouvidoria setorial. A CGM, como órgão integrante da estrutura da PCRJ, possui uma ouvidoria setorial.

A Ouvidoria da CGM recebeu durante o exercício de 2015 as seguintes solicitações, apresentadas de forma consolidada:

Fonte: Relatório do Sistema de Ouvidoria - SISO base 31/12/2015

SOLICITAÇÕES RECEBIDAS	QTE.
Solicitações analisadas e encaminhadas a outros órgãos para resposta direta ao solicitante	98
Solicitações analisadas e respondidas pela CGM	12
Total de solicitações	110

Solicitações analisadas e respondidas pela CGM

ASSUNTO	SOLICITAÇÕES
Diversos CGM	01
Contas públicas	01
Auditorias	01
Fora do âmbito municipal-CGM	01
Informação CGM	08
TOTAL DE SOLICITAÇÕES	12
NATUREZA	SOLICITAÇÕES
Crítica	01
Informação	09
Sugestão	02
TOTAL DE SOLICITAÇÕES	12
STATUS	SOLICITAÇÕES
Solucionada	12
TOTAL DE SOLICITAÇÕES	12

7.6) DA TRANSPARÊNCIA

A Controladoria Geral disponibiliza ao cidadão carioca, através da sua Assessoria de Comunicação Social, diversos produtos que possibilitam o acompanhamento da aplicação dos recursos municipais, em atendimento às diretrizes normativas federais e municipais para acesso à informação pela sociedade. As informações podem ser obtidas pelo portal da CGM-RJ <http://www.rio.rj.gov.br/web/cgm/>, tais como:



Acompanhamento de todos os pagamentos orçamentários e extraorçamentários realizados pelo Poder Executivo da Cidade do Rio de Janeiro, bem como todos os recursos arrecadados detalhando as origens e desdobramentos. Essas informações estão disponíveis no site da CGM-RJ através do Sistema Rio Transparente.



Em 2011, foi instituída a Publicação “Prestação de Contas Carioca”, disponível no site CGM-RJ, que visa apresentar em linguagem mais simples os recursos arrecadados e as respectivas aplicações. Em 2015, a publicação foi divulgada em meio digital para sua rede de relacionamento.



Ainda no que se refere à disponibilização de informações, no site CGM-RJ pode ser encontrada a seção “Contas Públicas”, que apresenta os seguintes produtos desenvolvidos pela Contadoria Geral, servindo, também, como um importante instrumento de acompanhamento Relatórios completos da execução orçamentária, inseridos nas prestações de Contas do Prefeito.



Produtos na área de Contas Públicas:

LRF

Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP

Prestação de Contas Completa

Prestação de Contas Carioca/Simplificada

Parecer Prévio TCMRJ

Demonstrações Contábeis

Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público - DCASP

Relatórios de Audiência Pública

Classificador

Elenco de Contas

Portarias CTG

Divulgação em Atendimento à Portaria STN nº 753/2012



A CGM-RJ também teve um papel importante na implantação da “Lei de Acesso à Informação” - Lei Federal nº 12.527, de 18/11/11, em maio de 2012, pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, conforme a seguir:

Execução Orçamentária e Relatórios de Gestão Fiscal do Município do Rio de Janeiro.

Sendo assim, a Controladoria Geral contribui para que o cidadão carioca possa conhecer como os recursos que são entregues à Prefeitura estão sendo aplicados, indo ao encontro do importante papel do controle social como atividade complementar ao Controle da Administração.

As Assessorias de Comunicação Social da CGM-RJ e a do Conselho Nacional de Controle Interno - CONACI são parceiras na divulgação de informações referentes a área de Controle Interno, como por exemplo a divulgação conjunta do Prestando Contas.



7.7) REUNIÕES ORIENTADORAS

A Auditoria Geral realizou 10 reuniões orientadoras para gestores no decorrer de 2015, a saber:

- 3 reuniões para orientação de Tomada de Contas Especiais;
- 1 reunião para orientações sobre os contratos de gestão com Organizações Sociais;
- 2 reuniões para orientações sobre o Sistema de Diligências;
- 2 reuniões para orientações sobre a prestação de contas da gestão dos almoxarifados;
- 1 reunião para orientações sobre a prestação de contas da gestão da Administração Direta e;
- 1 reunião para orientações sobre a prestação de contas da gestão da Administração Indireta.

A Contadoria Geral realizou 3 reuniões orientadoras com Contadores das Autarquias, Fundações e Empresas Públicas no decorrer de 2015, abordando os seguintes assuntos:

- Contabilização e Análise das contas de Disponibilidade por destinação de Recursos - DDR;
- Elaboração e análise do Balanço Financeiro;
- Composição/Análise Ativo/Passivo - Financeiro e Permanente;
- Devolução de Repasses via Darm;
- Provisão de Férias e 13º salário. (Fundações e Autarquias) e;
- Resolução de encerramento do exercício 2015.

8) DAS DEMAIS ATIVIDADES DO ÓRGÃO

8.1) GABINETE DO CONTROLADOR

As atividades desenvolvidas pelo Gabinete do Controlador Geral visam apoiar técnica e administrativamente as atividades das Áreas da Controladoria Geral.

PROJETOS ASSOCIADOS ÀS AÇÕES ESTRATÉGICAS

a) Ação Estratégica nº 20

Finalizar a onda 1 com a instituição do comitê de compras , aplicação dos TR´s e redução de R\$ 30 MM dos gastos totais conduzidos pelo projeto de compras (Meta constante do Acordo CVL 2015 - Apuração conforme CVL).

Objetivo - Redução de R\$ 30 milhões dos gastos totais de aquisições conduzidos pelo projeto de Gestão Estratégica de Compras anualizados em 2015, dos quais R\$ 5,5 milhões de redução de gastos apenas em 2015. Em comparação com a linha de base, as reduções dos gastos representarão 7%.

Os resultados obtidos do Acordo de Resultado CVL/SMA/CGM 2015 - Finalização da Onda 1 com instituição de comitê de compras, aplicação dos TR´s e redução de R\$ 30 mm dos gastos anualizados com as aquisições nas 5 famílias de compras e demais categorias identificadas em 2015, dos quais R\$ 5,5 mm de redução de gastos orçamentários apenas em 2015.

Os resultados apurados nos marcos estabelecidos para a referida meta foram:

- 1) Otimização de pelo menos 270 itens do catálogo do SIGMA:
 - Foram 335 itens incluídos/excluídos, ou atualizados com descrição e métrica adequados na base SIGMA. Outros itens necessários para os termos de

referência foram mantidos sem alteração na base institucional da PCRJ, pois, estavam em conformidade com o mercado.

2) Instituição de comitê central de compras estratégicas:

- Decreto nº 40.561 de 27 de agosto de 2015 que Institui os Comitês de Compras e a Resolução SMA nº 1971 de 25 de setembro de 2015.

3) Reformulação da legislação de forma que embasasse as centralizações das aquisições das famílias de compras apontadas pela consultoria:

- Decreto Centralizando as licitações de locação de Veículos na SMA (DECRETO RIO Nº 40286 de 24 de junho de 2015);
- Decreto Centralizando as licitações de Apoio Operacional na SMA (DECRETO RIO Nº 40285 de 24 de junho de 2015).

4) Termos de Referência aprovados para as cinco famílias da 1ª onda em 2015:

- TR de Locação de Veículos Autoridade - Secretaria de Administração;
- TR de Locação de Veículos - Guarda Municipal;
- TR de Apoio Operacional - Secretaria de Administração;
- TR de Aquisição de Medicamentos - Secretaria de Saúde;
- TR de Alimentação Hospitalar - Secretaria de Saúde;
- TR de Dietas Enterais - Secretaria de Saúde;
- TR de Manutenção Hospitalar - Secretaria de Saúde.

5) Economia anualizada nas quatro famílias da 1ª onda e em outras famílias de compra em 2015:

- 1ª onda e Outras Famílias de Compra.

Quadro Resumo:

Família 1º Onda	Licitação	Economia
Veículo	Guarda - 2/2015	R\$ 7.097.337,73
	Autoridade - Ata SMA nº 05/2015	R\$ 3.465.195,84
Medicamentos	7 Medicamentos	R\$ 1.682.104,39
Subtotal 1º Onda		R\$ 12.244.637,96
Outras Famílias	Licitação	Economia
Mobiliário Escolar	Conj. Aluno Juvenil - Ata 40/2015	R\$ 6.298.875,00
Vigilância	Redução Postos SME	R\$ 14.208.000,00
Subtotal outras famílias		R\$ 20.506.875,00
Total Economia Anualizada		R\$ 32.751.512,96

6) Impacto de R\$ 5,5 mm no orçamento de 2015 para as aquisições da 1º onda e em outras famílias de compras:

- Famílias da 1º onda

Quadro Resumo:

Família 1º Onda	Licitação	Impacto 2015
Veículo	Guarda	R\$ 313.695,71
	Autoridade	R\$ 106.462,23
	Operacional	R\$ 616.978,53
Subtotal 1º Onda		R\$ 1.037.136,47
Outras Famílias	Licitação	Impacto 2015
Mobiliário Escolar	Conj. Aluno Juvenil - Ata 40/2015	R\$ 2.721.350,00
	Conj. Aluno Adulto - Ata 6/2015	R\$ 2.627.586,00
Vigilância	Redução demanda SME	R\$ 199.303,08
Telefonia	Corte Orçamentário SMF	R\$ 20.524.629,78
Subtotal Outras famílias		R\$ 26.072.868,86
Total Impacto Orçamentário		R\$ 27.110.005,33

Desta forma, registramos a economia anualizada no valor de R\$ 32.751.512,96 acima da meta acordada em R\$ 30 milhões e também o impacto orçamentário no exercício de 2015 de R\$ 27.110.005,33 acima do valor acordado em R\$ 5,5 milhões.

b) Ação Estratégica nº 24

Elaborar, em 2015, relatório com indicadores de Recursos Humanos das principais categorias profissionais no âmbito da administração direta, a partir de estudos e análises de dados.(Meta constante do Acordo CVL 2015).

Objetivo - Apresentar proposta de indicadores de Recursos Humanos das principais categorias profissionais no âmbito da administração direta em relação a afastamentos, movimentação e rotatividade.

A Secretaria Municipal de Administração, atuando como órgão central da área de recursos humanos, dos processos seletivos, da capacitação e valorização do servidor e da área de infraestrutura e logística, no âmbito da Administração Direta, Indireta e Fundacional da Prefeitura do Rio de Janeiro, teve como uma de suas metas para o ano de 2015 a de elaborar, em conjunto com a Controladoria Geral do Município, um relatório contendo indicadores de Recursos Humanos das principais categorias profissionais no âmbito da Administração Direta, a partir de estudos e análises de dados.

Em análises preliminares as equipes da SMA e CGM concluíram que, devido às restrições de integrações citadas, não seria possível estabelecer indicadores de Recursos Humanos precisos, sem que houvesse uma integração prévia de informações entre os sistemas. Sendo assim, em reunião realizada entre a Secretaria Municipal da Casa Civil, Secretaria Municipal de Administração e Controladoria Geral do Município, restou definida como meta para o ano de 2015, a elaboração de um plano de ação objetivando a análise das informações dos sistemas envolvidos, demonstrando casos em que seriam necessárias integrações, para que em seguida fossem sistematizados alguns indicadores de Recursos Humanos estruturados, tomando por base os cargos mais relevantes. De posse deste estudo e dos resultados gerados, a Secretaria Municipal da Casa Civil poderá avaliar e solicitar, caso oportuno, a integração de sistemas e adoção do modelo em definitivo para a Prefeitura do Rio.

Indicadores das Principais Atividades

O Gabinete do Controlador Geral, no decorrer de suas atividades administrativas, processou os seguintes documentos:

- Pareceres emitidos - 156;
- Ofícios expedidos - 1.118;
- Ofícios-Circulares expedidos - 10;
- Despachos expedidos - 278;
- Resoluções Normativas editadas - 49;
- Resoluções "P" editadas - 132;
- Resoluções Conjuntas editadas - 02.

8.2) SUBCONTROLADORIA DE GESTÃO

A Subcontroladoria de Gestão tem como principal atribuição o assessoramento ao Controlador Geral na direção, coordenação e gestão estratégica do órgão, atuando também na organização, supervisão, controle e execução das atividades administrativas da Controladoria Geral que envolve:

- O planejamento, administração e desenvolvimento de pessoas e valorização do servidor da CGM, segundo as diretrizes emanadas do Subsistema de Recursos Humanos gerido pela Secretaria Municipal de Administração;
- Planejamento, controle e acompanhamento do orçamento da Controladoria Geral, visando ações que gerem economicidade e a otimização da aplicação dos recursos orçamentários a disposição, para atendimento das necessidades das áreas da CGM, segundo orientações emanadas da SMF/SOR;
- Conferir apoio à licitação, compras, contratação de serviços, administração de material e suprimentos, patrimônio, comunicações administrativas, manutenção de bens móveis, serviços gerais, adequação de espaço físico, transportes de pessoas, materiais, equipamentos e documentos, segundo as diretrizes emanadas do Subsistema de Infraestrutura e Logística da Secretaria Municipal de Administração e demais Sistemas Municipais;
- Disponibilização das Tabelas de Preços e Custos que servem de referência para as contratações municipais.

Projetos Associados às Ações Estratégicas - 05 Projetos

a) Ação Estratégica nº 01 - Pesquisar linhas disponíveis de captação de recursos externos para inovação na área de controle - com a Gerência de infraestrutura e Logística - GIL e Assessoria de Comunicação Social - ACS.

Obter os recursos planejados para as atividades e projetos da Controladoria Geral por meio de convênio com o Governo Federal para implantação de projetos na área de controle interno.

b) Ação Estratégica nº 04 - Diagnosticar e propor otimização no parque de informática -- com a Gerência de Infraestrutura e Logística - GIL.

Realizar levantamento do parque de informática da CGM e apresentar proposta para a sua otimização.

c) Ação Estratégica nº 7 - Monitorar a gestão do Processo de Avaliação de Desempenho Individual - com a Gerência de Recursos Humanos - GRH.

Implementar ações para melhoria da Gestão do Processo de Avaliação de Desempenho.

d) Ação Estratégica nº 9 - Minimizar os efeitos das perdas nos quadros funcionais da CGM - com a Gerência de Recursos Humanos - GRH.

Minimizar os efeitos das perdas nos quadros funcionais da CGM

e) Ação Estratégica nº 10 - Instituir Programa de Desenvolvimento Profissional Individual (Ação Plurianual) - com a Gerência de Recursos Humanos - GRH e a Auditoria Geral - ADG.

Instituir Programa de Desenvolvimento Profissional Individual (Ação Plurianual).

8.3) SUBCONTROLADORIA DE INTEGRAÇÃO DE CONTROLES

De acordo com o Decreto nº 36.353, de 23 de outubro de 2012, que dispõe sobre a estrutura organizacional da Controladoria Geral do Município do Rio de Janeiro, as competências da Subcontroladoria de Integração de Controles são as seguintes:

- assessorar o Controlador Geral na direção, coordenação e gestão estratégica do Órgão;
- participar da formulação das políticas e diretrizes da Controladoria Geral do Município, em articulação com os demais órgãos;
- promover e supervisionar a integração das atividades e produtos desenvolvidos pelos setores da Controladoria Geral do Município;
- exercer ação orientadora junto aos setores da Controladoria Geral do Município;
- monitorar os prazos relativos às atividades e produtos dos setores sob sua supervisão; e
- avaliar, promover e sugerir a edição ou alteração de atos normativos concernentes ao Sistema de Controle Interno.

Atividades Desenvolvidas

Tendo em vista a natureza de sua atividade, que é de promover a integração e supervisionar as atividades das áreas finalísticas da CGM, a SIC participou da elaboração e/ou revisão das seguintes Resoluções CGM:

- Resolução CGM N.º 1.165, de 15 de janeiro de 2015, que Altera a Resolução CGM nº 1126, de 22 janeiro de 2014;
- Resolução CGM nº 1.200, de 28 de agosto de 2015, que Aprova os roteiros orientadores para a emissão de Declaração de Conformidade na fase de liquidação da despesa no âmbito da Administração Direta, Indireta e Fundacional do Município do Rio de Janeiro e dá outras providências;
- Resolução CGM N.º 1205, de 30 de setembro de 2015, que Estabelece a utilização da Técnica “Cliente Oculto” na realização de auditorias pela Auditoria Geral da Controladoria Geral do Município do Rio de Janeiro;

- Resolução CGM nº 1.207, de 28 de agosto de 2015, que Dispõe sobre as respostas às recomendações constantes no Parecer Prévio do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro;
- Resolução CGM nº 1.210, de 05 de novembro de 2015, que Altera o anexo único da Resolução CGM nº 1.092, de 08 de maio de 2013, que Determina novos procedimentos para a liquidação da despesa na Administração Direta e Indireta;
- Resolução CGM nº 1.211, de 25 de novembro de 2015, que Estabelece normas sobre o Encerramento do Exercício Financeiro de 2015, divulga os prazos a serem cumpridos e dá outras providências.

Em relação ao informativo Orientações CGM, instituído pela Resolução CGM nº 894/2009 para fornecer informações que subsidiem e orientem os procedimentos executados pelos gestores e agentes da Administração Municipal em temas relativos a controle interno, no exercício de 2015 foram publicadas as seguintes Orientações:

- Orientação CGM nº 15/2015 - Transferência de Favorecido das Despesas/Contratos no Sistema FINCON, publicada no D.O.Rio de 28 de julho de 2014, que teve por objetivo orientar sobre os procedimentos no Sistema de Contabilidade e Execução Orçamentária - FINCON e no Sistema de Controle de Contratos - FCTR referentes a continuidade da execução de uma despesa iniciada em um CNPJ que terá sua continuidade em outro, em especial decorrente de casos de incorporação, fusão, cisão e decisão judicial;
- Orientação CGM nº 16/2015 - Retenções de Multas Contratuais, publicada no D.O.Rio de 20 de julho de 2015, que teve por objetivo dar conhecimento e orientar sobre os procedimentos referentes à retenção de multas contratuais no Sistema de Contabilidade e Execução Orçamentária - FINCON;

- Orientação CGM nº 17/2015 - Regras Específicas de Organismos Financiadores - Sistema FINCON, publicada no D.O.Rio de 16 de setembro de 2015, que teve por objetivo dar conhecimento e orientar sobre os procedimentos referentes ao cadastramento das solicitações de despesa e instrumentos contratuais no Sistema de Contabilidade e Execução Orçamentária - FINCON e Sistema de Controle de Contratos - FCTR.

A Subcontroladoria de Integração de Controles também promoveu a consolidação dos esclarecimentos prestados, pelos órgãos e entidades, em relação às recomendações constantes do Parecer Prévio sobre as Contas da Gestão da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro relativa ao exercício de 2014, com o objetivo de compor item específico na Prestação de Contas da Gestão do exercício de 2015.

PROJETO GICOF - Gestão Integrada dos Processos de Controle, Contabilidade, Gestão de Contratos Externos, Orçamento e Financeiro.

O projeto GICOF - Gestão Integrada dos Processos de Controle, Contabilidade, Gestão de Contratos Externos, Orçamento e Financeiro está formalizado no processo administrativo 04/520.075/2013, no qual se adquiriu, solução informatizada de gestão integrada dos processos de controle, contabilidade, gestão de contratos externos, orçamento e financeiro, sendo os gestores deste projeto a Controladoria Geral do Município e a Secretaria Municipal de Fazenda.

Nesta gestão integrada os Macroprocessos Execução da Despesa e Contabilidade são de responsabilidade da CGM, estando ainda o Macroprocesso Execução da Despesa subdividido nos seguintes processos:

- Informação da Despesa;
- Execução Orçamentária da Despesa; e
- Instrumentos Jurídicos da Despesa.

No exercício de 2015 a Controladoria trabalhou na revisão dos requisitos funcionais e na elaboração dos documentos que integraram a Prova de Conceito.

O Decreto Rio nº 40.933, de 17 de novembro de 2015, criou a Comissão Gestora para a Prova de Conceito no âmbito do Projeto GICOF, objetivando a análise e condução da Prova de Conceito, de modo a aferir a adequação do produto ofertado aos requisitos funcionais e não funcionais estabelecidos no Termo de Referência (Anexo VIII), conforme as disposições do Pregão Eletrônico SMF nº 673/2015, com a participação de servidores da CGM.

Ainda no exercício de 2015 foi publicada a Resolução Conjunta SMF/CGM nº 157, de 02 de dezembro de 2015, que dispõe sobre a composição do Grupo de Trabalho para acompanhamento do projeto GICOF, suas competências e responsabilidades.

No D.O.Rio de 28 de dezembro de 2015 (páginas 14 e 15) foi publicada a adjudicação do objeto e homologação do Pregão, conforme despacho a seguir transcrito.

PROCESSO N.º 04/520.075/2013- Considerando as informações contidas na ata de fls. 2906 a 2909, relativa à licitação sob a modalidade PREGÃO ELETRÔNICO - PE Nº 673/2015, que versa sobre a AQUISIÇÃO DE SOLUÇÃO INFORMATIZADA DE GESTÃO INTEGRADA DOS PROCESSOS DE CONTROLE, CONTABILIDADE, GESTÃO DE CONTRATOS EXTERNOS, ORÇAMENTO E FINANCEIRO, DENOMINADA “APLICATIVO DE MERCADO”, COM A COMPRA DOS CÓDIGOS FONTES, DE SERVIÇOS DE PLANEJAMENTO, DE MAPEAMENTO, MELHORIA E IMPLANTAÇÃO DOS PROCESSOS DE NEGÓCIO, DE MIGRAÇÃO DE DADOS, DE INTEGRAÇÃO A SISTEMAS, DE CUSTOMIZAÇÕES, DE PARAMETRIZAÇÕES, DE TESTES, DE INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DA SOLUÇÃO, DE MANUTENÇÃO, DE OPERAÇÃO ASSISTIDA, DE SUPORTE TÉCNICO REMOTO E PRESENCIAL, DE TREINAMENTO DE USUÁRIOS E GESTORES E TREINAMENTO ESPECÍFICO NA ARQUITETURA UTILIZADA NO DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA, COM REPASSE DA METODOLOGIA E TECNOLOGIA UTILIZADAS. O PRODUTO FINAL DO OBJETO, DERIVADO DE TODAS AS CUSTOMIZAÇÕES E PARAMETRIZAÇÕES APLICADAS AO APLICATIVO DE MERCADO, PASSA A SER DENOMINADO SIMPLEMENTE “APLICATIVO”, ADJUDICO o objeto à empresa NTC - NÚCLEO DE TECNOLOGIA E CONHECIMENTO EM INFORMÁTICA LTDA, ao valor unitário de R\$ 38.900.000,00 (trinta e oito milhões e novecentos mil reais), sendo este o valor total do presente certame, a serem financiados com recursos do BNDES, por meio do Programa de Modernização da

Administração Tributária - PMAT, em projeto conjunto da Secretaria Municipal de Fazenda do Rio de Janeiro e da Controladoria Geral do Município do Rio de Janeiro. HOMOLOGO o procedimento licitatório, dando como válidos os atos praticados pelo Pregoeiro e pela Equipe de Apoio ao longo deste processo.

AÇÕES ESTRATÉGICAS

No Planejamento Estratégico da Controladoria Geral do Município (CGM), divulgado pela Resolução CGM nº 1.143/2014, a Subcontroladoria de Integração de Controles esteve à frente das seguintes ações estratégicas:

Ação nº 14 - Fomentar Ações orientadoras cujo objetivo é Desenvolver um programa para promover ações orientadoras pela CGM visando a mitigação do PFC 02 - Orientação insuficiente aos órgãos para evitar procedimentos incorretos.

Status: Concluída

Metas associadas ao cargo estratégico

O cargo de Subcontrolador de Integração de Controles, definido como cargo estratégico da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, conforme Decreto nº 36.373, de 1º de janeiro de 2013, teve a seguinte meta individual que foi divulgada através da Resolução CGM nº 1.189/2015:

Meta Ouro: Estruturar Programa de Fomento a Ações Orientadoras para Gestores Municipais em temas de controle interno até 31/12/2015.

Indicador: número de programa estruturado.

Peso: 50%

Resultado: foi elaborado o Relatório CG/SIC nº 002/2015 com o objetivo registrar a execução das etapas relativas ao programa de fomento de ações orientadoras.

Meta Ouro: Revisar, até 31/12/2015, 50% das Resoluções da CGM emitidas até maio de 2015, identificando necessidades de revogação e de atualização.

Indicador: resoluções revisadas / 50% das resoluções emitidas até maio/2015.

Peso: 50%

Resultado: foi elaborado o Relatório CG/SIC nº 001/2015 com o objetivo apresentar os procedimentos utilizados para gerar o produto da meta individual do cargo estratégico de Subcontrolador de Integração de Controles.

8.4) ASSESSORIA TÉCNICA DE ESTRATÉGIA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE CONTROLE

As principais competências para as atividades finalísticas desenvolvidas pela ATRIC são as seguintes:

- Coordenar o relacionamento interinstitucional entre a CGM e órgãos e entidades de controle, e outros de interesse da CGM, articulando ações integradoras;
- Coordenar intercâmbios técnicos entre a CGM e órgãos e entidades de controle e outros de interesse da CGM, articulando ações para o conhecimento mútuo das práticas de controle adotadas;
- Coordenar as visitas técnicas realizadas à CGM;
- Desenvolver estratégias de comunicação e ações de relacionamento com organizações públicas e privadas e com a sociedade, com vistas ao fortalecimento da gestão pública;
- Promover eventos técnicos que visem a disseminação de práticas e estudos realizados em temas relativos ao controle;
- Monitorar as ações estratégicas da CGM e coordenar o processo de planejamento estratégico;
- Disseminar, junto à CGM, legislação, normas e demais informações de interesse do controle interno, bem como os resultados das ações da Atric;
- Manter atualizado o Manual de Procedimentos de Controle Interno e a legislação da CGM no sistema único de legislação.

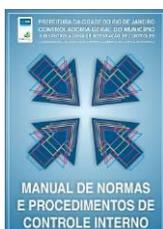
A CG/ATRIC está organizada em 4 núcleos de trabalho internos, a saber:

- Núcleo de Eventos, Ouvidoria e Administração Geral;
- Núcleo de Legislação e Manual;
- Núcleo de Relacionamento Interinstitucional de Controle e Intercâmbio;
- Núcleo de Monitoramento Estratégico.

Núcleo de Eventos, Ouvidoria e Administração Geral

As atividades desenvolvidas por esse núcleo se referem à promoção dos eventos técnicos da CGM, conforme descrito seção 4 - Recursos Humanos - Treinamento e, no caso da Ouvidoria, subseção 7.5.

Núcleo de Legislação e Manual



Como forma de disseminar junto aos órgãos e entidades municipais os produtos que devem ser utilizados pelos usuários na execução dos procedimentos de controle, a CG/ATRIC mantém atualizado o Manual de Normas e Procedimentos de Controle Interno. Sua atualização é quinzenal, a partir da identificação de alterações nos procedimentos previstos na legislação que o afeta.

Durante o ano de 2015, as atualizações quinzenais do Manual de Normas resultaram na publicação de **15 resoluções**.

A fim de atualizar os usuários do Manual, foram enviados **47 Informativos**, que abrangeram não só as publicações de atualizações do Manual, mas também as atualizações do Guia de Retenção e Recolhimento de Tributos e Contribuições, Declaração de Conformidade dos Atos de Autorização de Despesa no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município do Rio de Janeiro e legislações que afetaram respectivamente o Manual, o Guia de Retenções e a Declaração de Conformidade.

Visando a suprir os servidores da CGM com informações atualizadas sobre as mudanças legislativas, a CG/ATRIC elabora os informativos D.O. em Dia - Município, diariamente, e D.O. em Dia - União, semanalmente, por meio de correio eletrônico.

Dessa forma, foram enviados **239 informativos municipais e 102 informativos da União**.

Adicionalmente, atualizamos o **Sistema de Legislação da PGM - INFORMA**, com as legislações emitidas pela CGM e outras de interesse do controle interno. Foram inseridos **299 atos e efetuadas 106 alterações**.

Semanalmente, enviamos informativos técnicos com o resumo da publicação de revistas técnicas (Revista Zênit e Manual de Procedimentos Cenofisco) cujas assinaturas são mantidas pela CGM.

Durante o ano foram realizadas pesquisas, através da Internet, em teses, monografias e artigos científicos, que fizeram algum tipo de referência à Controladoria Geral do Município e, assim, conhecer o seu conteúdo e registrar em relatório suas informações e comentários.

O Guia de Retenção e Recolhimento de Tributos e Contribuições na contratação de serviços, aplicável aos órgãos da Administração Direta, que tem como objetivo ser um dos materiais de consulta dos servidores municipais que estejam como responsáveis pela retenção de tributos e contribuições na contratação de serviços, a fim de auxiliá-los no exercício de suas funções, no ano de 2015 foi atualizado através da publicação de **05 resoluções**.

A Declaração de Conformidade dos Atos de Autorização de Despesa no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município do Rio de Janeiro foi instituída visando regulamentar o procedimento de exame preventivo dos processos de despesas e no ano de 2015 foram publicadas **02 resoluções** através do Núcleo de Legislação e Manual da CG/ATRIC. Em 2015, o Núcleo também realizou outras atividades, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Atividade	Objetivo
<p>Divulgar as formas de pesquisa de legislação no âmbito da CGM através do Notes</p>	<p>Essa atividade visou otimizar os trabalhos dos servidores da CGM.</p>
<p>Visitas de Apresentação do Manual de Normas e Procedimentos de Conole Interno</p>	<p>Em julho de 2015, a equipe do Núcleo do manual visitou duas secretarias municipais para apresentar o Manual de Normas (Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência - SMPD e Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SMDS) e também aplicou um formulário de pesquisa, objetivando conhecer a opinião dos usuários para aprimoramento do produto.</p> <p>Ressaltamos que a ida da equipe do Manual de Normas da CG/ATRIC às Secretarias configurou-se como um programa de visita invertido, visto que o objetivo da equipe foi apresentar um produto da própria Controladoria Geral do Município. Dessa forma a ação operacional contou com o auxílio do Núcleo de Intercâmbio e Visitas da CG/ATRIC.</p> <p>Na avaliação, houve um retorno positivo. Nessas visitas, houve a confirmação (através de 73% dos respondentes) que o Manual cumpre adequadamente a função de orientar o desenvolvimento das rotinas para que sejam realizadas corretamente e, também, que parte dos respondentes gostaria de maior divulgação, uso e treinamento para os servidores envolvidos nas rotinas abrangidas pelo Manual de Normas.</p>
<p>2ª Pesquisa de Opinião sobre o Manual de Normas aplicada pela CG/ATRIC</p>	<p>Conhecimento da opinião dos usuários do Manual, a fim de programar mudanças para melhorar a sua utilização.</p> <p>Os objetivos da pesquisa foram:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Os níveis de utilização do Manual; - A verificação das informações constantes do Manual no auxílio aos usuários na execução de suas atividades; - O nível de acesso que o usuário tem ao Manual; - O conhecimento pelos usuários da atualização do Manual; - As NOR PRO mais utilizadas; - A utilidade do Canal de Comunicação - Os temas mais importantes para o informativo "Orientações CGM". <p>A definição da população do objeto da pesquisa estimou um servidor responsável por cada atividade descrita anteriormente. Identificando atualmente 41 órgãos da Administração Direta, sendo que no caso da SME e</p>

Atividade	Objetivo
	SMS, que possuem órgãos descentralizados exercendo atividades de execução orçamentária, consideraram-se também as coordenadorias regionais (10 CRE e 10 CAP respectivamente) e 14 órgãos da Administração Indireta. Desta forma, foi estimada uma população inicial de 375 representantes dessas atividades. Recebemos respostas de 276 representantes de atividades que corresponderam a 183 questionários, visto que muitos servidores exercem mais de uma atividade concomitantemente. Atingimos então 74% da população estimada. A Conclusão e as Medidas de Normalização se encontram no Relatório CG/ATRIC 04/2016.

Núcleo de Relacionamento Interinstitucional de Controle e Intercâmbio

O núcleo de intercâmbio é encarregado de receber na CGM visitas de outras organizações ou solicitações de informações, processo que foi denominado **intercâmbio junto à CGM**, bem como proporcionar visitas de servidores da Controladoria a outras instituições, denominado **intercâmbio externo**. Também é encarregado de divulgar, por email, informativos periódicos sobre assuntos relativos ao controle interno e a atuação da CGM, para uma mala direta, criada pela CG/ATRIC, de órgãos de controle ou órgãos de interesse para o controle interno. As atividades desenvolvidas por esse núcleo, referente aos intercâmbios, encontram-se detalhadas na seção 4 - Recursos Humanos - Treinamento.

Solicitações de Informações

A CG/ATRIC recebeu solicitações de informações de órgãos externos e pesquisadores acerca de temas e processos de trabalhos. Após recebimento, a CG/ATRIC encaminha a solicitação para a área técnica competente; monitora e encaminha a resposta ao órgão solicitante.

Foram recebidas 03 Solicitações de Informações, sendo todas respondidas, conforme detalhamento no quadro a seguir:

Item	Data da Solicitação	Solicitante	Descrição da Solicitação	Data do Envio das Respostas
1	17/01/2015	Mestranda em Engenharia de Produção COPPE/UFRJ	Identificar possíveis mudanças em termos de transparência e controle social na administração pública carioca como consequência dos Jogos Olímpicos.	28/01/2015
2	26/06/2015	Tribunal de Justiça do Pará	Conhecer risco associado ao planejamento estratégico da organização.	03/07/2015
3	10/09/2015	CGM de São Luís do Maranhão	Publicações do Manual de Normas e Procedimentos de Controle Interno, Manual de Auditoria e Manual de Auditoria Contábil.	11/09/2015

Informativos Periódicos

A CG-ATRIC divulgou 10 Informativos CGM-Rio, nos quais informou assuntos relativos ao controle interno e a atuação da CGM, para uma mala digital de órgãos de controle e outros órgãos de interesse para o controle interno.

Data da Publicação	Informativo CGM-Rio nº	Assunto
16/03/15	58	CONACI lança livro: "Panorama de Controle Interno no Brasil"
27/03/15	59	Prestando Contas CGM nº 104
13/04/15	60	Relatório de Atividades 2014 e Diretrizes para 2015 - CGM
17/04/15	61	Resolução nº 1.177 referente ao Planejamento Estratégico da CGM-RJ
30/04/15	62	Prestação de Contas Carioca 2014
08/05/15	63	Prestando Contas CGM nº 105

04/08/15	64	CGM revisou os Roteiros Orientadores para a Emissão de Declaração de Conformidade
14/08/15	65	Prestando Contas CGM nº 106
15/09/15	66	CONACI lança Portfólio 2015 - Guia de Boas Práticas de Controle Interno
19/11/15	67	Prestando Contas CGM nº 107
Total	-	10

Projetos associados às Ações Estratégicas

A CG/ATRIC atuou em 03 ações estratégicas conforme a seguir:

Ação n°. 08 - Implementar Painel de Controle Completo de Indicadores Estratégicos da CGM - Ação Conjunta com as demais áreas da CGM - 100% cumprida - 01 Painel de Controle Completo de Indicadores Estratégicos da CGM Implementado;

Ação n°. 11 - Elaborar relatório de atividades CGM, orientado a produtos e serviços - 100% cumprida - 01 Relatório de atividades CGM orientado a produtos e serviços;

Ação n°.13 - Monitorar os resultados das ações da Pesquisa de Clima Organizacional - Ação Conjunta com GRH e ACS - 100% cumprida - 100% dos resultados das ações monitorados;

Núcleo de Monitoramento Estratégico

O Núcleo de Monitoramento Estratégico - NUME, da Assessoria Técnica de Estratégia e Relações Institucionais de Controle - CG/ATRIC, é a área da Controladoria que tem como objetivo principal o acompanhamento do Planejamento Estratégico, conforme seção 6 deste Relatório.

8.5) ASSESSORIA TÉCNICA DE CONTROLE

A Assessoria Técnica de Controle - ATCON, criada em outubro de 2011, tem seu foco de atuação na avaliação da execução orçamentária nas unidades administrativas designadas pelo Controlador Geral.

Resultados

No ano de 2015, sua atuação foi direcionada para a Secretaria Municipal da Casa Civil. Junto a essa Secretaria, exerce atividades de avaliação da execução orçamentária, com análises da conformidade em processos de despesas selecionados conforme critério técnico, além da função de orientação e assessoramento em assuntos relacionados à correção de procedimentos de controle interno.

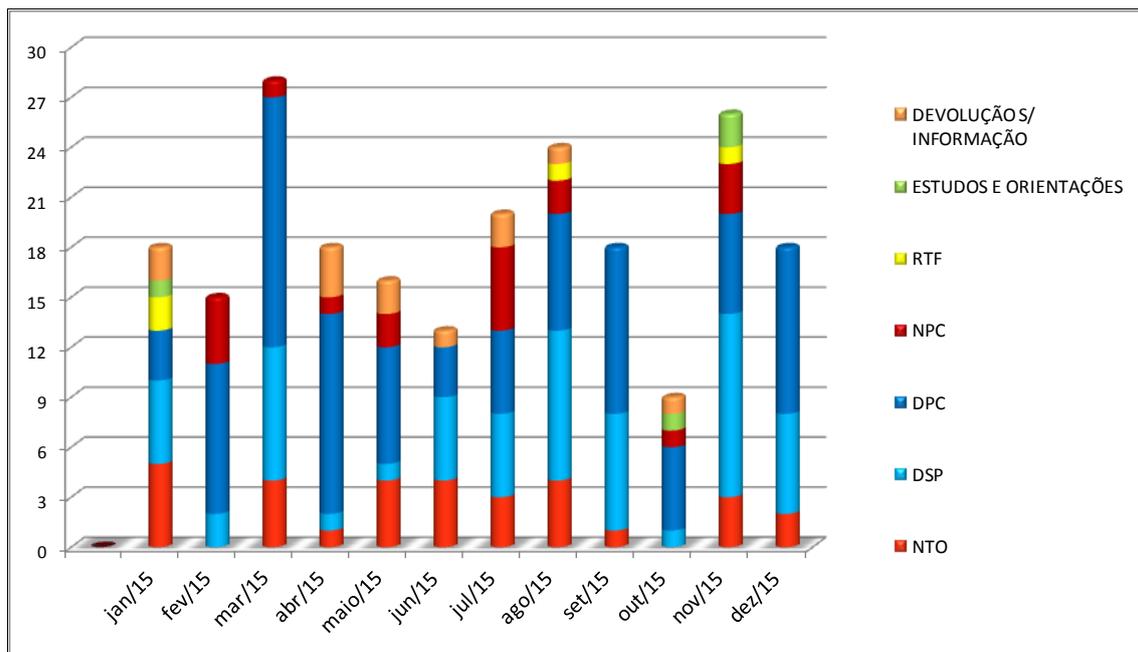
Estimula a adoção de melhores práticas de controle interno nas áreas afetas ao controle, com objetivo de melhorar o ambiente de controle interno e redução de incidências de erros, além de subsidiar a Secretaria de informações para atendimento e resolução de diligências apontadas pelo Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro.

A tramitação do setor foi de 223 processos em 2015. A análise desses processos resultou em 31 Anotações de Controle (NTO), 61 Despachos (DSP), 111 Despachos - Prestação de Contas (DPC e NPC), 4 Ratificação de Valores (RTF) e 16 processos foram devolvidos sem registro de informação a pedido da Secretaria ou por se tratarem de processos referentes a pesquisas da ATCON com vistas a subsidiar trabalhos de orientação e/ou assessoramento à unidade assistida.

Em 2015, dando continuidade aos trabalhos de Tomada de Contas Especial conforme nomeação através da Portaria CGM “P” Nº 38 de 10 de abril de 2013, a ATCON atuou em 04 (quatro) processos, resultando em 04 (quatro) relatórios.

No Plano de Ações Estratégicas da CGM, a ATCON foi incumbida de atuar em parceria com a Auditoria Geral na Ação de N.º 015 - Regulamentar o processo de Tomada de Contas Especial, resultando na edição da Resolução CGM Nº 1.214 de 08/01/2016.

ACOMPANHAMENTO MENSAL DE TRAMITAÇÃO 2015								
MÊS	INSTRUTIVO		PRESTAÇÃO DE CONTAS		RATIFICAÇÃO DE VALORES (RTF)	ESTUDOS E ORIENTAÇÕES	DEVOLUÇÃO S/ INFORMAÇÃO	TOTAL
	NTO	DSP	DPC	NPC				
jan/15	5	5	3		2	1	2	18
fev/15		2	9	4				15
mar/15	4	8	15	1				28
abr/15	1	1	12	1			3	18
mai/15	4	1	7	2			2	16
jun/15	4	5	3				1	13
jul/15	3	5	5	5			2	20
ago/15	4	9	7	2	1		1	24
set/15	1	7	10					18
out/15		1	5	1		1	1	9
nov/15	3	11	6	3	1	2		26
dez/15	2	6	10					18
	31	61	92	19	4	4	12	223



A ATCON tem como meta setorial a análise de 80% dos processos recebidos em 5 (cinco) dias úteis, tendo alcançado a nota 10 no ano de 2015.

8.6) ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

8.6.1) As competências da Assessoria de Comunicação Social são as seguintes:

- Divulgar, avaliar e distribuir às áreas da Controladoria Geral, através da Intranet ou por outros meios de comunicação, informações e material de interesse, produzidos pelos demais setores do Órgão;
- Criar e executar material institucional, editorial e promocional da Controladoria Geral.
- Gerenciar o conteúdo da página da Controladoria Geral na Internet, Portal CGM e da Intranet;
- Atuar na área de divulgação externa da Controladoria Geral intermediando contatos com a imprensa e especialistas da área;
- Promover a interação e a troca de informação entre o órgão e seus funcionários;
- Atualizar e manter recursos de sinalização da Controladoria Geral do Município;
- Selecionar e arquivar material jornalístico relativo ao órgão e à área de controle na Administração Pública.

Além de suas atividades operacionais, em 2015, a ACS compartilhou ações estratégicas com outros setores da CGM-RJ. Com a GRH e a ATRIC, divulgou de forma intensiva o desdobramento da PESQUISA DE CLIMA ORGANIZACIONAL - PCO, que enfatizou superar os desafios mais relevantes apontados pela pesquisa.

A ACS e a GIL foram parceiras da SUBG na Ação Estratégica “*Captação de Recursos Externos*”. Desta iniciativa, foi gerado um relatório que será fonte de consulta para o prosseguimento dos trabalhos com este objetivo.

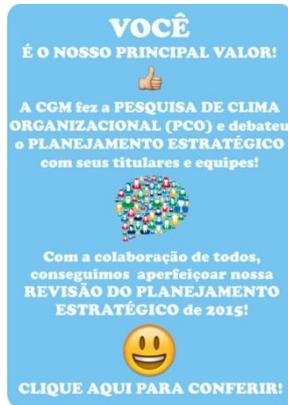
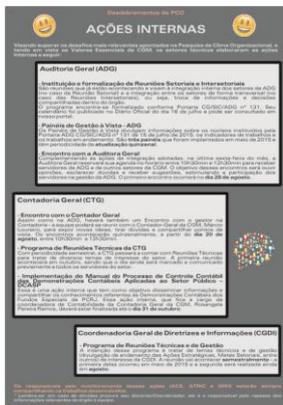
8.6.2) Projetos Associados às Ações Estratégicas

8.6.2.1) - Participação nas ações de desdobramento Pesquisa de Clima Organizacional da CGM-RJ

A ACS elaborou em parceria com a GRH e a ATRIC o plano de divulgação da PCO.

8.6.2.2) Relatório “Captação de Recursos Externos”

A ACS elaborou em parceria com a SUBG e a GIL o relatório.



8.6.2.3) Glossário e observações:

Clipping Digital - notícias selecionadas, diariamente, partir de sítio de empresa contratada pela Prefeitura como provedora de conteúdo. Foco principal em notícias envolvendo auditoria e controle, administração municipal e a cidade do Rio, além de notícias mais relevantes envolvendo o estado do Rio e a União. O clipping oferece uma listagem com os links para cada notícia individualmente. Isso facilita a navegação e permite ao usuário selecionar somente as notícias que deseja ler.



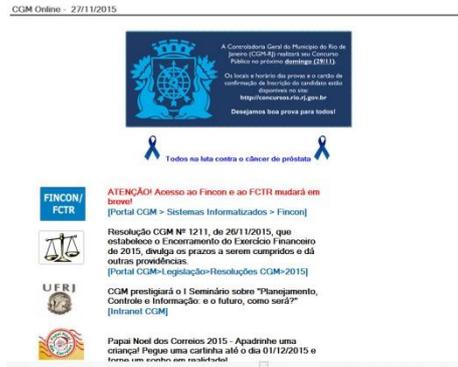


PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Portal CGM - site da Controladoria integrado ao portal da PCRJ, responsáveis pelo conteúdo da CGM.



CGM - Online - comunicado enviado via notes, que divulga toda sexta-feira as últimas atualizações do site e intranet-CGM.



CGM - Informe CGM - comunicado sobre os principais acontecimentos e eventos envolvendo a Controladoria. Tais como: treinamentos, visitas recebidas, capacitação de gestores, participação da CGM em eventos e dos nossos servidores em outras mídias.

Prestando Contas - periódico trimestral editado com distribuição para diversos órgãos da área de contabilidade e rede de controle do Brasil, prefeitos e secretários municipais, prefeituras do estado do Rio de Janeiro. Tiragem: 500 exemplares.



Releases - Textos objetivos e sintéticos com cunho jornalístico sobre informações da CGM-RJ. Divulgados no Portal da CGM-RJ e no Portal do CONACI.



Para 2016, a Assessoria de Comunicação Social da CGM-RJ tem como desafio aprimorar os seus produtos em curso, sempre em linha com o seu objetivo de garantir ao cidadão informações seguras e confiáveis sobre o destino e a gestão transparente dos recursos municipais.

9) PARTICIPAÇÃO EM GRUPOS DE TRABALHO E COMISSÕES

A Controladoria participa dos seguintes órgãos colegiados instituídos pelo Poder Executivo Municipal:

- **CPFGF** - Comissão de Programação Financeira e Gestão Fiscal - Decreto nº. 30.385/09 e 19.457/01;
- **CODESP** - Comissão de Programação da Despesa de Pessoal - Decreto nº. 30.429/09;
- **COQUALI** - Comissão de Qualificação de Organizações Sociais - Decreto nº. 30.780/09;
- **CACO** - Comissão de Análise de Contratações de ONGs, Associações e Fundações Privadas - Decreto nº. 27.503/06;
- **Conselhos Fiscais das Sociedades de Economia Mista, Empresas Públicas e Fundações do Município do Rio de Janeiro** - Decreto nº. 19.472/01;
- **Câmara Gestora do Sistema de Custos de Obras e Serviços de Engenharia** - Decreto nº. 19615/01 e 33.118/10;
- **Câmara Gestora de Gêneros Alimentícios** - Decreto nº. 30480/2009;
- **GAC** - Grupo de Acompanhamento de Regularidade - Decreto nº 36.569/2012;
- **GEC** - Comitê Gestor e Comitê Executor do Projeto de Gestão Estratégica e Compras e Racionalização de Gastos Correntes - Decreto nº 38.689/2014;



- **GICOF** - Gestão Integrada dos Processos de Controle, Contabilidade, Gestão de Contratos Externos, Orçamento e Financeiro - Resolução Conjunta SMF/CGM nº 157, de 02 de dezembro de 2015, (*) Maiores informações na seção 8.3 - Subcontroladoria de Integração de Controles;

- **CNL-PRE** - Comissão Normativa de Licitações - Decreto nº 39.185/2014, alterado pelo Decreto nº 40.200/2015, que incluiu representantes da CGM na referida Comissão.

10) RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL E REPRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL

10.1) PALESTRAS PROFERIDAS/REPRESENTAÇÃO EM EVENTOS

A Controladoria Geral do Município participou, com representação do Controlador, nos seguintes eventos:

- Reunião Técnica CONACI em Minas Gerais;
- Pra Saúde - Pacto para Regulação aos Serviços de Saúde no RJ;
- Evento dos 15 anos da LRF;
- Reunião Técnica CONACI em Brasília;
- XI Encontro Nacional do CONACI em Minas;
- 36º CONBRAI - Congresso Brasileiro de Auditoria Interna;
- 20 anos da Auditoria-Geral do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro;
- Seminário UFRJ & VI CONCI - Congresso dos Servidores do Controle Interno do Estado do Rio de Janeiro.

A Auditoria Geral participou como palestrante em eventos relevantes na área de auditoria e controle, como o CONBRAI - Congresso Brasileiro de Auditoria Interna e o Seminário sobre Prevenção à Corrupção promovido pela Associação dos Servidores da Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, e na moderação de mesa no seminário comemorativo aos 20 anos da Auditoria Geral do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.

10.2) CONACI

A CGM participa do CONACI - Conselho Nacional de Controle Interno, constituído por órgãos de controle interno dos estados e das capitais brasileiras. Tem como propósito principal promover a necessária integração entre todos os órgãos responsáveis pelo controle dos gastos públicos atuantes no Brasil, beneficiando a sociedade, o Estado e o país.

10.3) PARTICIPAÇÃO NA REDE DE CONTROLE DE GESTÃO PÚBLICA

A Controladoria Geral formalizou, em 28 de agosto de 2010, sua adesão à Rede de Controle da Gestão Pública - Rede- RJ. A criação dessa Rede tem como finalidade principal ampliar e aprimorar, de modo expresse e efetivo, a integração entre as instituições e órgãos públicos participantes com atuação no Estado do Rio de Janeiro e desenvolver atividades direcionadas à fiscalização da gestão pública, ao diagnóstico e combate à corrupção, ao incentivo e fortalecimento do controle social, ao tráfego de informações e documentos, ao intercâmbio de experiências e à capacitação de seus quadros. Integram esta Rede, inicialmente, as representações no Estado do Rio de Janeiro das seguintes organizações: Ministério Público Federal, Controladoria Geral da União, Secretaria da Receita Federal do Brasil, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional do Ministério da Fazenda, Tribunal de Contas da União, Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, Tribunal de Contas do Município do Rio e Secretaria do Estado de Fazenda do Rio de Janeiro.

Com esse ato, a CGM formalizou seu compromisso de participar na construção de um controle público cada vez mais efetivo e integrado, o que certamente refletirá em benefícios para a sociedade em geral. Durante o exercício de 2015, a CGM participou de reuniões desse Grupo.

Em 26 de junho de 2014, a CGM prorrogou a vigência do acordo de cooperação 09/2009 por mais 5 anos.

10.4) PARTICIPAÇÃO NA REDE DE CONTROLE SOCIAL

A Controladoria Geral formalizou, em 25 de março de 2011, sua adesão à Rede de Controle Social. A criação dessa Rede tem como finalidade principal assegurar a integração entre as entidades e órgãos signatários desse instrumento, visando a definição de estratégias e implementação de ações conjuntas para o fomento do controle social no Estado do Rio de Janeiro, no que se refere ao acompanhamento dos ingressos e da aplicação dos recursos públicos. Integram esta Rede, inicialmente, as representações no Estado do Rio de Janeiro das seguintes organizações: Controladoria Geral da União,



Secretaria da Receita Federal do Brasil, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional do Ministério da Fazenda, Ministério Público Federal, Tribunal de Contas da União, Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, Secretaria do Estado de Fazenda do Rio de Janeiro, Tribunal de Contas do Município do Rio, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Em 26 de junho de 2014, a CGM prorrogou a vigência do acordo de cooperação 09/2009 por mais 5 anos.

Como participante da Rede de Controle Social, a CGM esteve presente nas reuniões realizadas em 2015.

10.5) TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

Relacionamento institucional de extrema relevância por estar vinculado à função mandatária constitucional atribuída ao controle interno de auxílio a esse Egrégio Tribunal de Contas no cumprimento de sua missão institucional. A diretriz do corpo diretivo desse Douto Tribunal possibilita a convivência de espaço para debates técnicos e trocas de experiências em questões afetas ao controle, enriquecidas pelo qualificado corpo técnico integrante dessa Colenda Corte de Contas.

10.6) CÂMARA MUNICIPAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

A Controladoria Geral interage com essa Augusta Casa de Leis formulando respostas a Requerimentos de Informações solicitadas pelo seu Presidente e apresentando esclarecimentos necessários ao exercício de suas funções legislativas.

10.7) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

A Controladoria Geral recebe demandas oriundas de esclarecimentos necessários às análises de inquéritos instaurados por esse laborioso órgão, prestando auxílio nas informações referentes à atuação do Controle Interno.



10.8) CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO

A atuação da CGM nas Redes de Controle da Gestão Pública e de Controle Social vem fortalecendo ações de controle conjuntas com a CGU.

10.9) SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL

Além do relacionamento técnico junto à STN, a Controladoria Geral do Município participa como convidada nas reuniões do Grupo Técnico de Padronização de Procedimentos Contábeis coordenado por essa laboriosa Secretaria.

10.10) CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE

A CGM mantém importante relacionamento institucional com esse Conselho, seja por meio de sua equipe dirigente, seja pela presença de servidores deste Órgão no corpo de Conselheiros dessa instituição, assim como na participação na Comissão da Área Pública.

11) DIRETRIZES PARA 2016

Para o exercício de 2016, avançaremos no aprimoramento da meta referente às compras estratégicas na Prefeitura, buscando o alcance de redução dos custos unitários reais em contratos ou outros instrumentos vigentes em 2015, visando garantir o alcance dos valores acordados junto ao Executivo Municipal. Finalizaremos a contratação do projeto do sistema de Gestão Integrada dos Processos de Controle, Contabilidade, Orçamento e Financeiro - GICOF, que visa à integração dos diversos módulos descritos, acarretando segurança e assertividade nas informações prestadas. Será concluído e implantado o Sistema de Follow-Up, sistematizando e otimizando as rotinas de trabalho da Auditoria Geral e dos órgãos e entidades desta Municipalidade.

Continuaremos realizando também as auditorias das metas dos Acordos de Resultado firmados, em consonância com o pactuado com a Secretaria Municipal da Casa Civil, bem como aquelas oriundas do diagnóstico de nossa matriz de risco. Realizaremos ainda programa de formação para contadores, técnicos de controle interno e auxiliares de controladoria aprovados no concurso realizado pela CGM em 2015.

Para tantos desafios se faz necessário que mantenhamos nosso quantitativo técnico, bem como o nosso quadro funcional atualizado, com capacitação em temáticas concernentes à área de controle e aplicabilidade da legislação. O planejamento de treinamento, com foco no conhecimento a ser adquirido tem, ao longo do tempo, trazido ganhos e embasamento para a renovação e revisão das melhores práticas de controle, visando o aprimoramento funcional para que atendamos com qualidade e excelência às demandas e desafios que nos são apresentados.

12) CONCLUSÃO

Este relatório, que contempla todas as ações realizadas, e outras em fase de implantação, gratifica a todos nós do quadro técnico da Controladoria Geral, que ao longo do ano de 2015 nos empenhamos, planejamos e executamos nosso trabalho com zelo e dedicação, visando sempre o aperfeiçoamento do controle interno e o apoio às decisões da Gestão Municipal.

Ao longo do ano de 2016, vamos perseverar cumprindo fielmente nosso papel, ciosos que somos com nosso trabalho, e sabedores de sua importância para a Gestão do Município e para os munícipes de nossa Cidade.

O desenvolvimento de novos projetos, a conclusão e o aprimoramento das ações em curso, e a busca constante por técnicas inovadoras de controle interno que permitem uma atuação cada vez mais efetiva da Controladoria Geral são alguns dos desafios para 2016.

Aos leitores,

A Controladoria Geral do Município - CGM, no cumprimento de sua missão precípua de promoção do Controle Interno na Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, para a efetividade da gestão municipal e, atendendo aos ditames das Leis Municipais nº 2.068/1993 e nº 4.015/2005, atuou ao longo de 2015 com foco principal no aprimoramento do Sistema de Controle Interno, alinhada ao seu Planejamento Estratégico. Diversas ações foram implementadas, visando concorrer para o desenvolvimento das políticas demandadas pela Administração Municipal.

Destacamos a implantação do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP e das Demonstrações Contábeis Aplicáveis ao Setor Público - DCASP, em conformidade com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP, de acordo com as diretrizes da Secretaria do Tesouro Nacional. Outro destaque, foi o progresso da ação visando à redução, em até 10%, do valor real unitário de aquisições das principais famílias de compras (serviços e insumos) até 2016, tendo como referência o ano de 2012, que objetiva a otimização dos gastos no âmbito Municipal, perpassando mais um exercício, sendo de importância estratégica para a economicidade dos Órgãos da Municipalidade. A licitação para a contratação do sistema de Gestão Integrada dos Processos de Controle, Contabilidade, Orçamento e Financeiro - GICOF foi concluída em parceria com a Secretaria Municipal de Fazenda - SMF. Instituímos o Programa de Desenvolvimento Profissional da Auditoria Geral - PDP/ADG e o Plano de Desenvolvimento Individual - PDI, que objetiva desenvolver competências do corpo técnico da Auditoria Geral.

Convido a todos para leitura e compartilhamento do panorama do exercício de 2015 da CGM.

Antonio Cesar Lins Cavalcanti
Controlador Geral



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

R. Afonso Cavalcanti, 455 sala 1409 - Cidade Nova - CEP 20211-901
Rio de Janeiro - RJ - <http://www.rio.rj.gov.br/cgm> - Tel: (21) 2976-3344